

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIANA DE SOUZA DOS REIS

CONTRASTES DA VIAGEM E AS VISÕES DO  
TEMPO EM *OS SERTÕES* E EM *TRISTES TRÓPICOS*:  
Diálogos entre história, literatura e etnografia

NITERÓI  
2023

JULIANA DE SOUZA DOS REIS

**CONTRASTES DA VIAGEM E AS VISÕES DO TEMPO EM *OS SERTÕES* E EM *TRISTES TRÓPICOS*: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA, LITERATURA E ETNOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francine Iegelski

Niterói,  
RJ 2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R375c Reis, Juliana de Souza dos  
Contrastes da viagem e as visões do tempo em Os sertões e em  
Tristes trópicos : Diálogos entre história, literatura e  
etnografia / Juliana de Souza dos Reis. - 2023.  
146 f.

Orientador: Francine Iegelski.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de História, Niterói, 2023.

1. Teoria da História. 2. História Intelectual. 3.  
Produção intelectual. I. Iegelski, Francine, orientadora.  
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.  
III. Título.

CDD - XXX

JULIANA DE SOUZA DOS REIS

**CONTRASTES DA VIAGEM E AS VISÕES DO TEMPO EM *OS SERTÕES* E EM *TRISTES TRÓPICOS*: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA, LITERATURA E ETNOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Francine Iegelski -  
UFF (Orientadora)

---

Prof. Dr. Felipe de Souza Dias Brandi - Universidade  
Nova de Lisboa (UNL) (arguidor)

---

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas - UNIRIO  
(arguidor)

NITERÓI  
2023

À Sonia Maria de Souza, por misturar dor e alegria e me motivar a ter a estranha mania  
de ter fé na vida.

À Ercio dos Reis [*in memoriam*].

## AGRADECIMENTOS

Diz o poema: “Um galo sozinho não tece uma manhã”. Digo aos leitores: esta dissertação não foi tecida por apenas duas mãos.

Dirijo meus agradecimentos à minha família: minha mãe, Sonia Maria de Souza; minha irmã, Bianca de Souza dos Reis; aos meus avós e meus tios.

Passar por este período de pesquisa e escrita, no meio de uma pandemia, e após a perda de meu pai, só se tornou cogitável pelas mãos que ajudaram a me sustentar: aos meus grandes amigos, Yuri Nascimento, Jéssica Alves e Daniela Rocha. Os nomes que integram meus agradecimentos se estendem a outros parceiros: Leticia Calado, Monica Souza, Vania Ribeiro, Mariana Fritz, Carla Collares, Liora Souza, Eduarda Figueiredo.

Agradeço ao meu companheiro, Rafael Collares, por ser meu ombro amigo nas necessidades e ouvinte atento de todas as minhas ideias.

Rumo a reta final da dissertação tive o bom encontro com a professora Fabiana Esteves Neves. Agradeço-lhe por participar da minha trajetória.

Sem dúvida, este trabalho só foi possível graças à orientação da professora Francine Iegelski, com a qual tenho a honra de ser orientada há alguns anos. Que nossa parceria continue a gerar bons frutos.

À banca avaliadora, composta pelos professores Felipe de Souza Dias Brandi e Pedro Spinola Pereira Caldas, meus profundos e sinceros agradecimentos pela leitura cuidadosa e profunda de meu trabalho.

Agradeço a CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## RESUMO

Motivada pelo encontro entre os atos de viajar e narrar, a dissertação pretende discutir a relação entre mudança de espaço e impacto na percepção temporal a partir de dois grandes livros *de e sobre* viagem: *Os sertões* (1902), do escritor brasileiro Euclides da Cunha, e *Tristes trópicos* (1955), do antropólogo Claude Lévi-Strauss. Considerados livros *sui generis*, a sobreposição de gêneros e recursos textuais incide em discussões pertinentes à teoria da história, no que diz respeito ao questionamento do(s) tempo(s) que a viagem coloca àquele que observa. A viagem feita pelos autores é encarada aqui a partir da ideia de ‘corte’ geográfico, pelo duplo ato de guiar e transgredir, discutida por Michel de Certeau. Durante o percurso, a viagem coloca os autores diante das consequências de sua própria sociedade. Seguindo por esse eixo, buscamos, então, pensar Euclides da Cunha e Lévi-Strauss como escritores que operam, de certa forma, com a pobreza da experiência, da qual nos fala Walter Benjamin.

**Palavras-chave:** Os sertões; Tristes trópicos; Viagem; Teoria da História.

## ABSTRACT

Due to the combination of traveling and narrating, the dissertation intends to discuss the connection between chance of space and influence on temporal perception, based on two great travel books, which are also about traveling: *Os sertões* (1902), written by the Brazilian writer Euclides da Cunha, and *Tristes trópicos* (1955), by the anthropologist Claude Lévi-Strauss. Considered sui generis books, the overlapping of genres and textual resources affects relevant discussions to the theory of history regarding the time doubts that the journeys present to the observer. The travel made by the authors is seen here from the idea of a geographical 'break', through the double act of guiding and transgressing, as discussed by Michel de Certeau. The travel brings the authors face to face with the consequences of their own society. In this way, we intend to think of Euclides da Cunha and Lévi-Strauss as writers who operate, in a certain way, with the poverty of experience that Walter Benjamin tells us about.

**Keywords:** Os sertões; Tristes trópicos; Travel; Theory of History.

## Sumário

<b>Introdução: Por que aproximar <i>Os sertões</i> e <i>Tristes trópicos</i>?</b>	<b>p. 11</b>
<b>Capítulo I. Itinerários: viagem, escrita e recepção</b>	<b>p. 22</b>
1.1 Veredas euclidianas	p. 22
1.1.1 Entre trenas e continências, a pena: o escritor Euclides da Cunha	p. 22
1.1.2 “A nossa Vendéia”: o bilhete de entrada para a história	p. 27
1.2 Veredas de Claude Lévi-Strauss	p. 33
1.2.1 A etnologia francesa dos anos 1930 e o convite à USP	p. 33
1.2.2 O jovem aspirante à etnologia nos trópicos	p. 36
1.3 Chegada às prateleiras: recepções	p. 42
1.3.1 Os sertões chegam à rua do Ouvidor	p. 42
1.3.2 A coroação do escritor: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras	p. 47
1.3.3 O retorno aos trópicos quinze anos depois	p. 49
1.3.4 A crítica diante do livro “caleidoscópio”	p. 54
<b>Capítulo II. (D)escrever a viagem: entre etnografia e literatura</b>	<b>p. 58</b>
2.1 O ser-tão do Brasil	p. 70
2.2 O que se aprende com as viagens?	p. 89
2.2.1 A apoteose de Augusto nos trópicos	p. 89
2.2.2 Canudos: um lembrete para a história	p. 95
2.3 Uma leitura a partir de <i>Experiência e pobreza</i> (1933):	p. 98
<b>Capítulo III. Sentidos do tempo em <i>Os sertões</i> e em <i>Tristes trópicos</i></b>	<b>p. 102</b>
3.1 <i>O discurso sobre a ausência</i> : o viés da falta	p. 102
3.2 <i>O discurso sobre a ausência</i> : o viés da perda	p. 109
3.3 Paralelos e comparações: o jogo entre espaço e tempo	p. 117
<b>Conclusão</b>	<b>p. 137</b>
<b>Fontes e referências bibliográficas</b>	<b>p. 140</b>

*Este é tempo de partido,  
tempo de homens partidos.  
Em vão percorremos volumes,  
viajamos e nos colorimos*

*Nosso tempo, Carlos Drummond de Andrade.*

*Tudo foi breve  
e definitivo.  
Eis está gravado  
não no ar, em mim,  
que por minha vez  
escrevo, dissipo*

*Ontem, Carlos Drummond de Andrade.*

## Introdução

### Por que aproximar *Os sertões* e *Tristes trópicos*?

*Quadro nenhum está acabado,  
disse certo pintor;  
se pode sem fim continuá-lo,  
primeiro, ao além de outro quadro*

*que, feito a partir de tal forma,  
tem na tela, oculta, uma porta  
que dá a um corredor  
que leva a outra e a muitas outras.*  
(*A lição de Pintura*, João Cabral de Melo Neto).

Um desafio: escrever sobre livros que tratam o tema da viagem estando em quarentena. Uma sensação de distância entre experiência e escrita também marca esta dissertação. Imersa em um cenário como o descrito por Albert Camus em *A peste* (1947), apesar dos flagelos existirem ao longo da história (e, ironicamente, eu ser formada em história), “é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós” (Camus, [s.d], p. 49). O ingresso ao mestrado, que por si só marca uma etapa de pesquisa com um perfil mais solitário, foi acentuado com as longas “conversas áridas com uma parede” (Camus, [s.d], p. 83). À espera do sinal que pudesse acalmar os dias e ânimos, “todos nós que não morremos ainda da peste” estávamos rodeados do sentimento de que “[nossa] vida e [nossa] liberdade estão todos os dias às vésperas de ser destruídas” (Camus, [s.d], p. 217).

Entre os percalços coletivos, os individuais não têm menos impacto. A perda de meu pai também foi um momento de suspensão do tempo, ou de supressão do(s) tempo(s): entre o que foi, o que poderia ter sido, e o que nunca mais será; o entendimento de que em sete palmos de terra cabe a maior distância entre aqui e lá. O corte entre o que estava vivo e o que não vive mais: a ausência. Esta dissertação também é marcada por um *discurso sobre a ausência*, sobre o qual iremos tratar adiante. Antes, porém, é preciso apresentar nossos objetos de análise.

Escritos após suas viagens, *Os sertões* (1902), do escritor brasileiro Euclides da Cunha e *Tristes trópicos* (1955), do antropólogo Claude Lévi-Strauss, são “clássicos”

(Calvino, 1991)<sup>1</sup> que tensionam de maneira excepcional o entrelugar dos gêneros do discurso<sup>2</sup>. Isso porque não há nos livros uma disposição hierárquica dos textos, e sim um “conjunto de textos co-ocorrentes, simultâneos e às vezes até mutuamente interferentes” (Geertz, 1989, p. 43). A recepção dos dois livros foi alvo de variadas interpretações, sendo importante notar que os livros foram responsáveis pela repercussão de seus autores na intelectualidade tanto brasileira quanto francesa<sup>3</sup>.

De forma resumida, *Os sertões* tem como cenário histórico a guerra de Canudos (1896-1897), conflito ocorrido em Belo Monte, na Bahia, tendo como figura central do movimento conselheirista o beato Antonio Conselheiro; o autor, Euclides da Cunha, foi ao sertão baiano como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* a fim de cobrir a quarta e última expedição. Porém, a obra se debruça para temas que vão além da circunstância da guerra. Assim, *Os sertões* tem preocupações teóricas e políticas, especialmente ao que tange os problemas relacionados à recém fundada República e à nacionalidade brasileira.

*Tristes trópicos* sobrevoa por diferentes lugares: embora Lévi-Strauss nos desloque, em seu “tapete voador”, entre a Índia, Calcutá, Lahore, Paris, e também pelo seu exílio em Nova York, durante a II Guerra, o livro concentra-se especialmente na experiência e estada de Lévi-Strauss, no Brasil, como professor da jovem Universidade de São Paulo, durante a década de 1930, enquanto integrante da missão francesa no Brasil. Além disso, o autor também apresenta suas incursões com as sociedades indígenas pelo interior do Brasil e a lapidação de seu trabalho como etnólogo.

---

<sup>1</sup> Consideramos as características apresentadas por Ítalo Calvino (1991) no que diz respeito à nomeação de uma obra enquanto “clássico”, entre as quais destacamos: “Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira”; “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”; “Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”; “Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos” (Calvino, 1993, p. 9-16).

<sup>2</sup> De acordo com Bakhtin (2016), o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados caracterizados por 1) unidade temática; 2) estilo; 3) construção composicional. Nesse sentido, ainda que a “heterogeneidade” seja marca constituinte, cada campo de utilização da língua estabelece seus “tipos relativamente estáveis de enunciados”, os quais denominamos “gêneros do discurso”. Evidente que *Os sertões* e *Tristes trópicos* não são os primeiros e únicos livros que tensionam os limites dos diferentes gêneros do discurso, mas são livros que chegam à crítica especialmente por esse traço.

<sup>3</sup> *Tristes trópicos* foi traduzido para o português pela primeira vez em 1957, pela editora Anhembi, por Wilson Martins, sendo revisado por Claude Lévi-Strauss. *Os sertões* foi traduzido para o francês pela primeira vez em 1947, pela editora Caravela Ltda, por Sereth Neu, sob o título *Les Terres De Canudos: os Sertões*.

Como escreve Berthold Zilly (2002), “desde o início, *Os sertões* é concebido como um livro de literatura universal e, antes de escrever a primeira linha, o seu autor já combinou com um letrado franco-brasileiro na Bahia, Pethion de Villar, uma tradução para o francês, língua franca da época”. (Zilly, 2002, p. 345).

Os livros concretizam-se, portanto, a partir da experiência da viagem, não resumindo-se em seu relato integral (numa espécie de diário de viagem), e mais em uma tentativa de captura de elementos para projeções possíveis a respeito de suas inquietações, seja Euclides da Cunha com o destino das populações sertanejas e o desenrolar da República; ou Lévi-Strauss instigado por uma busca de interpretação sistemática das culturas, ao mesmo tempo deparando-se com as chagas da civilização nas populações indígenas brasileiras e também com a situação de exílio que viveu durante a II Guerra.

Sobre os variados “rótulos” atribuídos aos livros de Euclides da Cunha e de Lévi-Strauss é curioso perceber como eles operam como “faca de dois gumes”, pois ao mesmo tempo em que lançaram os livros para diferentes circuitos, ambos compartilharam dificuldades advindas dessa mesma profusão de gêneros. Pela falta de consenso no que seria *Os sertões*, por exemplo, Fernando Nicolazzi (2010) observa que foi significativo a ausência do nome de Euclides da Cunha entre os autores convidados por João do Rio, na primeira década do século XX, para deporem sobre “o momento literário”. Mobilizando a fala de um dos entrevistados, Nicolazzi demonstra que Euclides da Cunha era encarado com certa resistência por parte dos literatos, por considerá-lo autor de ciência. A ausência também é verificada quando se trata de encarar *Tristes trópicos* como literatura. O júri do Prêmio Goncourt, reconhecido como o maior prêmio literário na França, lamentou em comunicado o fato de que não poderiam coroar o livro de Lévi-Strauss, pois *Tristes trópicos* seria, na visão dos jurados, um ensaio e o regulamento os obrigava a “recompensar um romance” (Mollier, 2012, p. 327).

O entrelugar dos livros já foi pontuado por Luiz Roncari, em seu artigo, *Tristes trópicos/trópicos tristes: o olhar de fora* (2018), quando indica:

A mesma perplexidade que causara *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, no Brasil, que ninguém sabia direito o que era, se um livro de literatura ou de ciências, ao mesmo tempo que reunia traços das duas, o livro de Lévi-Strauss causara na França, um verdadeiro rebuliço. (...) De forma que quem quisesse dizer alguma coisa nova a respeito do livro teria que passar necessariamente por essa fortuna de críticas e resenhas. (...) do mesmo modo, valeria a pena um estudo comparativo de *Os Sertões* e *Tristes trópicos* (Roncari, 2018, p. 135-136).

A respeito da dificuldade em alocar os livros em gêneros textuais específicos, podemos relacionar esse fenômeno ao entendimento de que *Os sertões* e *Tristes trópicos*

são textos que ensaiam, em certa medida, o “ensaio como forma” (Adorno, 1954)<sup>4</sup>. Nesse sentido, destacamos algumas considerações feitas por Adorno que gostaríamos de relacionar com os livros: por se tratar de obras que dissertam sobre a viagem como experiência e sobre a viagem como condição para o conhecimento, ambos tensionam, a partir da experiência humana individual, a coesão entre a esperança e a desilusão; enquanto forma, o ensaio permite, através da “mais simples reflexão sobre a vida da consciência”, elaborar conhecimentos que “difícilmente podem ser capturados pela rede da ciência” (Adorno, 2003, p. 22).

Desse modo, as impressões, lembranças, associações e comparações não têm um caráter arbitrário, pois funcionam como parâmetros para a escrita da experiência da viagem. Seguindo a leitura dos livros nessa chave, portanto, se o ensaio “suspende ao mesmo tempo o conceito tradicional de método” (Adorno, 2003, p. 27), temos, pelo uso desses recursos criativos acima citados, uma forma do pensamento “se aprofundar em seu objeto” (Adorno, 2003, p. 27). Não estando confinados em disciplinas, percebemos que, em *Os sertões* e em *Tristes trópicos*, Euclides da Cunha e Lévi-Strauss portam-se como “pensadores da cultura” (Loyer, 2018), especialmente por fazerem de si mesmos e de suas viagens “o palco da experiência intelectual” (Adorno, 2003, p. 29).

Ainda que seja pertinente destacar que o trabalho comparativo não se sustenta exclusivamente pela contemporaneidade entre os autores, ou mesmo do conhecimento mútuo de suas produções, é válido pontuar que Claude Lévi-Strauss publicou uma resenha crítica, em 1944, na revista *American Anthropologist*<sup>5</sup>, a respeito da tradução d’*Os sertões* para o inglês<sup>6</sup>, bem como cita diretamente Euclides da Cunha em páginas de *Tristes trópicos*<sup>7</sup>. Sobre a resenha, inclusive, Lévi-Strauss sentencia duras críticas ao

---

<sup>4</sup> Fernando Nicolazzi (2008) insere, além de Euclides da Cunha, autores como Paulo Prado, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, etc., como nomes da *tradição ensaística brasileira*. Essa tradição, à época de Euclides da Cunha, tinha como proposta o estudo “segundo o viés conceitual das, então, ‘novas ciências’”. Desse modo, “depois de reunir e criticar a documentação pertinente à experiência nacional”, haveria a possibilidade de interpretar “adequadamente sua história” (Nicolazzi, 2008, p. 10).

<sup>5</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. “South America. Rebellion in the Backlands; translated from *Os Sertões* by Euclides da Cunha, with Introduction and Notes by Samuel Putnam. (xxxiii, 526 pp. \$5.00. Chicago: University of Chicago Press, 1944.)”. *American Anthropologist*, n.s, 46, 1944, p.394-396.

<sup>6</sup> Sobre o projeto político de tradução da literatura latino-americana durante a década de 1940 pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos ver: MORINAKA, Eliza Mitiyo. **Política cultural e jogos de poder na tradução da narrativa de ficção brasileira nos Estados Unidos (1943-1947)**. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017 (358 p.).

<sup>7</sup> No tópico intitulado “No sertão”, Lévi-Strauss escreve: [...] “onde estão as terras malditas do Brasil pintadas por Euclides da Cunha em *Os sertões*, a serra do Norte haveria de se revelar um cerrado semidesértico e uma das zonas mais ingratas do continente” (Lévi-Strauss, 1996: 277).

trabalho de tradução feito por Samuel Putnam e reserva as devidas ressalvas a algumas interpretações de Euclides da Cunha, reconhecendo que o labirinto euclidiano inaugura uma literatura nacional brasileira, que se sustenta utilizando as palavras nativas como ferramentas, a população nativa como tema e a paisagem nativa como cenário. A singularidade d’*Os sertões*, então, se justificaria na constelação dessas características e por lembrar que as conquistas da civilização não são tão grandes e indiscutíveis.

A resenha escrita por Lévi-Strauss, inclusive, foi o primeiro material com o qual trabalhei para o estabelecimento de relações entre os dois autores. Enquanto bolsista de Iniciação Científica, durante o período de 2019-2020, fui orientada pela professora Dr<sup>a</sup> Francine Iegelski, com um projeto de pesquisa intitulado “Claude Lévi-Strauss, leitor de Euclides da Cunha”. A Iniciação Científica forneceu caminhos para a minha monografia, na qual tratei de algumas relações entre *Os sertões* e *Tristes trópicos*: dividida em três capítulos, concentrei-me, no primeiro capítulo, em contextualizar o período de exílio de Lévi-Strauss, em Nova York, no qual foi professor da *New School for Social Research*; e contextualizar o projeto de tradução da literatura latino-americana, promovido pelo Departamento de Estados dos Estados Unidos, que financiou a tradução de diferentes obras, entre as quais, *Os sertões*. O segundo capítulo foi dedicado a contextualizar os anos brasileiros de Lévi-Strauss, em vias de estabelecer alguns eixos aproximativos entre *Os sertões* e *Tristes trópicos*, os quais foram: i) entre ciência e literatura; ii) a experiência da guerra, a viagem e a crítica à modernidade. O terceiro (e último) capítulo foi dedicado às fotografias presentes nas edições trabalhadas.

Sobre as edições escolhidas para a realização do presente trabalho, optamos por utilizar a tradução de *Tristes trópicos* feita por Rosa Freire d’Aguiar, pela editora Companhia das Letras, datada de 1996. A edição física conta com duas seções: o texto escrito, dividido em 40 capítulos e 59 fotografias distribuídas em 3 conjuntos: I) as fotografias do povo Cadiueu; II) dos povos Bororo e Nambiquara; III) dos povos Tupi-Cavaíba e Mondés. As fotos de cada bloco aparecem em sequência, inseridas no meio dos capítulos referentes às sociedades em tema. Foi usada também, como forma de comparação, a edição original em francês (versão digital), publicada em 1955, pela editora Plon (nesta versão de bolso não há fotografias).

O mesmo procedimento foi feito em relação ao *Os sertões*, ou seja, o cotejamento entre duas edições: a que utilizamos foi publicada em 2013, pela Fundação Darcy Ribeiro; a usada como comparação foi a terceira edição, corrigida em vida por

Euclides da Cunha, disponível digitalmente no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (USP). Optamos por utilizar a edição de 2013 pela versão ortográfica mais atual (pois verificamos que entre elas a diferença se mostra pela forma de grafar algumas palavras).

Entre *Os sertões* e *Tristes trópicos*, o que se passou? Além de ambos serem “ruídos no gênero”<sup>8</sup>, há entre as obras intersecções que nos chama a atenção, entre as quais destacamos: a relativa distância entre viagem e escrita; Euclides da Cunha escreveu *Os sertões* cinco anos após o fim da guerra de Canudos, enquanto Lévi-Strauss escreveu *Tristes trópicos* quinze anos após sua estada no Brasil; o fato de ambos ancorarem-se em experiências de viagem, tendo como cenário histórico momentos diferentes da formação e da sociedade brasileiras; a presença da guerra, de forma mais evidente em *Os sertões*, pois a terceira parte do livro, *A Luta*, concentra-se nos episódios da guerra de Canudos, enquanto em *Tristes trópicos* há passagens mais breves sobre a ida de Lévi-Strauss a Nova York, devido ao estado de exílio que se encontrava em decorrência da invasão alemã em Paris<sup>9</sup>. Além disso, podemos considerar que os dois dissertam sobre a condição de sua própria civilização, seja Euclides da Cunha motivado em trazer às prateleiras das livrarias o livro que é fruto de alguns anos detido em suas páginas, na construção de sua obra “vingadora”, na denúncia daquilo que “foi, na significação integral da palavra, um crime” (Cunha, 2013 [1902], p. 4), enquanto *Tristes trópicos* tem contundentes conclusões a respeito da “evidência esmagadora de que 20 mil anos de história se passaram” (Lévi-Strauss, 1996, p. 38)<sup>10</sup>.

Sobre as diferenças entre as obras temos, por exemplo, o motivo de suas viagens: Euclides da Cunha trilha pelo interior do país como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* para cobrir a quarta e última expedição da guerra de Canudos, enquanto Lévi-Strauss vem ao Brasil devido a interesses profissionais e acadêmicos, já que “a antropologia moderna estava inexoravelmente ligada ao ato de viajar” (Peixoto, 1991, p. 161). Distinções deflagrantes de ordem teórica, fundamentalmente no tocante

<sup>8</sup> Emmanuelle Loyer (2018, p. 392) caracteriza *Tristes trópicos* sob esse ângulo, o qual é pertinente estender ao livro de Euclides da Cunha.

<sup>9</sup> Sobre o exílio de Lévi-Strauss durante a II Guerra Mundial, ver: A crise [1939-1941]; *A Frenchman in New York City: Exílio e invenção científica* [1941-1944]. In: LOYER, E. **Lévi-Strauss**. Tradução de André Telles. São Paulo: Edições Sesc São Paulo. 2018. pp. 211-285.

<sup>10</sup> Vale ressaltar que, diferente d’*Os sertões*, o livro de Lévi-Strauss foi motivado por um interesse mais despretenso. Nas palavras do antropólogo: “Eu possuía um saco cheio de coisas que tinha vontade de despejar... No fim, me desincumbi em quatro meses, e num estado permanente de exasperação intensa, colocando ali tudo que me passava pela cabeça, sem qualquer precaução”. Claude Lévi-Strauss, ‘Autoportrait’, **Le Magazine Littéraire**, *op. cit.*, p. 24 *apud* Loyer, 2018, p. 380.

ao tratamento da questão temporal e racial. Embora possamos encarar de certo ângulo o livro de Euclides da Cunha como empenhado em consolidar o consórcio entre ciência e arte, na contramão do tom marcadamente irônico de Lévi-Strauss, é interessante, pois, como essas obras, ainda que resultadas de investimentos pessoais e filiações muito distintos, operam para a crítica o poder de se imporem como “desafios literários do século XX” (Lutterbach, 1988, p. 33) (ou pelo menos de sua primeira metade). Nessa avenida, a constante caracterização d’*Os sertões* e de *Tristes trópicos* como porta-bandeiras de “lições”<sup>11</sup>.

Como explica Márcio Goldman, a nossa forma de reagir à temporalidade é refletir, de certo modo, sobre ela (Goldman, 1999, p. 233). Ainda que Euclides da Cunha e Lévi-Strauss não sejam historiadores *stricto sensu*, as interrogações sobre a história podem partir daqueles que François Hartog chama de *outsiders* (Hartog, 2006, p. 10). Nesse sentido, Euclides da Cunha e Claude Lévi-Strauss se apresentam como *outsiders* da história, pois abrem espaço para questões tanto à disciplina como ao seu domínio.

Esse reconhecimento não é inédito, pois Euclides da Cunha e Lévi-Strauss são autores cujas obras têm relevância aos estudos historiográficos. A respeito da ressonância das discussões de Lévi-Strauss na área de teoria da história destacam-se obras como o livro *Astronomia das constelações humanas* (2016), da historiadora

---

<sup>11</sup> Sobre *Os sertões*: talvez o discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, proferido por Sílvio Romero, represente uma boa síntese da crítica que marcou a publicação do livro: “De vosso livro deve-se tirar, pois, uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e com elas o dos doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil. (...) A Academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas um que pode colocar idéias, além de pronomes, porque estuda e medita, porque sabe ver e inquirir. Mas, afinal, é preciso generalizar e concluir. (...) Que lição podemos tirar do discurso, dos artigos, dos estudos do livro do Sr. Euclides da Cunha, eu digo lição que possa aproveitar ao povo que já anda cansado de frases e promessas, desiludido de engodos e miragens, sequioso de justiça, de paz, de sossego, do bem-estar que lhe foge, esse amado povo brasileiro, paupérrimo no meio das incalculáveis riquezas de sua terra?” (Romero, 1906).

Uma outra lição, destacada pelo próprio Lévi-Strauss é a de que: “Even now, *Os Sertões* stands to remind the Brazilian people that the achievements of the industrial civilization are not so great and indisputable that they should try to forget, instead of being proud of, those virgin sources of nature and humanity upon which, among all nations, they may rely for the building of a greater and better futuro” (Lévi-Strauss, 1944, p. 395 - tradução nossa). (Tradução: “Ainda hoje, *Os Sertões* lembra ao povo brasileiro que as conquistas da civilização industrial não são tão grandes e indiscutíveis a ponto de tentar esquecer, em vez de se orgulhar, daquelas fontes virgens de natureza e humanidade sobre as quais, entre todas as nações, eles podem contar com a construção de um futuro maior e melhor”).

Em relação a *Tristes trópicos*, Loyer (2018) observa que uma de suas lições se dá pela conjugação entre um método de investigação que “mostra como a antropologia estrutural se baseia na descrição contrastiva e no estudo de diferenças diferencial”, ao mesmo tempo em que mostra como sua antropologia “está envolta de afetos, sonhos e pesadelos” (Loyer, 2018, p. - p. 19), revelando uma das mais importantes lições que esse livro de viagens promove: a deflagração de como o Ocidente pode operar como força devastadora (Loyer, 2018, p. p. 151).

Francine Iegelski, bem como parte da produção do historiador François Hartog, em especial os livros *Crer em História* (2017), *Regimes de historicidade* (2019) e seu livro mais recente, *Confrontations avec l'histoire* (2021). O livro de Iegelski, além de tratar profundamente dos trabalhos de Lévi-Strauss e articulá-los com a teoria da história, situa os debates entre o antropólogo e vários outros autores (historiadores, ou não), demonstrando que a reverberação de seus escritos na discussão historiográfica é consistente.

Temístocles Cezar, em *Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica* (1999), coloca em evidência o aspecto do relato de viagem de *Tristes trópicos*, estabelecendo comparação entre Lévi-Strauss e diferentes historiadores, como Adolfo de Varnhagen. Mobilizando alguns viajantes quinhentistas como Gabriel Soares de Sousa, Hans Staden, Jean de Léry e André Thevet, Temístocles disserta acerca da repercussão que essas narrativas empreenderam tanto em *História Geral do Brasil* e em *Tristes trópicos*.

Embora o conjunto da obra de Euclides da Cunha seja consideravelmente menor, sendo *Os sertões* o livro de maior expressão nas discussões historiográficas, o nome do autor fluminense é fundamental para os estudos sobre a escrita da história do Brasil. Vale a observação, inclusive, de John Milton (1997) ao fato de que *Os sertões* foi traduzido para o inglês sendo apresentado como um livro de história nos Estados Unidos<sup>12</sup>. Em relação aos estudos historiográficos que destacam ou levam em consideração a produção intelectual de Euclides da Cunha, podemos citar: a tese de doutorado de Fernando Nicolazzi, *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*, dedicada a traçar comparações entre *Os sertões* e a obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*; tanto a dissertação, quanto o livro (originado da tese) de Rodrigo Turin discutem a produção historiográfica oitocentista - embora o foco não seja Euclides da Cunha, ele aparece como importante nome para a discussão de Turin<sup>13</sup>.

Além da tese, Fernando Nicolazzi escreveu artigos sobre Euclides da Cunha que são de notoriedade para o presente estudo: a) *O narrador e o viajante: notas sobre a*

---

<sup>12</sup> John Milton escreveu: “É significativo o fato de que *Rebellion in the Backlands* foi publicada por uma editora universitária, a *University of Chicago Press*, na série *Phoenix Books in History*. Na capa constam as categorias *Literature/History*. Desse modo, pode-se observar que o aspecto de *Os sertões* como livro de história é enfatizado” (Milton, 1997, p. 182).

<sup>13</sup> A dissertação e o livro resultado da tese têm como títulos, respectivamente: *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista* (2005); *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista* (2013).

retórica do olhar em *Os sertões* (2009); e b) *O tempo do sertão, o sertão no tempo*: antigos, modernos, selvagens. Leitura de *Os sertões* (2010). Os artigos possuem como eixo central a discussão sobre as posturas de Euclides da Cunha perante o uso da condição temporal para explicar o sertão.

Temos também a obra de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República (1995), que compara Euclides da Cunha e Lima Barreto a fim de demonstrar como linhagens intelectuais da Belle Époque – utilitarismo, liberalismo, positivismo – foram incorporadas pelos autores e como essas linhas definiram categorias disputadas na I República, principalmente no que diz respeito a ideia de nação. Sevcenko argumenta que os autores se destacam por conta de seus textos refletirem conscientemente o antagonismo das posições defendidas internamente no universo social da Primeira República.

A respeito da presente dissertação, nosso interesse foi o de sustentar o diálogo entre *Os sertões* e *Tristes trópicos* a partir do seguinte tripé: o tripé “etnografia, literatura e história”. Mesmo esse recorte se apresenta desafiador, mas, nas palavras de Euclides da Cunha, “intentamos esboçar, palidamente embora” (Cunha, 2013 [1902], p. 3), reflexões que possam estabelecer relações entre viagem, escrita e temporalidade, ao considerar que o significado da viagem em *Os sertões* e em *Tristes trópicos*, além de científico, também produz e interpreta a própria experiência dos autores, entre a admiração, a melancolia e uma espécie de escrita da urgência. A análise empreendida escapa ao “testemunho sobre os fatos”, estando orientada na busca de vestígios do que Ligia Chiappini chama de “fatos menos palpáveis” captados pela “sensibilidade, intuição ou imaginação, por metáforas mais que por conceitos” (CHIAPPINI, 2000, p. 24).

Os contrastes engendrados pela viagem são apresentados em seus textos por veredas discursivas que encontram, no deslocamento e distanciamento espaço-temporal, a configuração que sobrepõe tempo individual e coletivo. Perceber *Os sertões* e *Tristes trópicos* como projetos dirigidos por seus autores durante seus momentos de crise<sup>14</sup>, considerando-os “livros-eixo, que reorganiza[m] o tempo em torno de si e em si” (Loyer, 2018, p. 377). Adorno nos lembra, assim, que outra característica do ensaio como forma é justamente a relação com a experiência, na compreensão de que “a

---

<sup>14</sup> Como Loyer (2018) define, “A crise é o momento de uma doença caracterizado por uma mudança súbita e decisiva: ou se sara ou se morre” (Loyer, 2018, p. 211). Os livros, então, como “livros-sintoma” das crises que seus autores compartilham, discussão que será melhor abordada ao longo da dissertação.

experiência meramente individual (...) é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica” (Adorno, 2003, p. 26).

Justificamos, através de Adorno, o uso do termo “contraste” que dá nome à dissertação: entendendo que o ensaio não é “desprovido de lógica”, as contradições, ou contrastes que serão apresentados se demonstram como contradições do “próprio objeto em questão” (Adorno, 2003, p. 20). Assim, *Os sertões* e *Tristes trópicos*, de certa forma, coordenam esses elementos contraditórios, “em vez de subordiná-los” (Adorno, 2003, p. 43). Os contrastes que permeiam os livros são fundamentais para as reflexões e interpretações de Euclides da Cunha e Lévi-Strauss, de modo que a viagem aparece nos livros com certa opacidade: ela não é exatamente reveladora, mas anti-reveladora.

Nos interessa, em um primeiro momento, estabelecer os contatos dos autores com os circuitos que os levaram às suas viagens. Assim, tanto o “escritor” como o “etnólogo” por acidente foram perpassados por condições específicas em seus itinerários profissionais que coadunam em suas incursões pelo Brasil. Tais condições são relevantes à medida em que nos permite traçar o panorama intelectual no qual os autores estabelecem suas viagens e, posteriormente, escrevem suas obras. Dessa forma, buscamos atender aos cuidados metodológicos sugeridos por Mary Anne Junqueira (2011), isto é, conferir o “lugar de enunciação” dos autores; as condições que os levaram às suas viagens; o período em que os livros foram escritos; quando se publicou; e como foram recebidos.

Essas etapas nos permite perceber, pela história intelectual, que a relação entre texto e contexto fomenta a plasticidade e o alcance interpretativo entre essas duas instâncias. A história intelectual atesta a impossibilidade de um contexto esgotar a leitura de um texto, na medida em que o texto, além de carregar marcas de seu tempo, também pode desafiar o seu contexto. Como diz François Hartog (2016), no prefácio ao livro de Francine Iegelski, “nunca é inútil, quando se pratica a história intelectual, retornar às controvérsias” (Hartog, 2016, p. 17), haja visto que a relação entre texto e contexto pode ser pensada “em um diálogo (...) que pode envolver desde a explicitação de premissas tacitamente aceitas até a crítica radical de usos e costumes de há muito estabelecidos” (Araújo, 2019, p. 362).

Dando seguimento, o segundo capítulo trata dos protagonistas geográficos: o Atlântico (como Novo Mundo) e o sertão. Antes, porém, discutiremos os limites entre a escrita etnográfica e literária à época dos autores, de modo a percebermos diferentes paradigmas que imperavam no Brasil do século XIX e na antropologia francesa da

primeira metade do século XX. Nos interessa sinalizar, nesse momento, que a forma como Euclides da Cunha e Lévi-Strauss (d)escrevem seus cenários não tem apenas uma motivação descritiva, mas uma motivação reflexiva. Desse modo, o relato de viagem nos é caro, historiograficamente, mais pela “verdade que ele quis construir” do que “a veracidade do relato” (JUNQUEIRA, 2011, p. 53). Assim, são os sertões e a América revisitados que despontam na narrativa<sup>15</sup>. Essa revisitação é feita, acreditamos, através do recurso do que Michel de Certeau definiu como o “corte” geográfico entre “aqui” (*ici*) e “lá” (*là-bas*): em nosso caso, o corte entre Velho/Novo Mundo e litoral/sertão. A travessia, então, é orientada por três eixos que escolhemos destacar: i) imensidão; ii) distância; iii) estranhamento.

Mas nos livros, o viajante que aparece não tem traços semelhantes com aquele descrito por Walter Benjamin em *O narrador*, isto é, com o viajante que comporta diferentes experiências e, portanto, se torna um “narrador” ou “contador” de histórias. Buscamos ler os textos a partir de outra figura delineada por Benjamin: o narrador pobre de experiências. Pobre de experiências porque as guerras e, de certa forma, a própria história ocidental provocam o contínuo silenciamento dos contadores de história. Nesse sentido, *Os sertões* e *Tristes trópicos* pertencem também ao que Fernanda Peixoto (1992) definiu como “narrativas modernas de viagem”, pois seu traço distintivo é a decepção do viajante consigo e com sua civilização, como um espelho, em que onde se pensa encontrar o outro, encontra a si mesmo.

São os efeitos do deslocamento espacial que nos permite pensar a relação temporal estabelecida n’*Os sertões* e em *Tristes trópicos*. É esse o caminho que traçamos no terceiro capítulo. O estabelecimento da ponte entre espaço e temporalidade foi feito a partir do que Fernando Nicolazzi definiu como um “discurso sobre a ausência”. Nesse sentido, buscamos demonstrar, finalmente, que há um discurso sobre a ausência que opera sob a *falta*, em *Os sertões*, e sob a *perda*, em *Tristes trópicos*. Através das comparações e dos paralelos feitos nos livros, podemos perceber os “sentidos do tempo” presentes.

---

<sup>15</sup> Tal reflexão partiu da leitura da análise feita por François Hartog à obra de Chateaubriand. HARTOG, François. Chateaubriand: entre o antigo e o novo regime de historicidade. In: **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. 1. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 (pp. 93-131).

# Capítulo 1

## Itinerários: viagem, escrita e recepção

### 1.1 Veredas euclidianas:

#### 1.1.1 Entre trenas e continências, a pena: o escritor Euclides da Cunha

Embora o ofício de escritor não fosse a ocupação principal de Euclides da Cunha, certos entraves e certas ascensões em momentos de sua carreira foram méritos do exercício da escrita. Ainda jovem, escolheu a atividade militar, mas logo a deixou para trabalhar como engenheiro no serviço público de São Paulo. Além de chefiar a expedição ao Purus e ter sido cartógrafo no Itamaraty, Euclides da Cunha foi professor de lógica no Colégio Pedro II, antigo Ginásio Nacional, no Rio de Janeiro (Ventura, 2003, p. 33).

No entremeio dos estudos formativos e da prática profissional, Euclides da Cunha escrevia. Seu artigo de estreia, *Em viagem*, foi publicado no dia 4 de abril de 1884, no jornal *O Democrata*, dos alunos do Colégio Aquino. A bordo de um bonde, tece críticas ao progresso através da verve descritiva da natureza em tom dramático, traço presente em grande parte de sua obra, na construção de uma paisagem idílica ameaçada pela tensão do binômio “natureza” e “cultura”.

É majestoso o que nos rodeia — no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida; envolta na clâmide cintilante do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora numa expansão sublime de canções, auroras e perfumes... (...) contudo uma ideia triste nubla-me este quadro grandioso — lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na frente da natureza... Uma ruga, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: — o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! (...) (Cunha, 1884).

Ingressou em 1885 no curso de engenharia da Escola Politécnica e, em 1886, transfere-se para a Escola Militar - na Praia Vermelha, no bairro da Urca, Rio -, na qual fez publicações na *Revista da Família Acadêmica*, editada pelos alunos. Grande parte de sua contribuição consistiu em poemas como *A flor do cárcere*, *Fazendo versos*, *Cristo e Estância* (Carvalho, 2019). Alguns desses poemas já haviam sido escritos, em 1883,

quando Euclides da Cunha ainda era aluno do Colégio Aquino. Os poemas compunham seu primeiro livro, intitulado *Ondas - primeiras poesias de Euclides Cunha*<sup>1</sup>. Do livro, certos poemas foram publicados na *Revista da Família Acadêmica* e outros chegaram a público postumamente (Ventura, 2003, p. 45).

Em relação ao período em que esteve matriculado na Escola Militar, é válida a menção a um de seus mais importantes professores, Benjamin Constant, que lecionou no Colégio Aquino e ingressara na Escola Militar como professor de álgebra, geometria e cálculo, em 1872. Como consideram grande parte dos biógrafos de Euclides da Cunha, Constant foi figura fundamental no que diz respeito à difusão do pensamento positivista de Augusto Comte. Além do professor, a própria escola “era um centro de irradiação de ideias positivistas, evolucionistas e republicanas” (Ventura, 2003, p. 52), incorporadas principalmente nos escritos de Augusto Comte e Herbert Spencer.

Centro de irradiação dessas discussões, a Escola Militar foi também constante alvo de críticas por parte dos alunos, no que diz respeito às concessões de promoções para o quadro de alferes-aluno, que estavam escassas desde 1881, bem como à manutenção insuficiente das condições de higiene e das condições alimentícias. Tais condições já haviam sido sinalizadas pela imprensa, como a observação feita pela *Gazeta de Notícias*, em julho de 1888, antes do episódio que Euclides da Cunha protagonizou no final do ano (Ventura, 2003, p. 66).

O episódio se delineou a partir do interesse dos alunos da Escola em recepcionar o republicano Lopes Trovão em seu retorno da Europa, no dia 4 de novembro. No entanto, o dia da regular revista feito pelo ministro da Guerra, Tomás Coelho, foi adiado do 3 para o dia 4 de novembro, impedindo que os simpatizantes ao republicano fossem prestigiá-lo (Galvão, 1984, p. 27). O episódio, enquanto protesto manifestado pelo então cadete Euclides da Cunha, se deu durante a revista de Tomás Coelho, em que, saindo de sua posição em fila, atirou ao chão seu sabre-baioneta, tendo como consequência o trancamento de sua matrícula na Escola e seu desligamento do Exército.

De sua saída e da repercussão controversa nos jornais, em artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, *O País*, *A Província de São Paulo*, Euclides da Cunha foi convidado por Júlio Mesquita para escrever coluna política no jornal engajado na campanha republicana da época, *A Província de São Paulo*, atual *O Estado de S. Paulo*,

---

<sup>1</sup> Sobre os poemas de juventude de Euclides da Cunha, ver: *Ondas*. In: Cunha, Euclides da Cunha da, 1866-1909: **Poesia reunida**/Euclides da Cunha; organização, estabelecimento de textos, introduções, notas e índices: Leopoldo M. Bernucci, Francisco Foot Hardman. - São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 23-219

o qual era o maior da cidade, contando com uma tiragem diária de 4.200 exemplares (Ventura, 2003, p. 77). Sua estreia na imprensa diária se deu com *A pátria e a dinastia*, o primeiro de uma série de artigos de propaganda, em que atacava o imperador e a família real (Ventura, 2002, p. 77).

O relevante a destacar é a mudança de alcance que a escrita de Euclides da Cunha passa a ter na *Província*, visto que seus escritos circulavam até então entre os alunos de suas antigas escolas. O alcance e o impacto que isso poderia gerar em sua carreira profissional pode ser discutido pelo fato dos primeiros artigos publicados no jornal não terem sido assinados sob sua rubrica. Após assinar o primeiro artigo com as iniciais “E.C”, passou a usar o pseudônimo “Proudhon”, que, segundo Roberto Ventura (2003), motivava-se pela identificação com os ideais revolucionários do pensador francês Pierre-Joseph Proudhon. O uso do pseudônimo se justifica, provavelmente, pelo interesse de Euclides da Cunha em continuar seus estudos de engenharia na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, o que poderia ser dificultado com a identificação de sua autoria com os artigos publicados. Tanto é que o primeiro artigo na *Província* que leva sua assinatura foi publicado quando o autor já cursava a Politécnica (Ventura, 2003).

Ventura traça o perfil de Euclides da Cunha, anterior à proclamação, imerso na efervescência de posturas defendidas no tratamento dos encaminhamentos à República, centradas em sua maioria nas discussões evolucionistas e revolucionárias, as quais atingiram e perpassaram Euclides da Cunha.

Era evolucionista, em termos filosóficos, ao conceber a história como sucessão de etapas evolutivas. Mas era revolucionário em termos políticos, ao pregar a revolução como um modo de abreviar a passagem da Monarquia para a República, a exemplo do que fizera a França para derrubar o Antigo Regime (Ventura, 2002, p. 81).

O binômio tem um caráter mais didático do que categórico, pois entendemos que uma dicotomia tão cristalizada não compõe um perfil. Importa reter uma das principais referências: a Revolução Francesa que encarna, em certa medida, a projeção alçada para o desenrolar da República brasileira. Ao saudar o início do ano de 1889 com o artigo intitulado *89*, Euclides da Cunha estabelece paralelos entre a revolução na França em 1789 e as comemorações de seu centenário no Brasil, vislumbrando nesse espírito comemorativo encaminhamentos possíveis para a derrocada do Império e instauração da República.

Como situa Ventura, o episódio histórico não foi alvo apenas de Euclides da Cunha, e sim do imaginário dos republicanos brasileiros. Além do *O Estado de S. Paulo*, o jornal carioca *Gazeta de Notícias* promoveu a circulação de artigos sobre essa temática, publicando narrativas de episódios retirados das obras de historiadores franceses, como Jules Michelet e Hippolyte Taine (Ventura, 2002, p. 81).

Apesar do aparente entusiasmo, Euclides da Cunha não participou da noite de 15 de novembro de 1889, sendo noticiado da instauração da República no dia seguinte, através dos jornais e de um colega da Escola Politécnica, que o convida para uma reunião na casa do General Sólon, o qual será seu sogro posteriormente<sup>2</sup>. Pela boa recepção de Sólon e do marechal Deodoro da Fonseca, por ser Euclides da Cunha símbolo do novo regime, tanto pelo protesto de 1888, quanto por suas páginas na *Província*, é reintegrado no Exército, no dia 17 de novembro de 1889, por intermédio de seu antigo professor e novo ministro da Guerra, Benjamin Constant. Seu retorno é efetivado com sua promoção a alferes-aluno e em sua licença para cursar a Escola Superior de Guerra (Galvão, 1984, p. 27).

A respeito de sua participação no circuito jornalístico, Ventura realizou o levantamento de que, entre 1888 a 1907, Euclides da Cunha publicou 114 artigos e ensaios, 14 na *Província* e 100 no *Estado*, além de 57 telegramas sobre a guerra de Canudos e 1 poema, ainda que com algumas interrupções na parceria. Além da *Província*, contribuiu de forma menos expressiva em outro jornal, de formato pequeno, chamado *Democracia*. Seu primeiro artigo data de 18 de março de 1890, intitulado *Sejamos francos*, no qual expõe alguns pontos de desilusão, ao perceber que a sua luta, a empunhada pela pena, “começa a perder sua feição entusiástica” (Cunha, 1890, p. 2), ao mesmo tempo que encara que o meio para superar a falta de um ideal seja “preparar a sociedade — para que a sociedade produza a República” (Cunha, 1890, p. 2). Entre abril e junho reservou sua escrita no *Democracia* a rodapés subordinados a título único, *Divagando*, nos quais atacava órgãos da imprensa católica e criticava o programa de ensino nas Faculdades de Direito (Andrade, 2002).

---

<sup>2</sup> Euclides da Cunha casou-se com Ana Emília Solon Ribeiro em 1890. Sobre o casamento e o episódio trágico, conhecido como “A tragédia de Piedade”, que resultou do assassinato de Euclides da Cunha por Dilermando de Assis, em 1909, ver: VENTURA, Roberto. *Tragédia Familiar; Ana; In: Euclides da Cunha: Esboço biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp.258-263. FERREIRA, Regiane; VOGEL, Arno. A tragédia da Piedade: o grande drama da República, *Anuário Antropológico* [Online], v.40 n.1 | 2015, posto online no dia 01 junho 2018, consultado 03 de maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Dtc1lo>.

Em meio às desilusões com a recém-fundada República, inclusive com seu antigo professor, Benjamin Constant<sup>3</sup>, Olímpio de Souza Andrade (2002) levanta a hipótese de que Euclides da Cunha esteve envolvido, em certa medida, com os eventos que antecederam o contragolpe do marechal Floriano Peixoto<sup>4</sup>. Sua postura nas redações inclusive transformou-se no que tange à nova administração política. Com a nova série de comentários, n' *O Estado de S. Paulo*, entre 29 de março e 6 de julho de 1892, Euclides da Cunha passa a defender Floriano e diversifica seus assuntos, que até então eram marcadamente políticos, para tecer comentários de outras naturezas.

Com os adornos de republicano assíduo, Euclides da Cunha, porém, “não se ajustava nunca à política como ela é” (Andrade, 2002, p. 81). Insignia dessa afirmação é o posterior descompasso com Floriano, por ter sido convidado pelo marechal a escolher uma posição em seu governo, ao qual responde “que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática na E. F. C. do Brasil!” (Cunha, 1904). Desse desencontro de interesses, Euclides da Cunha vislumbra em carta: “E tive ainda a inexplicável satisfação de descer orgulhosamente as escadas do Itamarati (...), e sair agitando não sei quantos sonhos de futuro... um futuro que desastrosamente eu tinha destruído” (Cunha, 1904).

Ademais, Euclides da Cunha acentua sua discordância em relação a Floriano após seu sogro, o General Solon, então deputado do Mato Grosso, ter sido preso e pelos boatos de que seria fuzilado, bem como por duas cartas à *Gazeta de Notícias*, no contexto da Revolta da Armada (1893-1894), nas quais se posiciona decididamente contra a repressão aos opositores políticos - sugestão dada pelo senador do Ceará, João Cordeiro.

O Sr. João Cordeiro manifestou sentimentos de tal natureza que, caso passem em silêncio, provocarão um grande espanto no futuro, definindo pela pior maneira a feição atual da sociedade brasileira (...) almeja o morticínio sem os perigos do combate (Cunha, 1894).

Evidente que a repercussão foi percebida pelo Governo, tendo como consequência a determinação, por parte de Floriano, da transferência de Euclides da

---

<sup>3</sup> Em carta a seu pai, Euclides da Cunha escreve: “Imagine o senhor que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear, e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado - justamente desmoralizado” (14/06/1890). Disponível em: <https://bit.ly/3R5VzSm>.

<sup>4</sup> Para mais detalhes da argumentação de Souza Andrade, ver: República, pilhas de livros e desilusões. In: ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de Os sertões**. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 65-89.

Cunha para um trabalho distante da capital, através da Diretoria de Obras militares, para a cidade mineira de Campanha, em 28 de março de 1894 (Andrade, 2002, p. 91). O período em Campanha impulsionou a fase de estudos mais sérios de Euclides da Cunha, quando começou a estabelecer diversas leituras, a maioria delas estimulada pelo professor e jornalista Júlio Bueno, como *Géologie, flore, faune et climats du Brésil*, de E. Liais e *Teoria do socialismo*, de Oliveira Martins (Ventura, 2002, p. 92).

Ao deixar Campanha, em 1895, após sua licença do Exército, Euclides da Cunha retorna a São Paulo na tentativa de se consolidar na carreira de engenheiro, não retornando à carreira militar. Ao ser efetivado no cargo de engenheiro-ajudante da Superintendência de Obras do Estado de São Paulo, o autor realiza viagens enquanto engenheiro. Além da motivação profissional, Walnice Nogueira Galvão destaca que Euclides da Cunha tinha um projeto em conhecer o Brasil. Assim, as viagens de Euclides da Cunha demonstram, para a autora, um desvio e uma rejeição “ao galicismo de nossa *belle époque* e uma certa vivência epidérmica de salões e modismos” (Galvão, 1984, p. 34).

Após o hiato de cinco anos com *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha retorna, no dia 4 de março de 1897, com o ensaio *Distribuição dos Vegetais no Estado de São Paulo*, debruçando-se sobre o trabalho do botânico Alberto Löfgren; sobre a flora paulista, com referências à *Flora Brasiliensis* de Friedrich von Martius; sobre a teoria de Jules Thurmann a respeito da porosidade do solo; e sobre a monografia do dinamarquês E.B Warming sobre a flora mineira em torno de Lagoa Santa (Amory, 2009, p. 109).

N’*O Estado* sua atenção permanecia às voltas de escrever artigos no tocante a assuntos mais sérios. O jornal se apresentava como espaço de escrita no qual pudera “dar vazão ao espírito público que o animava, à vocação dos estudos históricos e sociais que o impelia, à sua invencível tendência de homem andejo” (Andrade, 2002, p. 110). Da confluência de tais características, o que poderia vir a ser mais um artigo a compor o acervo bibliográfico de Euclides da Cunha, torna-se o bilhete de entrada para a cobertura jornalística do marcante episódio da história brasileira: a guerra de Canudos (1896-1897).

### 1.1.2 “A nossa Vendéia”: o bilhete de entrada para a história

Como já exposto, a Revolução Francesa semeou projeções e comparações a respeito da República, bem como sobre o ditame do processo histórico que a engendrou. Euclides da Cunha opera constantemente essa relação franco-brasileira a partir de suas leituras de Jules Michelet e Thomas Carlyle, em especial com o caso da sublevação de camponeses, caracterizada como monarquista e católica, da região da Vendéia, como reação à derrubada do Antigo Regime. (Ventura, 2002, p. 105). Antes de traçar paralelos do episódio francês com Canudos, escreveu, em 6 de abril de 1892, a respeito dos opositores de Floriano Peixoto: “A República brasileira tem também a sua Vendéia perigosa. (...) A República vencê-los-á, afinal, como a grande revolução à Vendéia” (Cunha, 1892).

Alçando voos mais altos, a incorporação da Vendéia no imaginário euclidiano atinge outra repercussão nos dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*, o primeiro de março de 1897, e o segundo de julho de 1897. Antes da publicação de Euclides da Cunha, Canudos já se tornava palco de especulações a respeito de sua possível ameaça frente ao atual governo do presidente civil, Prudente de Moraes<sup>5</sup>. Como destaca Roberto Ventura (1997), a Igreja também teve papel fundamental na construção de uma imagem negativa da comunidade, pois se posicionava contra “a atuação pouco ortodoxa dos beatos e pregadores” (Ventura, 1997, p. 166)<sup>6</sup>. Além da instituição eclesiástica, é notável a pressão dos proprietários de terras contra a comunidade.

Somado a esse contexto, o jornal, que já era o meio de comunicação mais eficiente no Brasil do século XIX, transforma Canudos em assunto privilegiado nas redações. Como situa Walnice Nogueira Galvão (1994), a intensificação da curiosidade em torno do embate travado nos confins da Bahia se dá após a 3ª Expedição, formada por 1.300 soldados e comandada pelo coronel Moreira César, morto em combate com os conselheiristas, ter sido derrotada. Sobre o episódio, o *Estado* de 8 de março atingiu a tiragem recorde de 18.422 exemplares (Ventura, 2002, p. 156). Mapeando a cobertura jornalística de Canudos, Walnice observa que “o assunto é tão candente que ‘Sobre

---

<sup>5</sup> Sobre a tensão política que Canudos engendrou nos divergentes setores republicanos, ver: VENTURA, R. (1990). “A Nossa Vendéia”: Canudos, o Mito da Revolução Francesa e a Formação de Identidade Cultural no Brasil (1897-1902). *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (31), 129-145. Disponível em: <https://bit.ly/3Tk3oFH>

<sup>6</sup> A partir de 1860, situa Ventura, “o clero brasileiro passou por um processo de romanização, em que os padres foram submetidos à autoridade dos bispos e das arquidioceses, que passaram a combater a ação dos pregadores leigos” (Levine, 1992; Villa, 1995 *apud* Ventura, 1997, p. 168)

Canudos' torna-se seção e passa a sair com regularidade [no jornal *O País*]” (Galvão, 1994, p. 59). Além dele, o *Estado* publicava editoriais com o título *Pela República*, no intuito de reafirmar o caráter monárquico do embate (Ventura, 2002, p. 156). A atenção dada à Guerra de Canudos, “se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos” (Galvão, 1994, p. 109).

Partilhando da atenção dos interessados em entender o que se passava no interior da Bahia, especialmente após a derrota da expedição Moreira César, Euclides da Cunha publicou os artigos em março e julho, nos quais comentava a derrota militar, bem como se lançava além da contingência posta, traçando linhas de seus estudos geográficos a respeito da região e esboçando aspectos do homem sertanejo. Como aponta Ventura, a base da qual partiu Euclides da Cunha para a escrita dos artigos foi, em grande parte, atribuída aos dados fornecidos por seu colega, o engenheiro e geógrafo baiano Teodoro Sampaio (1855-1937) e também à monografia de José de C. Carvalho sobre o transporte do meteorito Bendegó do interior da Bahia para o litoral, *Météorite de Bendegó, Rio de Janeiro* (1888) (Amory, 2009, p. 111). Os artigos foram bem recebidos pela riqueza de detalhes sobre o vale do Vaza-Barris, como também pela referência a inúmeros naturalistas e cientistas, como Martius, Saint-Hilaire, Humboldt, Caminhoá e Livingstone (Ventura, 2002), no consórcio que irá sustentar *Os sertões*: a relação homem-meio. Ao descrever o meio físico, Euclides da Cunha o apontou como o maior aliado dos conselheiristas e “talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antonio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas” (Cunha, 1897).

A Vendéia é mobilizada como paralelo, na medida em que Canudos performa para Euclides da Cunha “o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples” (Cunha, 1897), que é “habilmente aproveitado pelos propagandistas do império” (Cunha, 1897), mas que, no caso brasileiro, “será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante desta última prova” (Cunha, 1897). Como expõe Ventura, a direção da argumentação de Euclides da Cunha coloca duas questões: “a universalização da Revolução Francesa, que adquire um caráter exemplar, e a inserção de sociedades nacionais em um modelo normativo de história universal” (Ventura, 1998, p. 130). Na ênfase “à religiosidade comum, à coragem destemida e às vantagens táticas dos dois terrenos nos quais praticam uma guerra de guerrilha contra tropas regulares” (Amory, 2009, p. 111), a “Vendéia” conselheirista, esboçada por

Euclides da Cunha, pressentia, ademais, uma atmosfera de mistério, cujas razões eram mais profundas do que um simples desejo de restauração monárquica (Andrade, 2002).

No interesse em averiguar de perto a situação, Júlio Mesquita convida Euclides da Cunha para acompanhar a 4ª Expedição a Canudos, organizada e comandada pelo General Artur Oscar, no intuito de manter os leitores do diário paulista atualizados, através de correspondência regular (Andrade, 2002, p. 127), além de ampliar as soluções puramente profissionais para o conflito, posto que Euclides da Cunha destacou-se na redação d'*O Estado* por suas qualidades literárias (Andrade, 2002, p. 129). Outro diferencial de Euclides da Cunha aos demais correspondentes foi a nomeação como adido ao Estado-Maior do ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, solicitada por Júlio Mesquita a Prudente de Moraes, a qual foi concedida. Desse modo, o correspondente do *Estado* poderia acompanhar mais de perto os planejamentos das operações militares (Ventura, 2002, p. 155-156).

No entanto, o convite não foi aceito em primeira oferta, especialmente pela resistência de Euclides da Cunha em manifestar opiniões que inevitavelmente poderiam atingir a política baiana, a qual envolvia o nome de seu sogro, General Solon. Pelo argumento de que a ida ao sertão baiano não se justificaria apenas pela sua contingência, e sim por ser possível vislumbrar nessa viagem “o encontro de um grande tema que poderia resultar num grande livro” (Andrade, 2002, p. 129), Júlio Mesquita convence Euclides da Cunha.

O anúncio da partida de Euclides da Cunha ao arraial de Belo Monte se dá no dia 30 de julho de 1897, em um texto publicado n'*O Estado*, que põe como objetivo, além da cobertura jornalística, o estudo para “escrever um trabalho de fôlego”<sup>7</sup>. Embarcou, a bordo do navio *Espírito Santo*, no dia 4 de agosto de 1897, rumo a Salvador, onde permaneceu até sua partida a Canudos. Permanência que durou cerca de três semanas, durante as quais escreveu telegramas ao jornal. Seus telegramas teciam comentários sobre a cidade de Salvador e sua vida “inteiramente transformada” (Andrade, 2002, p. 134); a surpresa em notar que Canudos despertava menos curiosidade ali do que no Rio e em São Paulo; suas opiniões sobre os possíveis desfechos da guerra, mediante o encontro com combatentes que retornaram do campo (em sua maioria, debilitados) e com pessoas capturadas como prisioneiras (Andrade, 2002). Esses registros foram reunidos e organizados por Souza Andrade, intitulado *Canudos e Inéditos*, composto

---

<sup>7</sup> ENTINI, C. E. Despachos do front: Telegramas e cartas sobre a guerra foram embrião de clássico da literatura. **Infográficos Estadão** Acesso em: [03/09/2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3CApv52>.

por textos escritos para os leitores d'*O Estado de S. Paulo*, em uma “narrativa contínua, cronológica, de sua viagem à zona de guerra” (Amory, 2009, p. 113)<sup>8</sup>. Ao todo, foram escritos e enviados para *O Estado* 34 artigos e 57 telegramas sobre Canudos (Ventura, 2002, p. 152).

Parte, enfim, no dia 31 de agosto de 1897, para Canudos, em “um trem ruidoso e festivo” (Cunha, 1897), saindo da estação de Calçada, vislumbrando de sua janela, “uma sucessão ininterrupta de quadros interessantes e novos [que] destrói a monotonia da viagem” (Cunha, 1897). Os registros feitos por Euclides da Cunha foram ganhando consistência à medida em que cruzava as impressões sobre a terra e sobre o homem, entre os quais destacamos a correspondência mais extensa enviada, datada do dia 1º de setembro de 1897, que demonstra esse consórcio da escrita de impressões e de tentativas de delinear mais rigorosamente aquilo que observa:

Naquele solo comprimido confundiram-se, multiplicando-se em passadas inúmeras, os rastos de 15 mil homens. Impressiona a passagem pelo lugar onde se agitavam tantas paixões e se acalentaram tantas esperanças malogradas.

(...) Mais baixo, caindo para a direita, uma vereda estreita e sinistra — a estrada para Monte Santo.

Percorri-a, hoje pela manhã, até certa distância, a cavalo, e entrei pela primeira vez nas caatingas, satisfazendo uma curiosidade ardente, longamente alimentada.

Um quadro absolutamente novo, uma flora inteiramente estranha e impressionadora capaz de assombrar ao mais experimentado botânico.

(...) A constituição geológica do solo e as condições meteorológicas explicam-na de maneira notável. O terreno resume-se numa camada terciária de grés, tenuíssima, às vezes, posta como uma capa ligeira e inconsistente sobre as rochas antigas que afloram em muitos pontos, definidas por um gnaisse de aspecto belíssimo sulcado caprichosamente pelas linhas do um feldspato cor-de-carne, ligeiramente desmaiada. As chuvas embebem durante algum tempo este solo a um tempo poroso e impermeável antes de descerem às camadas subjacentes. Prolongam-se, porém, muitas vezes, as secas e entre um chão inteiramente seco e uma atmosfera cuja umidade é insignificante, a vegetação reflete singularmente a inclemência do meio.

(...) Na rápida travessia que acabo de fazer avaliei bem as dificuldades da luta em tal meio.

(...) É uma flora agressiva.

Agressiva para os que a desconhecem — ela é providencial para o sertanejo (Cunha, 1897).

Por ser uma correspondência longa, concentramos certos trechos em vista de demonstrar essa associação homem/terra que se fará basilar na construção d'*Os sertões*,

---

<sup>8</sup> O livro foi publicado, em 1967, pela editora Melhoramentos.

bem como a conclusão dessa correspondência, que recomendava a medida que faria “valer” a campanha de Canudos, isto é, a defesa à civilização.

Pela janela entreaberta vejo neste momento um deles, a cavalo, no meio da praça, todo vestido de couro.

Imóvel sobre a sela, todo vestido de couro, calçando botas que sobem até a cintura, chapéu de abas largas meio inclinado sobre a frente — a véstia rústica de um vermelho escuro imprime-lhe o aspecto de um cavaleiro antigo coberto ainda da poeira da batalha.

(...) Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patricios que — digamos com segurança — constituem o cerne da nossa nacionalidade (Cunha, 1897).

Outro *corpus* documental organizado por Souza Andrade foi a *Caderneta de campo* (1975), a qual concentra registros e anotações de Euclides da Cunha contendo impressões, esquematizações e avaliações relativas ao período em que esteve pelo sertão da Bahia, sendo outro importante referencial na construção da obra de 1902. O caderno contém desde a “tradução” de termos e expressões regionais, como “*carrear* - andar com carros de bois; *capanga* - (feminino) bolsa de viagem; *despontar o dia* - beber o primeiro trago de aguardente; *mancar* - faltar”, à notas de observação, como “sertanejo é em geral - bom, simples, inteligente, inculto, desconfiado, altivo, leal (...)”, à esquematizações que seriam desenvolvidas, como:

*O Homem: Sumário* - Vida animal exuberante prejudicando as funções intelectuais e morais - Exageros da vida material - A capacidade étnica da raça corrigirá as influências termométricas? - A alimentação - Influência de um solo árido - Vida nômade (...) - O deserto áspero e impenetrável - isolador étnico. (...) Predomínio dos mais fortes. A cor. (...) O medo. Terror religioso. A moralidade. (...) Espírito vingativo. O roubo. As vaquejadas. Vocabulário. As santas missões. A coragem pessoal<sup>9</sup>.

Devido às complicações de saúde, Euclides da Cunha retira-se de Monte Santo entre 1º e 3 de outubro de 1897, tendo estado no sertão cerca de quinze a dezoito dias, em um conflito que durou quase um ano (1896-1897), o qual teve como desfecho a morte de cinco mil soldados e o massacre de uma cidade com cerca de vinte e cinco mil habitantes (Murari, 2007, p. 24). Ainda que a incursão ao arraial de Canudos tenha sido breve, Euclides da Cunha comunicou ao *Jornal do Commercio* o projeto de publicação de um livro intitulado *A Nossa Vendéia*, que seria dividido em duas partes: *A Natureza e O Homem* (Abreu, 1998, p. 161).

---

<sup>9</sup> Os exemplos foram retirados de ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de Os sertões**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. A *Caderneta de campo* está disponível digitalmente pela Biblioteca Nacional em: <<https://bit.ly/3VDC86s>>.

É durante o período de licença médica de quatro meses na fazenda do pai, em Belém do Descalvado (SP), concedido pela Superintendência de Obras Públicas, que Euclides da Cunha passa a esboçar uma parte do texto que iria compor seu futuro livro, o qual teve seu título modificado para *Os sertões*. O texto, sob o título *Excerto de um Livro Inédito*, foi publicado n’*O Estado* em 19 de janeiro de 1898, o qual faz parte do capítulo III da seção *O Homem*.

Amory (2009) lembra de um episódio na carreira de engenheiro de Euclides da Cunha que impactou diretamente na possibilidade de escritura d’*Os sertões*: a queda da ponte de ferro sobre o rio Pardo em São José, interior de São Paulo, que fez com que ele e sua família se mudassem para São José do Rio Pardo. Tendo sido supervisor durante o início da construção da ponte em 1896, antes de sua partida a Canudos, Euclides da Cunha retorna para a reconstrução da mesma em 1898. A empreitada, que levou três anos para ser finalizada, rendeu o livro “escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante” (Cunha, 2013 [1902], p. 3). Frutos do mesmo período, “a ponte permaneceu por cem anos, até hoje, sem mudanças (...) e o livro durará enquanto o português for uma língua viva” (Amory, 2009, p. 154).

## 1.2 Veredas de Claude Lévi-Strauss:

### 1.2.1 A etnologia francesa dos anos 1930 e o convite à USP

O histórico das relações entre França e Brasil na esfera intelectual é longo, de tal modo que a década de 1930 não desponta como caso isolado, e sim como manutenção da tradição do intercâmbio de ideias<sup>10</sup>. Como situa Fernanda Peixoto (1991), o comitê fundador do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l’Amérique Latine*, reunido em 1908, tinha como objetivo desenvolver as relações intelectuais, principalmente através de Universidades. Dos integrantes desse comitê, Georges Dumas (1866-1946) desponta como figura fundamental em estabelecer elos com o Brasil, pois seu contato com o país data de

---

<sup>10</sup> Fernanda Peixoto Massi aborda diferentes momentos do intercâmbio intelectual franco-brasileiro no tópico II) O Brasil, os franceses, a USP, em: MASSI, Fernanda Peixoto. **Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo**. 1991. 281f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575886>.

1907-1908, quando foi convidado por um de seus alunos brasileiros a dar conferências no Rio e em São Paulo<sup>11</sup>.

Do lado brasileiro, a criação da Universidade de São Paulo foi articulada pelo grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, centrada na figura de Júlio de Mesquita Filho<sup>12</sup>, tendo como referência as universidades francesas, conhecidas através de Georges Dumas. O polo responsável por organizar esse projeto foi o *Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE)*, criado em janeiro de 1920 (Loyer, 2018, p. 136). A pedido de Júlio de Mesquita, Georges Dumas é o responsável pelo recrutamento da segunda leva dos professores das humanidades que iriam compor o quadro docente. Dos integrantes destacam-se os professores Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Jean Maugüé e Claude Lévi-Strauss (indicado por Célestin Bouglé), o qual fora convidado a ocupar a cadeira de Sociologia II da seção de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Peixoto, 1991, p. 134).

A viagem de Claude Lévi-Strauss foi feita em companhia de alguns dos nomes supracitados, além de Dina Lévi-Strauss, etnóloga e esposa do jovem *agrégé* de filosofia. Chegam ao Brasil em 1935, desembarcando em Santos, sendo recebidos por Júlio de Mesquita Filho (Loyer, 2018, p. 131) e encaminhados para São Paulo, onde ficam hospedados no hotel Terminus.

O convite aos jovens professores pode ter sido motivado, como indica Peixoto (1991), pelo cenário profissional francês, que estava em certa medida defasado em relação às verbas para a pesquisa em ciências sociais, bem como em relação às perspectivas de ingresso no ensino superior. Em contrapartida, o Brasil esboçava-se como uma oportunidade de especialização profissional, principalmente para Claude Lévi-Strauss, interessado em fazer etnologia.

Em sua leitura de Heilbron (1985), Peixoto traça o panorama intelectual francês dos anos 1930, o qual foi tensionado por duas tendências opostas: de um lado, o grupo dos “durkheimianos”, já consagrados intelectual e institucionalmente; e o grupo que intenta romper com essa tradição, no objetivo de redefinir a sociologia, com o destaque

---

<sup>11</sup> Ao todo, Dumas realizou dezessete viagens ao Brasil entre 1920 e 1938, nas quais participou da movimentação cultural assídua de instituições, como o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, no Rio de Janeiro (fundado em 1922 pelo Service des Oeuvres e pelo governo carioca), em companhia de Germain-Martin, Paul Janet e Marchoux; o Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo, criado por iniciativa do Service des Oeuvres, tendo como aliados o governo paulista e o grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, e que é considerado um embrião da futura Universidade de São Paulo; a missão destinada à USP, bem como as seguintes para a Universidade do Distrito Federal, a do Rio e a de Porto Alegre. (Peixoto, 1991, p. 32) (Loyer, 2018, p. 137)

<sup>12</sup> A título de coincidência, enquanto o seu pai, Júlio de Mesquita, foi responsável pela ida de Euclides da Cunha ao sertão de Belo Monte, Filho foi responsável pela vinda de Lévi-Strauss ao Brasil.

para Marcel Mauss. Mesmo Mauss sendo sobrinho de Durkheim (sendo inclusive responsável pela direção da revista *Année Sociologique* após a morte do tio) e considerando haver laços inegáveis entre sociologia e etnologia, as disciplinas possuem descontinuidades.

Enquanto “a sociologia e os discípulos de Durkheim estão na Universidade (...) Mauss e seus (poucos) alunos localizam-se, em 1925, no *Institut d’Ethnologie* (fundado por Lévy-Bruhl e Rivet), a partir de 1931, no Collège de France e, principalmente, na *École Pratique des Hautes Études*” (Peixoto, 1991, p. 49). Realizando as pesquisas etnológicas com o *Musée Trocadero* (futuro *Musée de l’Homme*), os alunos de Mauss articulam e propõem uma renovação no circuito acadêmico, na relação entre ciências sociais e artes (filiados especialmente com os surrealistas)<sup>13</sup>. Os anos 1930 são encarados, então, como um período de amadurecimento da etnologia francesa, principalmente após a entrada da disciplina nos quadros da Universidade e do Collège de France, através da cadeira ocupada por Mauss em 1935 (Peixoto, 1991, p. 118).

A etnologia do entreguerras se constitui em torno do quarteto composto por Marcel Mauss, Paul Rivet, Lucien Lévy-Bruhl e Georges-Henri Rivière (Loyer, 2018, p. 104), o qual adquire visibilidade no meio intelectual francês atraindo pessoas de formações distintas (Peixoto, 1991, p. 113). Àqueles que estimassem a carreira de etnólogo, o caminho mais aconselhável era frequentar os cursos de Marcel Mauss na *École Pratique des Hautes Études*. Para aqueles que não tivessem tido a chance, o caminho alternativo era uma viagem, uma experiência de trabalho de campo.

Com a expansão de frentes de pesquisa, como o “indianismo”, através de Célestin Bouglé, a “sinologia” via Granet e o “africanismo” por Griaule (Peixoto, 1991, p. 57), o “americanismo” era ainda um terreno em busca de estudiosos. O Brasil, até os anos 1930, tem lugar pouco privilegiado no *Journal de la Société des Américanistes*. Como aponta Peixoto (1991), poucos artigos circulam sobre o país, aparecendo com

---

<sup>13</sup> Da aproximação entre os dois campos, Peixoto (1998) menciona algumas das produções resultantes desse encontro, como a revista *Documents*, editada por Georges Bataille a partir de 1929, que dedica um número inteiro à missão Dakar-Djibouti; o catálogo da exposição *Les Arts Anciens de l’Amérique*, organizada por Georges Henri-Rivière em 1928, para o qual Bataille escreve “*L’Amérique Disparue*”. A posição anticolonialista dos surrealistas tinha por convicção que “o homem não poderia mais ser pensado sem os seus “outros”, sem os seus “duplos”: os animais, as figuras monstruosas, os primitivos” (Moraes 1996:109 *apud* Peixoto, 1998, p. 84). Além disso, Loyer (2018) aponta para o esvaecimento de paradigmas que sustentavam a civilização ocidental, como realidade, normalidade, etc., em decorrência dos impactos causados pelo pós I Guerra Mundial (Loyer, 2018, p. 103)..

maior frequência na seção *Nouvelles et mélanges américanistes*, no qual figurava principalmente as contribuições de Paul Rivet<sup>14</sup>.

Embora a *Société des Américanistes* exista desde 1895, salvo as pesquisas feitas por Paul Rivet (*Musée de l'Homme*) e G. H. Rivière (*Musée des Arts et Traditions Populaires*), o campo do americanismo era ainda pouco explorado. É com a entrada dos especialistas, formados nas faculdades da época, que os resultados de suas pesquisas adquirem notoriedade e delineiam de forma mais acentuada os contornos dos estudos americanistas: assim, estudos como o de Alfred Métraux sobre as migrações históricas dos Tupi-Guarani (1926), de Jean Vellard sobre os Guayaki (1934), J. Soustelle sobre as tribos mexicanas (1935) e Lévi-Strauss com um longo artigo sobre os Bororo (1936), foram fundamentais para a consolidação do campo de pesquisa<sup>15</sup>.

### 1.2.2 O jovem aspirante à etnologia nos trópicos

Conforme Francine Iegelski (2016) diz, o encontro de Lévi-Strauss com a América marcou o início de sua carreira como etnólogo. Através da imagem da “tábua de salvação” (Lévi-Strauss, 1996, p. 56), Lévi-Strauss representa o que para ele significou o mergulho na etnologia. No entanto, como “O Brasil e a América do Sul não significavam muito para mim” (Lévi-Strauss, 1996, p. 49), nada o conduzia necessariamente para a América, em especial ao Brasil. Pelo intermédio de uma ligação de Célestin Bouglé, no outono de 1934, que a América toma forma ao jovem professor de 27 anos, que, no momento, ministrava suas aulas nos liceus de Mont-de-Marsan e Laon, sendo convidado a lecionar, na cadeira de Sociologia, do outro lado do Atlântico, na Universidade de São Paulo e para praticar suas pesquisas etnográficas, na promessa

---

<sup>14</sup> Os contatos de Paul Rivet (1876-1958) com a América Latina datam do começo do século. Seu livro, *Ethnographie de l'Equateur* (1912), é fruto da missão francesa no Equador; além disso, esteve no Brasil diversas vezes e, entre outras atividades, deu um curso na USP em 1952 sobre as origens do homem americano. Foi uma figura fundamental na formação de uma geração de americanistas (Peixoto, 1991, p. 126).

<sup>15</sup> Nesses termos, é importante destacar, segundo Eduardo Viveiros de Castro que, “‘americanista’ não é um gênero de que ‘brasilianista’ seria uma espécie. Nossas espécies são antes coisas como ‘andinista’, ‘messoamericanista’, ‘especialista nos índios do sudoeste norte-americano’, ‘amazonista’, e variedades informais do tipo ‘tupinólogo’, ‘jivarólogo’ ou ‘esquimologista’” (Castro, 1992, p. 171). Além disso, “o que os unifica, fundamentalmente, é o estudo da(s) América(s), de sua paisagem, história, tipos humanos etc. Com este objetivo, tais pesquisadores circulam por diferentes países, cruzando fronteiras, desenhando recortes: o mapa que têm diante de si é o da América; os contornos nacionais, neste caso, não estão em destaque” (Peixoto, 1991, p. 130).

de que os arrabaldes de São Paulo estariam “repletos de índios”<sup>16</sup> (Lévi-Strauss, 1996, p. 49).

Chegando ao Brasil, alinhado, de certo modo, ao espectro contra hegemônico durkheimiano, Lévi-Strauss confronta recorrentemente um problema de ordem teórica: o descompasso com a tradição da oligarquia paulista, alinhados ao positivismo, e ele, jovem formado pela crítica a tal tradição.

Fui para o Brasil porque queria ser etnólogo. E eu tinha sido conquistado pela etnologia em rebelião contra Durkheim, que não era um homem de campo, ao passo que eu descobria a etnologia de campo através dos ingleses e americanos (LÉVI-STRAUSS, 1990, p. 31).

(...)

Eu chegava em estado de insurreição aberta contra Durkheim e contra todas as tentativas de utilizar a sociologia para fins metafísicos. Não seria certamente no momento em que procurava com todas as forças alargar meu horizonte que iria ajudar a reerguer as velhas muralhas (Lévi-Strauss, 1996, p. 63)<sup>17</sup>.

Como explica Peixoto (1991), os temas de seus cursos estavam marcadamente circunscritos nos problemas atravessados pela antropologia, sendo seus principais tópicos: a sociologia doméstica; sociologia econômica; sociologia política; sociologia religiosa e um tópico final para o estudo comparativo dos fenômenos sociais (Peixoto, 1991, p. 134). Dedicando seu curso às *Formas elementares da vida social*, Lévi-Strauss inclui em sua bibliografia os clássicos *As formas elementares da vida religiosa*, de Durkheim; *Primitive Society*, de Robert Lowie; *L'état actuel du problème totémique*, de Van Gennep; e *History of Human Marriage*, de Westermack (Loyer, 2018, p. 145).

---

<sup>16</sup> Em *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss escreve: “Era Célestin Bouglé (...), pois me perguntou de maneira abrupta: ‘Você continua com vontade de fazer etnografia?’. ‘Sem dúvida!’ ‘Então, apresente sua candidatura para professor de sociologia da Universidade de São Paulo. Os arredores estão repletos de índios, a quem você dedicará os seus fins de semana” (Lévi-Strauss, 1996, p. 49)

<sup>17</sup> Em *Antropologia Estrutural Dois* (1973), há um capítulo intitulado *O que a etnologia deve a Durkheim*, no qual Lévi-Strauss prestigia Durkheim conferindo ao sociólogo francês os objetivos e métodos que puderam fazer com que a etnologia escapasse ao dilema circunscrito até então - ou como colecionadora de ‘excentricidades’, ou como campo de especulação sobre origem e evolução da humanidade.

A primeira revisão de Durkheim em relação à suposta oposição entre história e etnografia é a de que “o que ele censurava nos teóricos da etnologia não era o fato de ignorarem a história, mas elaborarem, eles próprios, um método histórico que não podia suportar a comparação com o dos verdadeiros historiadores” (Lévi-Strauss, 1993, p. 54).

Nesse ponto, Lévi-Strauss presta referência a Hubert e Mauss que esclareceram o pensamento de Durkheim, substituindo a oposição entre história e etnografia “por uma oposição subjacente entre duas concepções da história: a dos historiadores, de um lado, e, do outro, a que Radcliffe-Brown, sempre fiel à inspiração durkheimiana, iria qualificar, um quarto de século depois, como ‘história conjectural’” (Lévi-Strauss, 1993, p. 55).

Esclarece, então, que “o papel da etnografia deve ser definido em outros termos: absoluta ou relativamente, cada uma de suas observações oferece um valor de experiência e permite isolar verdades gerais” (Lévi-Strauss, 1993, p. 55).

Além dos cursos, os professores franceses também ministravam conferências, das quais cinco foram realizadas por Lévi-Strauss em 1935, mas que, infelizmente, delas restaram senão os títulos: *Progresso e retrocesso*; *A crise do evolucionismo*; *A hipótese evolucionista: existem culturas superiores?*; e *A caminho de uma nova filosofia do progresso* (Peixoto, 1991, p. 135). Não há registro de conferências em 1936 e, de 1938, ficou outro título: *Os problemas criados pelo estado atual da etnografia sul-americana* (Peixoto, 1991, p. 135-136).

No interesse em criar uma cadeira de antropologia, bem como criar o Instituto de Antropologia Física e Cultural, Lévi-Strauss publica na *Revista do Arquivo Municipal*, em outubro de 1935, o artigo *Em prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural*, no qual apresenta a proposta de “centralizar, enquanto ainda é tempo (...) as pesquisas etnográficas; (...) promover pesquisas comparativas sobre o espaço americano” (Loyer, 2018, p. 146), para a elaboração de um “Grande Fichário Antropológico Americano” (Peixoto, 1998, p. 91)<sup>18</sup>.

Sobre o artigo, Peixoto (1998) chama a atenção para a sugestão de Lévi-Strauss ao tratamento da questão racial, tema caro ao pensamento social brasileiro (Euclides da Cunha é um escritor ativo sobre o tema inclusive), vislumbrando no estudo da mestiçagem a “possibilidade única para o estudo das leis de hereditariedade do homem” (Peixoto, 1998, p. 91). Válida a menção que a concentração dos artigos e palestras de Lévi-Strauss, tanto na *Revista do Arquivo Municipal*, como no *Boletim da SEF*, se explica por serem órgãos pertencentes ao Departamento de Cultura de São Paulo e dirigidos por Mário de Andrade (1893-1945) (Peixoto, 1998, p. 92).

O envolvimento com o trabalho de campo se intensificava à medida em que passou a praticar, aos fins de semana, o que chamou de “etnografia de domingo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 115), já que o contrato com a USP prescrevia dedicação exclusiva. Ainda que os arrabaldes de São Paulo não contavam com os indígenas que

---

<sup>18</sup> Ainda que esse projeto “será parcialmente concretizado vinte e cinco anos mais tarde, no Collège de France, com o *Laboratoire d’Anthropologie Sociale*” (Loyer, 2018, p. 147), é pertinente a menção à Sociedade de Etnografia e Folclore (1935-1938), idealizada e criada por Mário de Andrade, sendo Dina Lévi-Strauss grande colaboradora do projeto. Apesar de ter tido uma vida curta, pois fora dissolvida pela política do Estado Novo, a Sociedade contou com o curso de Dina, realizado em 1936, sob o título “Instruções práticas para pesquisas de Antropologia Física e Cultural”. Claude Lévi-Strauss integrou a Sociedade enquanto parte do conselho técnico e enquanto um dos fundadores. Peixoto (1991) afirma que esse foi o principal vínculo de Lévi-Strauss com o meio intelectual paulista, ainda que sua participação tenha sido realizada através de conferências, enquanto Dina foi a responsável pelo trabalho de organização e de assessoria etnológica (Peixoto, 1991, p. 144; 147-148).

Célestin Bouglé o havia prometido<sup>19</sup>, as observações travadas na grande cidade paulista o possibilita a mapear os diferentes grupos que compunham o cenário, observando tanto elementos de um rústico folclore europeizado, como “as formas singulares favorecidas por uma sociedade em gestação” (Lévi-Strauss, 1996, p. 118).

As primeiras incursões de Lévi-Strauss foram ao norte do Paraná, junto de Pierre Monbeig, acompanhando a expansão das zonas pioneiras, em terras que o antropólogo estabeleceu o primeiro contato com os indígenas, às margens do rio Tibaji. Após esse proto batismo, no qual a decepção foi maior do que o entusiasmo, dada a declaração em *Tristes trópicos* de que “para minha grande decepção, os índios do Tibaji não eram nem inteiramente ‘índios verdadeiros’ nem, muito menos, ‘selvagens’” (Lévi-Strauss, 1996, p. 165), Lévi-Strauss prepara-se para a incursão ao Brasil central, graças ao contato de Dina Lévi-Strauss com Mário de Andrade e outros importantes nomes do modernismo brasileiro, reunidos em torno do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Ao fim do primeiro ano escolar, especificamente novembro de 1935, o casal Lévi-Strauss visitou os Caduveo da fronteira paraguaia e os Bororo, no Mato Grosso central. Como explica Emmanuelle Loyer (2018), o contorno epistemológico da expedição firmou-se no “argumento arqueológico” dos estudos americanistas em reconstituir a “pré-história americana” (Loyer, 2018, p. 162). A missão, que foi copatrocinada pelo Ministério da Educação Francês, teve uma breve repercussão no *Journal de la Société des Américanistes*, com uma nota de Paul Rivet acerca da “Missão no Brasil”. Todavia, pouco se destacou em relação às outras expedições do período, visto que, como a autora aponta, além de sustentarem-se por um “feixe de hipóteses”<sup>20</sup>, um dos principais objetivos era o de “formar coleções” (Loyer, 2018, p. 162).

Deixando São Paulo no fim de novembro de 1935, chegam a Nalike, o principal assentamento dos Cadiueu, no fim de dezembro, onde permanecem quinze dias. Impressionado pelas pinturas corporais traçadas por “delicados labirintos de arabescos

---

<sup>19</sup> Sobre essa “extravagante promessa”, Lévi-Strauss mobiliza em *Tristes trópicos* a declaração do embaixador do Brasil em Paris à época, Luís de Sousa Dantas, como contraste: “Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram. Ah, essa é uma página bem triste, bem vergonhosa da história de meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como reprová-los por terem participado da rudeza geral dos costumes? [...] Como sociólogo, o senhor vai descobrir no Brasil coisas apaixonantes, mas nos índios, não pense mais, não encontrara nem um único...” (Lévi-Strauss, 1996, p. 51).

<sup>20</sup> Em entrevista a *O Jornal*, Lévi-Strauss explica que a hipótese de sua expedição delineou-se pela leitura de um artigo publicado no *Journal de la Société des Américanistes*, no qual argumentava-se que “existiria um elo entre as pinturas corporais dos cadiués e os padrões decorativos presentes na cerâmica da bacia de Santarém e Marajó” (Loyer, 2018, p. 162). Essa inquietação se molda na problemática da geografia das populações e civilizações, especialmente no problema de “determinar intercâmbios no povoamento da América” (Loyer, 2018, p. 162).

assimétricos” (Loyer, 2018, p. 165), Lévi-Strauss retornará a esse tema constantemente como um “enigma”.

Ao encontro dos Bororo, a expedição passa, então, pelo rio Paraguai, de Corumbá até o rio São Lourenço e seu afluente, o rio Vermelho, nas margens do qual avista os primeiros bororo. Aqui, o que surpreende o jovem etnólogo são os cantos, as plumas, flores, na configuração das coroas e adornos que, como uma “meada de mil cores” (Lévi-Strauss, 1996, p. 228), colorem os rituais, especialmente os rituais funerários. A estada de três semanas, em companhia de um intérprete, visto que os bororos não falavam português, permitiu ao etnólogo reunir um material considerável.

O trabalho de campo, segundo Beatriz Perrone-Moisés (2009), é sempre mais do que mera formalidade: trata-se de um verdadeiro rito de passagem, sem o qual não se pode aprender o exercício de mudar o próprio sistema de referência que é requisito do ofício do etnólogo. Após o batismo através dos expressivos traços cadiueus e os admiráveis rituais funerários bororos, Lévi-Strauss converte-se definitivamente à etnologia.

Do material colhido no campo (composto de mais de seiscentos objetos), o casal preparou sua primeira exposição em Paris, sob o título “Os índios do Mato Grosso” (missão Claude e Dina Lévi-Strauss), durante as férias de 1936-1937, na galeria Wildenstein (Peixoto, 1991, p. 149), reunindo todas as condições necessárias para fazer dele um etnógrafo: “benção de Lévy-Bruhl, Mauss e Rivet, dada retroativamente; exposição de minhas coleções numa galeria do faubourg Saint-Honoré, conferências e artigos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 263).

Lévi-Strauss publicou seu primeiro artigo no *Journal de la Société des Américanistes*, *Contribution à l'étude de l'organisation sociale des Indiens Bororo* (1936), recebido de maneira otimista. Com efeito, a viagem foi fundamental para coroar o ingresso do jovem professor ao grupo dos antropólogos, sendo integrado à rede dos americanistas (Peixoto, 1991, p. 139). Desse reconhecimento intelectual, Lévi-Strauss, então, vislumbra uma segunda expedição.

Eu precisava fazer minhas provas de etnologia, porque não tinha formação alguma. Graças à expedição de 1936, consegui créditos do Museu do Homem e da Pesquisa Científica (...). Com este dinheiro, organizei a expedição Nambiquara (Lévi-Strauss, 1990, p. 33-34).

Organizada durante o ano de 1937, a partida à expedição Nambiquara foi feita em maio de 1938, porém ela foi atravessada por conturbados problemas de ordens

financeira, burocráticas e políticas. Mário de Andrade e seu aparato institucional, que seriam fundamentais para a expedição, passaram a ser mal vistos pelas autoridades no poder. Assim, a viagem passa ao controle de Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, contando com a presença do médico e etnólogo francês Jean Vellard e o antropólogo brasileiro Luis de Castro Faria<sup>21</sup>. Ademais, a renovação do contrato do magistério na USP (que durou três anos) não se apresenta ao horizonte de Lévi-Strauss, posto os conflitos com outro colega de profissão, Paul Arbousse-Bastide<sup>22</sup>, bem como a nova conjuntura política do governo Vargas, o Estado Novo<sup>23</sup> (Loyer, 2018, p. 178).

A empreitada estruturou-se como na primeira expedição, isto é, em uma expedição itinerante. Motivada pelo interesse do mapeamento das diferentes sociedades de língua jê, tupi, aruaque, a segunda expedição passaria pela “parte ocidental, mais erma, do Mato Grosso, uma diagonal Norte-Oeste partindo de Cuiabá rumo à fronteira boliviana e à bacia do rio Madeira” (Loyer, 2018, p. 181). Com uma equipe maior (vinte pessoas no total - ainda que ao longo da expedição esse número diminuiu) e aparelhados com um material consideravelmente superior, a expedição tem o perfil característico do modelo artístico-científico do século XIX que permaneceu, na França dos anos 1930, como forma de proceder um levantamento “extensivo” de informações (Loyer, 2018, p. 190), diferente dos trabalhos de campo britânicos e americanos, como o caso, por exemplo, de Malinowski, que passou anos na Melanésia, sozinho nas ilhas Trobriand, antes de escrever seu *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1922) (Loyer, 2018, p. 190).

Além dos Nambiquara, a expedição visitou os Bororo e “os últimos representantes dos Tupi-Cavaíba do rio Machado, dados como desaparecidos” (Peixoto,

---

<sup>21</sup> Sobre os problemas enfrentados na organização e realização da expedição Nambiquara, ver: LOYER, E. O emaranhado das tutelas brasileiras. Dona Heloísa e o Museu Nacional. In: LOYER, E. **Lévi-Strauss**. Trad. de André Telles. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, pp. 184-189.

<sup>22</sup> Em entrevista a Didier Eribon (1990), Lévi-Strauss diz: “Georges Dumas tinha empregado na universidade, desde o primeiro ano, um jovem parente que era sociólogo [Paul Arbousse-Bastide]. Quando cheguei, este quis colocar-me numa posição subordinada. Não fiquei satisfeito, e como resistisse, esforçou-se para que me despedissem em nome da tradição comtista, em que era especialista, e que meu ensino traía. Os donos da universidade, que também eram donos do grande jornal *O Estado de S. Paulo*, ouviam-no com complacência” (Lévi-Strauss, 1990, p. 32).

<sup>23</sup> O perfil do jovem Lévi-Strauss, marcado pela tensão em ser judeu e socialista, tem impacto na trajetória profissional do etnólogo. O golpe do Estado Novo acentua a mira da perseguição a diferentes grupos e, sendo Lévi-Strauss encarado como um elemento “perigoso” por Júlio de Mesquita, tachando-o de “comunista” ligado à Frente Popular Francesa, o próprio responsável por sua vinda também é o responsável pela não renovação do vínculo do professor com a USP (Loyer, 2018, p. 178). Somente anos mais tarde, Mesquita reencontra Lévi-Strauss, à época de sua eleição ao Collège de France, e o saúda de maneira a “fazer compreender que reconhecia seus erros” (Loyer, 2018, p. 178).

1991, p. 153). A expedição, que objetivava ser o ápice da experiência de campo de Lévi-Strauss, a fim de redigir uma monografia etnográfica (Ressink, 2007, p. 1-2), embora não tenha oferecido a base documental esperada, valeu a publicação de sua tese complementar, *A vida familiar e social dos Nambiquara* (1948), à tese principal, *As estruturas elementares do parentesco* (1947).

O Brasil, protagonista da consolidação de Lévi-Strauss no meio etnológico, despontaria novamente como personagem privilegiado, vinte anos após sua chegada à América, com a publicação, em 1955, de *Tristes trópicos*. Segundo Francine Iegelski (2016), apesar da tese de Lévi-Strauss ter sido muito bem recebida, a recepção circunscreveu-se no circuito restrito de especialistas da antropologia e de certos grupos intelectuais parisienses. É com a publicação de *Tristes Trópicos* que Lévi-Strauss ganha notoriedade internacional<sup>24</sup>.

### 1.3 Chegada às prateleiras: recepções

#### 1.3.1 Os sertões chegam à rua do Ouvidor

O sucesso do livro de Euclides da Cunha contou com a contribuição de inúmeros colegas de São José do Rio Pardo, em especial Francisco Escobar, considerado por Euclides da Cunha como seu “melhor colaborador”, no que diz respeito ao apoio moral, social e financeiro para a publicação da primeira edição d’*Os sertões* (Andrade, 2002). Após a assinatura com os editores Laemmert & Cia, no dia 17 de dezembro de 1901, no Rio de Janeiro, a publicação do livro de estreia de Euclides da Cunha estava prevista até abril de 1902, todavia apenas concretizada quase um ano após o contrato, pois o livro sofreu inúmeras correções e modificações feitas por Euclides da Cunha (Ventura, 2002, p. 194; 196).

Em cartas a Escobar, Euclides da Cunha declara a apreensão da publicação de seu livro, tanto pelos inúmeros erros que encontra, pois “em cada página o meu olhar fisga um erro, um acento importuno, uma vírgula vagabunda, um (;) impertinente... um horror!” (Cunha, 1902), como pelo atraso da editora, pois, em 21 de abril de 1902, escreve que “está pronta apenas a 1ª parte e começada a 2ª - em todo o caso tenho

---

<sup>24</sup> Como exemplo, em entrevista a Didier Eribon, Lévi-Strauss conta que antes de escrever *Tristes trópicos*, tinha levado o projeto do livro *Antropologia estrutural* para a Gallimard, o qual tinha sido recusado. “Depois de *Tristes trópicos*, Gaston Gallimard tentou seduzir-me para me recuperar” (Lévi-Strauss, 1990, p. 92).

recebido as provas tipográficas, e creio que a publicação se fará até fins de maio. Não sei como” (Cunha, 1902). Imbuído da “antiga convicção de que o futuro o lerá”, o autor confessa ao seu amigo que o seu alento reside em ser “um vingador” e por ter “desempenhado um grande papel na vida - o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...”, mesmo que o seu livro tenha “o aplauso de uns vinte ou trinta amigos (...). E isto me basta” (Cunha, 1902).

O contrário, porém, se opera. Chega, enfim, às prateleiras das livrarias em 2 de dezembro de 1902 o livro que fez seu autor “deit[ar] obscuro e acord[ar] célebre” (Romero, 1980 ,p. 1777). Com apenas dois meses, a primeira edição estava esgotada e em seis meses a segunda edição passou a circular. Luiz Costa Lima (1997) assinala que, embora os dados sobre as três primeiras edições (1902, 1903, 1905) sejam inexistentes, Walnice Nogueira Galvão sugere que teriam somado seis mil exemplares (Galvão, 1985, p. 21). O livro é um sucesso editorial para os padrões da época e continua sendo, até hoje, um dos maiores êxitos editoriais do Brasil<sup>25</sup>.

A organização do livro em três grandes temas, isto é, *A Terra, O Homem e A Luta* não advém de mero acaso ou escolha pessoal do autor. Sua filiação teórica ao historiador francês Hippolyte Taine e ao seu esquema de interpretação histórica sustentada pela combinação entre *raça, meio e momento* constitui a espinha dorsal da obra de Euclides da Cunha. O método taineano, originado das ciências naturais, consistia em reunir amostras significativas da espécie que se pretendia analisar, no intuito de estabelecer as qualidades fundamentais - *facultés maîtresses* - do conjunto da amostra em questão. Originado da botânica, esse método passa a ser defendido por Taine como eficaz no que diz respeito ao estudo dos fenômenos sociais, isto é, assim como os animais e os vegetais, os indivíduos e grupos sociais também possuiriam *facultés maîtresses*, qualidades que definiriam sua identidade. Essas qualidades seriam determinadas, em primeiro lugar, pela raça, que é tratada nesse contexto como um conjunto de disposições físicas, intelectuais e morais. Retendo as *facultés maîtresses* dos homens e das sociedades, os âmbitos que teriam, então, possibilidade de interferir na constituição de uma raça seriam o meio e o momento (Cresson, 1951).

---

<sup>25</sup> No levantamento digital disponível em: <<https://bit.ly/3BGkbMC>> encontra-se o número de edições, reedições e coletâneas acerca d’*Os sertões* até o ano de 2019. Sobre o fenômeno editorial do livro de Euclides da Cunha e sua consagração como cânone, ver: ABREU, Regina. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Funarte-Rocco, 1998, 412 p. : il.

O esquema taineano ganhou popularidade no Brasil para o estudo de questões como a da identidade nacional. Não coincidentemente, figuras como Araripe Jr e Sílvio Romero declararam suas filiações aos estudos de Taine, por considerá-los “sempre eficazes (...) aos estudos psicológicos da alma das nações” (Araripe, 1978, p. 270). A possibilidade de definição nacional, para Euclides da Cunha, estava, pois, sustentada pelo conhecimento e integração total do território; compreensão da composição étnica do país; e as situações históricas, em especial o enfoque aos processos de conflitos, violências, rupturas e contradições que dificultam a afirmação do país, visto que “assim como não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade, não temos ainda uma história” (Cunha, 1906).

O esquema euclidiano inverte os termos de análise de Taine (terra, homem e luta, ao invés de raça, meio e momento). Essa mudança, segundo Leopoldo Bernucci (1995), se explica pela influência de Victor Hugo no livro do escritor fluminense, sobretudo na primeira parte do *En Vendée*, organizada como *Les fôrets, Les hommes e Leur vie e guerre*; outra fonte de inspiração avaliada pelos críticos é a considerada por Berthold Zilly (2001), que a remete a *Facundo: ou civilização e barbárie* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento, em sua estrutura composta como: meio físico, cultura e população, guerra<sup>26</sup> (Bernucci, 1995, p. 28); (Zilly, 2001, p. 271-301).

Organizando um diagrama da nossa marcha histórica, Euclides da Cunha buscou esboçar a gênese dos jagunços a partir da conjugação histórica e geográfica, através de uma relação mesológica, ou seja, homem/meio. As expedições militares a Canudos, em seus episódios sucessivos e derradeiros, escritos na terceira e última parte do livro, *A Luta*, são articulados às duas primeiras partes do livro, no intuito de encarar o que se passou no interior da Bahia como “sintomático”.

Interrompamos, porém, este respigar em ruínas. Mais uma vez, no decorrer dos sucessos que nos propusemos narrar, forramo-nos à demorada análise de acontecimentos que fogem à escala superior da história. As linhas anteriores têm um objetivo único: fixar, de relance, símiles que se emparelham na mesma selvaticueza. A Rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral.

---

<sup>26</sup> Sobre as aproximações entre *Facundo* e *Os sertões*, ver: GARÁTE, Miriam. **Olhares cruzados**: entre Sarmiento e Euclides da Cunha. 1995. 262f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

(...) Antes, porém, insistamos numa proposição única: atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça (Cunha, 2013[ 1902], 359-360).

A tamanha circulação do livro de estreia de Euclides da Cunha surpreende tanto pelo fato do autor não ser um literato propriamente dito, já que o campo da literatura era “muito disputado e ainda dominado por pequeno grupo de livreiros, editores e escritores” (Abreu, 1998, p. 6), quanto por não possuir nenhuma proximidade com algum escritor consagrado, nem frequentar as rodas literárias da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro<sup>27</sup>. Na avaliação de Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, o mérito de Euclides da Cunha advinha justamente por ser ele “formado fora dos círculos das literatices da moda” (Romero, 1980, p. 1777).

Além disso, problemas de ordem social imperam para além do circuito restrito ao livro, a saber: a ausência de uma profissão de letras e de um público leitor especializado<sup>28</sup>. Observado por Nicolau Sevcenko (1999), a Capital concentrou, desde o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda a produção literária nacional, materialmente falando, pois era onde se concentrava o maior mercado de emprego para os homens de letras, como também de forma representacional, já que a maioria das produções circunscrevem suas narrativas sob o cenário carioca. O destaque para o Rio de Janeiro “se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração ali da Academia Brasileira de Letras” (Sevcenko, 1999, p. 93).

Apesar de não ter inaugurado os escritos acerca da guerra de Canudos<sup>29</sup>, *Os sertões* despontou como uma incógnita aos olhares dos críticos, no que diz respeito à sua classificação, pois, diferente de outras produções acerca do episódio no sertão baiano, a obra destaca-se pela maneira como o trata e pela “vasta intenção que carrega” (Nicolazzi, 2008, p. 117)<sup>30</sup>. Assim, não surpreende o fato de que o primeiro artigo de

---

<sup>27</sup> Característica que Euclides da Cunha mesmo destacou em carta ao pai, em fevereiro de 1903, ao escrever: “Venci por mim só, sem reclames, sem patronos, sem a rua do Ouvidor e sem rodas”. Lorena, 25 de fevereiro de 1903. Disponível em: <<https://bit.ly/3fAVnwP>>.

<sup>28</sup> Nicolau Sevcenko (1999) cita um importante artigo publicado em 1900 por José Veríssimo, no qual o crítico paraense estipula que no Brasil, em 1890, aproximadamente 14% da população brasileira sabe ler, ou seja, cerca de 2.120.559 leitores comparados à população total estimada em 14.333.915. Assim, “verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar e, igualmente o leitor e consumidor dos seus produtos” (p. 88).

<sup>29</sup> Antes d’*Os sertões*, já haviam sido publicados os livros *O rei dos jagunços* (1899), de Manuel Benício, que foi inclusive correspondente do *Jornal do Commercio*; *Os jagunços*: Novella sertaneja escripta expressamente para "O Commercio de S. Paulo" e publicada por esta folha [por] Olivio Barros (v.1) (1898), de Afonso Arinos de Melo Franco; e o poema do baiano Francisco Mangabeira, intitulado *Tragédia Épica (Guerra de Canudos)*, em 1900.

<sup>30</sup> Outros textos escritos a respeito d’*Os sertões* podem ser lidos em: LUTTERBACH, E. R. **A eternidade de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra, 1988, 77 p.,.

peso sobre a publicação de Euclides da Cunha, escrito pelo crítico paraense José Veríssimo em sua coluna na primeira página do *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, declare que “O livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de sciencia, um geographo, um geologo, um ethnographo; de um homem de pensamento, um philosopho, um sociologo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista” (Veríssimo, 1904, p. 22). Não muito destoante será o comentário tecido por Araripe Júnior, ao considerar *Os sertões* “um livro admiravel, (...) unico, no seu gênero, se attender-se a que reúne a uma fôrma artistica superior e original, uma elevação historico-philosophica impressionante e um talento epico-dramatico, um genio tragico como muito difficilmente se nos deparará em outro psychologista nacional” (Araripe, 1904, p. 34). Para completar o breve levantamento da recepção d’*Os sertões*, Coelho Netto escreveu em 1904 que não conhecia “paginas mais verdadeiras nem mais empolgantes na litteratura nacional do que essas que sendo a dum poema enorme são, ao mesmo tempo, as dum tremendo libello. Ha nellas um sopro biblico” (Netto, 1904, p. 90).

O acolhimento efusivo por esses críticos não é mera coincidência. A *Escola do Recife*, importante centro de produção e divulgação do moderno pensamento científico no Brasil, reuniu em sua “geração de 1870” nomes como Sílvio Romero, Araripe Júnior, Graça Aranha, Tobias Barreto, entre outros (Murari, 2007, p. 29). Ainda que o grupo possua continuidades e descontinuidades entre os próprios nomes tradicionalmente lembrados, o que nos convém destacar como a espinha dorsal dessa geração é a articulação entre experiência nacional e o repertório europeu no esforço “em estabelecer uma discussão com a produção imperial”, e pela “ânsia de distinguir-se dela utilizando as novas teorias européias” (Turin, 2005, p. 9-10).

Esses “mosqueteiros intelectuais” (Sevcenko, 1999, p. 78), animados pelos processos de transformação social que agitavam as pautas dos defensores do abolicionismo e da república, encaravam o engajamento como “a condição ética do homem de letras” (Sevcenko, 1999, p. 79). Como Rodrigo Turin (2005) delinea, a nova geração de 1870 se faz presente na renovação da prática historiográfica, anteriormente personificada nas figuras de Karl Friederich von Martius, Adolfo de Varnhagem e Tristão de Alencar<sup>31</sup>. Essa renovação tem como tema central o *povo*, na busca em definir

---

<sup>31</sup> Sobre a prática historiográfica dos nomes citados, ver: TURIN, R. Um imperativo historiográfico: "satisfazer não menos ao coração do que à inteligência". In: TURIN, R. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica brasileira. Dissertação (Mestrado em História) -

a “especificidade do *povo brasileiro*” (Turin, 2005, p. 87), inscrevendo-a no espaço nacional. O “verdadeiro Brasil”, diz Euclides da Cunha, “nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, *desertus*” (Cunha, 1904). Nesse sentido, na análise estabelecida por Sevcenko (1999) a respeito do circuito literário da *Belle époque*, após a proclamação da República e as seguidas frustrações que a almejada forma política incitava nos espíritos<sup>32</sup>, a literatura esteve circunscrita a um “repertório limitado de clichês” (Sevcenko, 1999, p. 98), inflamada pelo conflito entre escritores e as oligarquias políticas. No aparente contexto de “banalização e neutralização da força cultural da literatura” (Sevcenko, 1999, p. 98), *Os sertões* provoca o entusiasmo desses intelectuais preocupados em criar um saber próprio sobre o Brasil, e Euclides da Cunha é saudado por Coelho Netto como “inaugurador de uma literatura nova” (Sevcenko, 1999, p. 98).

### *1.3.2 A coroação do escritor: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras*

“Escritor por acidente”: é sob essa alcunha que Euclides da Cunha profere seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906. Após o batismo enunciado pelas penas da crítica literária, o autor passa a integrar o rol dos escritores, sendo nomeado sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1903. Com sede no Rio de Janeiro, o IHGB havia sido fundado em 21 de outubro de 1838 e, segundo Abreu (1998), apesar de ser uma instituição originalmente fundada no período imperial, sua organização interna se manteve similar mesmo com a passagem à República; leia-se, o perfil dos sócios era composto “desde políticos e proprietários de terra até literatos e pesquisadores de renome” (Abreu, 1998, p. 232), em vias de consagrar a elite local na construção de uma história da nação<sup>33</sup>. Convidado pelo comendador Henrique Raffard, então primeiro-secretário, Euclides da Cunha recebe a

---

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. pp. 78-86.

<sup>32</sup> Do cotejamento feito por Sevcenko destacam-se as falas de José Veríssimo sobre a “crença ingênua de que a República (...) bastava à solução de problemas”; de Lopes Trovão e a confissão de que “essa não é a República dos meus sonhos”; e da “imbecilidade triunfante”, vista por Euclides da Cunha; SEVCENKO, N. Paladinos Malogrados. In: SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 86-93.

<sup>33</sup> Sobre o projeto da escrita de uma história nacional pelo IHGB, ver: GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p.5-27

incumbência de redigir uma monografia sobre Duque de Caxias, tarefa que inclusive se dizia lisonjeado por se tratar de uma figura notável que, “como sói suceder com a de todos os grandes homens, foi um aspecto da nossa própria vida nacional” (Cunha, 1903).

Em carta de 12 de junho de 1903 a José Veríssimo, revela o interesse em candidatar-se à ABL, mas comunica-o antes, pois “ao Sr. devo o favor da apresentação do meu nome, então obscuro, à sociedade inteligente da nossa terra” (Cunha, 1903). Ao expressar formalmente em carta de 21 de junho de 1903, Euclides da Cunha dirige-se a Machado de Assis solicitando a inclusão de seu nome na lista de candidatos concorrentes à vaga. No cumprimento dos rituais acadêmicos, Euclides da Cunha estabelece contato com os outros membros, solicitando seus votos, sendo eleito no dia 15 de setembro de 1903, contando inclusive com o voto do presidente, Machado de Assis (Abreu, 1998). Em decorrência da morte de Valentim Magalhães, Euclides da Cunha passa a ocupar a cadeira de nº 07, sob a qual seu patrono era Castro Alves<sup>34</sup>. Devido a uma série de motivos, entre os quais a viagem ao Alto Purus, na região amazônica, o autor d’*Os sertões* só tomou posse três anos após sua eleição (Abreu, 1998).

Aos presentes em sua cerimônia de posse, Euclides da Cunha enfatiza ser um “homem de ciência” que, inopinadamente, passa a lidar com os atributos de um “homem de letras”. No entanto, longe das duas atribuições serem distantes em si, o novo membro da Academia defende o elo entre as duas categorias, uma vez que considera necessário o uso de uma “roupagem literária” para produzir ciência *no e sobre* o Brasil. Tecendo elogios à “nova geração” de intelectuais brasileiros que surge a partir de 1875, o autor saúda ao responsável por sua recepção na Academia, Sílvio Romero, bem como se mostra próximo ao grupo composto por esses intelectuais, os quais, lembramos, foram fundamentais para a recepção de Euclides da Cunha no espaço literário.

O discurso de Sílvio Romero não se presta exclusivamente à recepção de Euclides da Cunha como mais um membro da Academia, mas como uma amostra do

---

<sup>34</sup> Afrânio Peixoto atribui inclusive a Euclides da Cunha o título de “O Castro Alves da prosa nacional” (Lutterbach, 1988, p. 20). Mas antes da prosa, os primeiros textos escritos por Euclides da Cunha em sua adolescência foram poemas. Em livro organizado por Leopoldo Bernucci e Francisco Foot Hardman (2009), há uma aproximação entre a escrita da poesia de Euclides da Cunha e Castro Alves. Apesar do pai de Euclides da Cunha, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, não ser escritor profissional, esse esboçava versos informalmente. O único poema que alçou a uma certa relevância foi escrito em 1871, curiosamente sob o título “À morte de Castro Alves”. BERNUCCI, L; HARDMAN, F. F. (Orgs.). **Poesia reunida/Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 17; 34.

que os membros que ali constituíam o reduto máximo de prestígio aos escritores deveriam ter como projeto. A postura de Romero é sintomática da tensão que Abreu percebe no interior da Academia, personificada especialmente entre o presidente, Machado de Assis, e seu mais contundente opositor, Silvio Romero.

O conflito acerca da função da Academia resumia-se, de acordo com a autora, naqueles que a viam como “uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde estendendo-se os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora” (Abreu, 1998, p. 234), e os defensores de não estarmos “no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios de Monroe, quando a maior parte da gente mora em estalagens e cortiços e as casas de pensão proliferam, e de ter avenidas à beira-mar e teatros monumentais, que vão ficar fechados, quando não temos fartas fontes de renda, quando a miséria é geral e quase todas as cidades e todas as vilas do Brasil são verdadeiras taperas” (Romero, 1906).

A grande “lição” d’*Os sertões*, reside, para Romero, justamente em mostrar o “coração do Brasil”, na medida em que conjuga “uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e com elas o dos doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil” (Romero, 1906). O fervor discursivo de Romero nos é relevante, pois, ao creditar ao livro de estreia de Euclides da Cunha o peso da responsabilidade de revelar aos habitantes da capital esse “mundo longínquo” (Romero, 1906), nos é permitido estabelecer o critério da viagem como o diferencial atribuído ao *Os sertões*, já que Euclides da Cunha foi “observador inteligente e bem informado, testemunha presencial da última fase da campanha”, fazendo “daquella campanha uma pintura vigorosa (...). Livro que me deu a impressão da maior sinceridade, aliada a nobres e generosos sentimentos moraes, o seu contém lições que merecem meditadas, e que erro grande fôra esquecer” (Veríssimo, 1904, p. 32).

### 1.3.3 O retorno aos trópicos quinze anos depois:

A publicação de *Tristes trópicos*, diferente d’*Os sertões*, não encontrou problemas no que diz respeito ao orçamento para custeio, nem no que diz respeito a um público leitor. Para Loyer (2018), a explicação para a ampliação do interesse por obras

de ciências humanas se vale de uma chave que opera em dois planos: no plano histórico, o processo de luta pela independência dos países colonizados se soma ao plano editorial, visto que os leitores (tratando do caso europeu) reorientaram seus olhares das prateleiras de literatura para as de ciências humanas, razão pela qual observa-se a criação de coleções editoriais com o foco para esse campo do conhecimento.

Assim, em um cenário de crescimento da publicação de livros em ciências humanas na França, Charles Orenge, editor literário de Plon, decidiu participar desse movimento lançando três séries consecutivas: em 1952, a série *Recherches en sciences humaines*, editada por Éric de Dampierre; em 1953, *Civilizações d'hier et d'aujourd'hui*, editado por Philippe Ariès; e, em 1954, *Terre humaine. Civilizations et sociétés. Collection d'études et de témoignages*, idealizada e organizada pelo geógrafo e historiador francês Jean Malaurie<sup>35</sup> (Debaene, 2014, p. 42). A propósito do convite feito a Lévi-Strauss, Malaurie estabelece contato com o antropólogo por intermédio de Pierre Gourou, professor do Collège de France. O contato se deu por Malaurie ter se impressionado com os registros fotográficos que ilustram *A vida social e familiar dos nambiquaras*, interessando-se em conhecer o autor das fotografias (Loyer, 2018, p. 378).

Da orientação editorial e histórica acima, Loyer afirma, então, que o *status* do relato de viagem se altera por outra chave que opera, novamente, em dois planos: tanto pelo amadurecimento intelectual, que busca distanciar-se de uma escrita que exotifica, em vias de corroborar para uma “compreensão etnológica e sociológica” (Loyer, 2018, p. 379), e também pelo fato de que os relatos contemporâneos não compartilham mais de uma característica que faz parte dos relatos modernos: a dificuldade de se viajar. Embora a autora destaque que sair das fronteiras ainda fosse custoso em termos financeiros, os progressos técnicos, em especial a aviação, “tornam teoricamente viável a mobilidade democrática” (Loyer, 2018, p. 379).

A coleção que *Tristes trópicos* integra, ou seja, *Terre Humaine*, demorou, segundo Vincent Debaene, a definir um público leitor, já que, nos primeiros anos da

---

<sup>35</sup> Em 2014, a coleção comemorou sessenta anos de existência sob a direção de Jean Malaurie. Mollier (2012) indica que a repercussão de *Tristes trópicos* afetou de maneira substancial o interesse de Malaurie em acrescentar à coleção diferentes produções sobre o Brasil e a América, entre elas: a tradução de *Carnets indiens*, de Darcy Ribeiro (*Cadernos indígenas*), em 2002; a reedição, em 1998, do livro de Roger Bastide, *Le candomblé de Bahia (O candomblé de Bahia)*; em 2010, o lançamento do conhecido livro de Davi Kopenawa, *La chute du ciel. Paroles d'un chaman Yanomami (A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami)*; MOLLIER, Jean-Yves. De Tristes Trópicos à palavras de um Xamã Yanomani, a coleção Terra Humana de Jean Malaurie pela Editora Plon: Uma Grande Coleção De Ciências Sociais À Escuta Do Mundo. **Maracanan**, v. 8, n. 8 (dez-jan 2012), p. 323-340.

coleção, havia sido publicados certos títulos, entre os quais não se percebia uma temática constante. Desse período, foi feita uma nova edição da obra de ficção *Les Immémoriaux* (1907), de Victor Segalen (em 1956); a tradução para o francês da obra de Margaret Mead, *Coming of Age in Samoa* (1963); e dois relatos de indígenas de primeira mão, *Sun Chief*, de Don c. Talayesva (1959) e *Un Village anatolien* (1963), de Mahmoud Makal. O cerne da coleção parece tomar forma a partir das narrativas ou autobiografias intelectuais de viajantes acadêmicos, no intuito de se estabelecer como uma coleção de “viagens filosóficas”. De acordo com Wilcken (2011), os livros da *Terre Humaine* tinham como característica a escrita tanto intelectual, autobiográfica, científica e engajada, “alimentando-se do rico campo literário, ainda largamente inexplorado, das culturas indígenas e das pesquisas etnográficas” (Wilcken, 2011, p. 200).

Mas ao que, à primeira vista, parecia ser uma coleção que em seu início não apresentava um tema comum, se prova o contrário. Jean Malaurie explica, então, que os livros de Talayesva e Makal tinham como intenção apresentar os relatos escritos por “aqueles que a história esqueceu”. No encontro entre essa narrativa e os escritos acadêmicos estaria a originalidade da série *Terre Humaine*: reorientar a relação entre literatura e antropologia em vias de um novo objeto - o “documento vivido” [document vécu] (Debaene, 2014, p. 288 - tradução nossa). No prefácio à edição francesa de *Sun Chief*, Lévi-Strauss escreve:

(...) A narrativa de Talayesva consegue imediatamente produzir, com incomparável facilidade e graça, o que o antropólogo sonha obter, e o que ele nunca conseguirá realizar completamente: a transcrição e recriação de uma cultura “por dentro”, tal como é vivida pela criança seguida pelo adulto. É como se nossos arqueólogos contemporâneos desenterrassem separadamente as contas de um colar; e então, de repente, aconteceu de vê-los, amarrados juntos em sua maneira primitiva original e gentilmente colocados em volta do pescoço jovem que eles estavam destinados a adornar em primeiro lugar (Lévi-Strauss *apud* Debaene, 2014, p. 288 - tradução nossa)<sup>36</sup>.

A respeito dos livros com aspirações literárias publicados por etnólogos, Vincent Debaene caracteriza esse movimento, visto desde os anos 1930, como sendo os “dois livros” do etnógrafo. Esse fenômeno é percebido na maioria dos etnógrafos

---

<sup>36</sup> “(...) Talayesva’s narrative immediately succeeds in producing, with incomparable ease and grace, what the anthropologist dreams of obtaining, and what he will never be able to completely accomplish: the transcription and recreation of a culture “from the inside,” as it is lived by the child followed by the adult. It is as if our contemporary archeologists separately unearthed the beads from a necklace; and then, suddenly, we happened to see them, strung together in their original primitive manner and gently placed around the young neck they were destined to adorn in the first place”.

franceses que realizaram trabalhos de campo e escreveram suas monografias acadêmicas e, posteriormente, publicaram um 'segundo livro' menos detido na exposição científica, pois a etnografia, segundo Debaene, estava compromissada com o 'rompimento' com as narrativas de viagem. Pela combinação entre reflexão filosófica, curiosidade, atenção a si e a meditação sobre a natureza humana, o autor afirma que há uma espécie de “tradição francesa”, que remonta a Montaigne, passando por Montesquieu e Rousseau.

Além de *Tristes trópicos*, Debaene analisa os livros *L’afrique fantôme* (1934), de Michel Leiris e *Les Flambeurs d’hommes* (1935), de Marcel Griaule. *Terre Humaine* expressa, argumenta Debaene, uma nova tendência autônoma, isto é, “uma nova forma de literatura que tinha mérito antropológico” (Debaene, 2014, p. 291 - tradução nossa)<sup>37</sup>. No caso de Lévi-Strauss, podemos considerar *As estruturas elementares do parentesco* e *Tristes trópicos* como seus ‘dois livros’. Sintoma dessa distinção é a declaração de Lévi-Strauss a Didier Eribon (1990) a respeito da época de escrita de *Tristes trópicos*, durante a qual “achava que estava pecando contra a ciência” (Lévi-Strauss, 1990, p. 80), por não estar trabalhando no segundo tomo sobre as estruturas do parentesco. Por outro lado, o convite veio a adequar-se aos anseios pessoais do etnólogo, como o próprio confessa, como a vontade de desvincular-se do rótulo de “erudito radical”, bem como poder realizar o intento literário até então frustrado (Loyer, 2018, p.380).

A ideia de contar minhas viagens nunca tinha me ocorrido. No entanto, na fase que eu atravessava, convencido de que não tinha mais futuro universitário, fiquei tentado pelo projeto a escrever pelo menos uma vez sem policiamento, a dizer tudo que me passava pela cabeça. Enfim, com o tempo, tinha conseguido um certo distanciamento. Não se tratava mais de transcrever uma espécie de diário de expedição. Eu deveria repensar minhas velhas aventuras; precisaria refletir e filosofar sobre elas, fazer um balanço (Lévi-Strauss, 1990, p. 79).

Tendo recebido o convite e o aceitado na primavera de 1954, Lévi-Strauss se detém durante quatro meses na escrita de seu livro que vem a público no outono de 1955, através da editora Plon. A velocidade com que Lévi-Strauss escreveu *Tristes trópicos* se explica por diferentes razões, entre as quais Loyer (2018) aponta: a colagem-reciclagem de materiais, a reprodução textual de capítulos de sua tese complementar, transcrições de excertos de seus cadernos de campo do Brasil ou do

---

<sup>37</sup> “This literature gradually imposed its own version of history according to which ‘Terre humaine’, beginning in the 1950s, inaugurated a new and autonomous trend, that is, a new form of literature that had anthropological merit” (Debaene, 2014, p. 291).

Paquistão, anotações de aulas ministradas na New School for Research, bem como antigos artigos da imprensa do período brasileiro. A erupção que traz à tona *Tristes trópicos* apresenta aos leitores mais a imagem do “desassossego” do que a do “divertimento” (Loyer, 2018).

Os caminhos da escrita em *Tristes trópicos* combinam o plural dos itinerários traçados por Lévi-Strauss. Abrindo o livro, em uma espécie de anticlímax, a primeira parte, denominada *O fim das viagens*, é inaugurada com o capítulo *Partida*, e que, no entanto, começa com a história das conversas dadas no seu regresso. Como descreve Vincent Debaene (2014), “desde a primeira página, Lévi-Strauss nos dá um exemplo do que exatamente *Tristes trópicos* não será” (Debaene, 2014, p. 200 - tradução nossa)<sup>38</sup>.

Simultaneamente, o autor explica que seu livro trata sobre viagens, mas o faz justamente pelo tratamento irônico em relação ao gênero “relato de viagem” (em especial, o relato contemporâneo)<sup>39</sup>. Há, nessa parte, a sobreposição de partidas, travessias e lugares visitados, situados em distintos e sucessivos deslocamentos. Com as marcas de enunciação de “eu vi e ouvi”, Clifford Geertz defende que uma imagem que não sai do livro é a de um “viajante endurecido, encurralado pelas dificuldades, mas terrivelmente interessado” (Geertz, 1989, p. 46).

Quinze anos passaram desde que deixei o Brasil (...) e, durante todos esses anos, muitas vezes planejei iniciar este livro; toda vez, uma espécie de vergonha e de repulsa me impediu. E então? Há que narrar minuciosamente tantos pormenores insípidos, acontecimentos insignificantes? Não há lugar para a aventura na profissão de etnógrafo. (...) (Lévi-Strauss, 1996, p. 15).

As *Anotações de viagem* direcionam as travessias para o sentido interno, a partir do marco de um “domingo do outono de 1934, às nove horas da manhã”, em que “minha carreira decidiu-se” (Lévi-Strauss, 1996, p. 49)<sup>40</sup>. Nessa parte do livro, Lévi-Strauss concentra-se em seus anos de formação e nos motivos que o levaram ao distanciamento de sua carreira de formação - filosofia -, ao interesse pela carreira de etnologia, no relato em “como se faz um etnógrafo”. As *Anotações* se encerram com *O*

---

<sup>38</sup> “From the very first page, Lévi-Strauss gives us an example of exactly what *Tristes Tropiques* will not be”.

<sup>39</sup> A ironia que marca as páginas de *Tristes trópicos* pode ser lida também como “o primeiro indício de que a consciência se tornou consciente” (Pessoa, 2019, p. 98). Como Fernando Pessoa escreve: “Desconhecer-se conscientemente, eis o caminho. E desconhecer-se conscienciosamente é o emprego ativo da ironia. Nem conheço coisa maior, nem mais própria do homem que é deveras grande, que a análise paciente e expressiva dos modos de nos desconhecermos, o registro consciente da inconsciência das nossas consciências, a metafísica das sombras autônomas, a poesia do crepúsculo da desilusão” PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. - 2. ed. Jandira, SP: Principis, 2019 (p. 98).

<sup>40</sup> Trata-se do telefonema de Célestin Bouglé oferecendo o convite para Lévi-Strauss ministrar aulas de Sociologia na Universidade de São Paulo.

*pôr do Sol*, a amostra do começo de um romance, que dele conservou-se o título: *Tristes trópicos*.

D.E.: Existe algum livro que o senhor gostaria de ter escrito ou que lamenta não ter escrito?

C.L.-S.: Lamento muito não ter escrito uma obra literária.

(...)

D.E.: O senhor tentou?

C.L.-S.: Se você excetuar uma vaga tentativa que mencionei em *Tristes trópicos*, não. Ainda por cima, era um drama filosófico. Uma boa peça de boulevard parece-me o máximo do gênero!

D.E.: Em contrapartida, o senhor tinha começado um romance...

C.L.-S.: ...que abandonei ao final de trinta páginas, porque estava ruim demais.

D.E.: Qual era a sua história?

C.L.-S.: Devia chamar-se *Tristes trópicos*. E era vagamente conradiana. A intriga originava-se de uma história que eu tinha lido na imprensa: uma vigarice, numa ilha do Pacífico de que não me lembro, cometida com um fonógrafo, para fazer com que os indígenas acreditassem que seus deuses voltavam à terra. No livro, os autores seriam refugiados políticos, ou outros, de origem diversa. Aconteceriam dramas entre eles.

D.E.: Dele só resta o título?

C.L.-S.: O título e as páginas compostas em itálico em que descrevo um pôr-de-sol. Era o começo do romance (Lévi-Strauss, 1990, p. 120).

*O Novo Mundo e A terra e os homens* concentram-se tanto na geografia e paisagem do Novo Mundo, como no encontro com seus habitantes (que será melhor discutido ao longo dos próximos capítulos). As partes V, VI, VII e VIII correspondem, respectivamente, à etnografia das sociedades Cadiueu, Bororo, Nambiquara e Tupi-Cavaíba<sup>41</sup>. *A volta* é a parte final na qual Lévi-Strauss encerra o livro com outras viagens, com novas partidas. Como bem traduziu Peixoto (1991), “começar pelo fim, terminar pelo começo, talvez seja essa a equação que melhor traduz a narrativa” (Peixoto, 1991, p. 167).

#### 1.3.4 A crítica diante do livro “caleidoscópio”

*O clássico exemplo de livro cujo tema é em grande parte ele mesmo, e cuja intenção é mostrar aquilo que, caso se tratasse de uma novela, teríamos de chamar de sua ficcionalidade; se tratasse de uma pintura, sua composição de planos; de uma dança, seu traçado de figuras: a dizer, seu caráter de coisa fabricada.*

(*O antropólogo como autor*; Clifford Geertz).

Assim como *Os sertões*, recém chegado às prateleiras das livrarias francesas, *Tristes trópicos* mobilizou diferentes penas da crítica, da imprensa e da intelectualidade.

---

<sup>41</sup> Certas partes dos cadernos de etnografia foram copiados integralmente de *A vida familiar e social dos Nambiquara* (Lévi-Strauss; Eribon, 1990, p. 80).

Constantemente atravessado por múltiplos olhares, dos quais novas leituras são reveladas, o livro é conferido por Clifford Geertz (1926-2006) com um emblema caro ao próprio pensamento de Lévi-Strauss: a imagem do “caleidoscópio”<sup>42</sup>. Outra imagem relacionada a *Tristes trópicos* é conferida por Eduardo Viveiros de Castro, o qual percebe o livro como uma “espécie de microcosmo”, como um “livro fundador de um gênero, e que continua inigualável nesse gênero” (Castro, 2005, p. 80 *apud* Iegelski, 2016, p. 79).

Inicialmente, a rápida recepção do novo número da coleção *Terre Humaine* não se deu unicamente pelo seu conteúdo, mas mais por seu autor, Claude Lévi-Strauss, que esteve recentemente envolvido em debates calorosos com outros intelectuais por conta de seu artigo, *Raça e história* (1952). De forma resumida, o artigo abalou os circuitos de intelectuais, entre os quais Loyer (2018) destaca dois principais nomes que personificam a riqueza a respeito da repercussão do artigo para a Unesco: Roger Caillois e Aimé Césaire. Caillois escreve o texto-resposta, publicado na *Nouvelle Revue Française* (NRF), intitulado *Illusions à rebours* (1954), caracterizado como um gênero que Loyer (2018) chama de “Defesa do Ocidente”, no qual julga Lévi-Strauss enquanto um rancoroso para com sua própria civilização, considerando os etnólogos hipócritas e responsáveis pela traição da etnografia ocidental.

A réplica evidentemente viria. Em 33 páginas, Lévi-Strauss sepulta os argumentos de Caillois, no texto intitulado *Diógenes deitado* (1955), publicado na revista *Les Temps Modernes*. Desse embate, duas metáforas são pertinentes: “Lévi-Strauss põe em cena a imagem de um jogo de dados ou uma roleta, cujas partidas são sempre necessariamente inacabadas [e] Caillois vê a evolução do homem como um quebra-cabeça, em breve completo, do qual o Ocidente seria a imagem em sua completude” (Loyer, 2018, p. 374). Por outro lado, Aimé Césaire acrescenta um considerável apêndice à segunda edição, de 1955, do *Discurso sobre o colonialismo*, em que toma integralmente o lado de Lévi-Strauss, ironizando a “cólera” de Caillois sobre a “traição da etnografia ocidental” ao pôr em “dúvida a superioridade onilateral da civilização ocidental sobre as civilizações exóticas” (Césaire, 2020, p. 63).

---

<sup>42</sup> Em *El antropólogo como autor* (1989), Geertz escreve: “El libro es prácticamente análogo a la imagen caleidoscópica que Lévi-Strauss da del «pensamiento concreto»: más una conjunción sintáctica de elementos discretos, conectados horizontalmente sobre lo que Jacobson ha llamado el eje de la contigüidad, que una jerarquía paradigmática de elementos continuos, ordenados verticalmente en lo que ha denominado el plano de la semejanza”. Geertz, Clifford. *El mundo en un texto: Cómo leer «Tristes trópicos»*. In: Geertz, Clifford. **El antropólogo como autor**: Paidós: Buenos Aires, 1989 (p. 43).

Articulando sua vida profissional e intelectual entre a Unesco, os colóquios e seminários sazonais nos Estados Unidos, a produção de artigos teóricos e programáticos, Lévi-Strauss já estava sobremaneira envolvido com diferentes circuitos intelectuais. Seja como for, a controvérsia Lévi-Strauss/Caillois “foi o grande acontecimento dos meios literários parisienses” (Métraux, 1994, p. 210 *apud* Wilcken, 2011, p. 192), que casualmente colocou o nome de Lévi-Strauss no centro de interrogações, de interessados e daqueles que nutriram querelas, fazendo com que *Tristes trópicos* não passasse despercebido. Algumas páginas do livro já haviam sido publicadas na revista *Les Temps Moderns*, consideradas a “resposta definitiva” de Lévi-Strauss ao debate com Caillois<sup>43</sup>.

Os primeiros dois meses após a publicação foram angustiantes a Lévi-Strauss, por considerar que seu livro foi alvo de uma desatenção geral, a qual apenas “três ou quatro críticas vagamente simpáticas dos jornais e depois mais nada” (Lévi-Strauss, 1955 *apud* Loyer, 2018, p. 388). Na verdade, o contrário se operava entre os intelectuais franceses, os quais estavam a escrever resenhas que cessaram a preocupação anteriormente sentida por Lévi-Strauss. Dentre os nomes que estampam as críticas, destacam-se Georges Bataille, François-Régis Bastide, René Étiemble, Roger Grenier, Maurice Blanchot, Michel Leiris, Jean Lacroix, Jean Cazeneuve, Gaëtan Picon, Claude Roy e Raymond Aron (Loyer, 2018, p. 388), todos eles em um elogio ao livro e na manifestação do choque com a leitura.

Recebido como um objeto inclassificável, embora na maioria das vezes associado à tradição da viagem filosófica, Loyer (2018) sugere que o caráter híbrido entre ciência e literatura de *Tristes trópicos* desperta como um “ponto de observação” (Loyer, 2018, p. 392) da reconfiguração das relações entre esses âmbitos, nascidas no século XIX, “num duplo gesto de recalçamento do teórico e de alinhamento a um ‘rigor’ científico que desenha, por longo tempo, seu horizonte ideal” (Loyer, 2018, p. 392).

A caracterização de Loyer, inclusive, poderia ter saído da pena de José Veríssimo, ao dizer que *Tristes trópicos* “desconcerta, pois é efetivamente o livro de um cientista, etnólogo por profissão, porém escrito na língua do escrito ou dos que assim consideramos” (Loyer, 2018, p. 392). O desconcerto levantou penas que procuraram

---

<sup>43</sup> O artigo em questão é “Des Indiens et leur ethnographe”, *Les Temps Moderns*, nº 116, agosto de 1955, p. 1-50. Outro ponto em comum a se notar é que tanto excertos d’*Os sertões*, como de *Tristes trópicos*, foram publicados antes da íntegra.

destacar a veia literária do livro ora como uma expressão do antigo regime das belas letras, na comparação à época da ciência em que os cientistas detinham o uso da palavra, ora como uma nova ofensiva da literatura na ambição de federar o pensamento e aqueles que caracterizaram o livro enquanto uma expropriação da literatura<sup>44</sup>.

Àqueles que defendem ser *Tristes Trópicos* um livro de ciência, encontra-se Maurice Blanchot, encarando que a literatura vigora para além do grande estilo. Como afirma Loyer, a intenção da coleção Terra Humaine, em certa medida, não escondia o desdém pela literatura moderna, bem como da ciência moderna. Jean Malaurie orgulha-se com a coleção, por essa manifestar-se “contra essa etnologia exacerbadamente científica, sobretudo no projeto estruturalista, ao longo dos anos 1950, e contra uma literatura vista como excessivamente cerebral” (Loyer, 2018, p. 393).

Na perspectiva de uma obra política, Raymond Aron publicou um artigo na edição de 24 de dezembro de 1955 da revista *Figaro Littéraire*, no qual considera *Tristes Trópicos* “como um livro-sintoma de um retorno crítico, dez anos depois do fim da guerra, do Ocidente sobre si mesmo” (Loyer, 2018, p. 389). Ao desprezar radicalmente o roteiro progressista, dado os resultados da II Guerra, Aron insiste que Lévi-Strauss destaca-se por trazer aos problemas contemporâneos a exigência de um novo pensamento do homem. Aron diz que Lévi-Strauss busca “nas sociedades ditas primitivas (...) um modelo teórico da sociedade humana com a ajuda do qual conseguiremos desvendar o que há de ordinário e artificial na natureza atual do homem” (Aron, 1955 *apud* Loyer, 2018, p. 389).

Sustentando a hipótese de que *Os sertões* e *Tristes trópicos* articulam viagem e temporalidade, seguiremos para a discussão a respeito da forma como os autores tratam os espaços geográficos, isto é, o sertão e o Atlântico (os trópicos). Isso porque Junqueira (2013) explica que “os relatos operam de forma sistemática com as noções do *aqui* e do *acolá*” e sendo “articulados aos deslocamentos, reais ou imaginários, o relato de viagem opera com noções variadas de mudanças e transições” (Junqueira, 2013, p. 48).

---

<sup>44</sup> Levantamento de resenhas de Jean Marcenac, Gaëtan Picon, Georges Bataille e Jean-Claude Carrière disponível em: LOYER, Emmanuelle. **Lévi-Strauss**. Trad. de André Telles. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 389-393.

## Capítulo II

### (D)escrever a viagem: entre etnografia e literatura

*A Natureza é um templo onde vivos pilares  
Pronunciam por vezes palavras ambíguas;  
O homem passa por ela entre bosques de símbolos  
Que o vão observando em íntimos olhares.*

*Em prolongados ecos, confusos, ao longe,  
Numa só tenebrosa e profunda unidade,  
Tão vasta como a noite e como a claridade,  
Correspondem-se as cores, os aromas e os sons.  
(As flores do mal, Charles Baudelaire)*

Há de se notar que a curiosidade acerca dos diferentes modos de organização em sociedade é um traço característico de narrativas que dissertam sobre viagens muito antes da consagração da etnografia como disciplina<sup>1</sup>. Considerando um elo indissociável entre viajar e narrar, no entendimento de que “todo relato pressupõe um leitor” (Junqueira, 2011, p. 48), as escritas sobre o outro, de acordo com François Hartog, desenvolvem-se a partir do que ele denomina *retórica da alteridade* (Hartog, 1980). Toda narrativa de viagem se desenvolve a partir dessa retórica, na medida em que ela permite inscrever o mundo que se conta no interior do mundo ao qual se dirige. Em outras palavras, o trabalho do escritor pode ser definido também como um problema de tradução. Essa operação vista por Hartog em ação nas *Histórias*, de Heródoto, inclui ferramentas narrativas como a inversão (“o outro é o mesmo, só que invertido”), a comparação e a analogia, orientados a fazer “ver o outro filtrado no mesmo”, e o traço peculiar das “maravilhas, curiosidades”. O arremate dessa conjunção de características é

---

<sup>1</sup> Martin Lienhard faz referência à *Odisséia*, de Homero; *Anábase*, de Xenofonte e as *Histórias*, de Heródoto, sinalizando que, se consideramos etnografia como a “descrição da vida de outras sociedades [...], a etnografia manifesta a sua existência na civilização ocidental, desde o começo da cultura da escrita” (Lienhard, 1999, p. 103).

Tzvetan Todorov (2006) afirma, aliás, que o primeiro grande lance de viagens modernas (fim do século XV e início do XVI), tem os relatos como predecessores das viagens. Como exemplo, o autor menciona o *Livro das maravilhas*, trazido por Marco Pólo em seu retorno da China; A narrativa de John Mandeville que desperta curiosidade, pois foi um dos livros mais populares na Europa entre fins do século XIV e o XVI, escrito em 1357, tendo como tema central a viagem à Terra Santa, descobrindo posteriormente que, além de Mandeville nunca ter estado na “Terra Santa”, Mandeville nunca existiu (Junqueira, 2011); Outros livros levantados por Todorov são os livros de compilação *Cosmografias* ou *Imagens do mundo*, que eram inventários que pretendiam catalogar todos os países e povos da terra. São através de obras como essas que o imaginário do convés de viajantes como Colombo e Vasco da Gama foi abastecido.

balizada, segundo Hartog, por quatro marcas de enunciação: “eu vi, eu ouvi, eu digo, eu escrevo” (Hartog, 1999, p. 228).

Quer desafio maior em *Os sertões* e *Tristes trópicos* do que esse processo de “tradução”? Como afirma Flora Süssekind (1990), a problemática a respeito da fundação de uma imagem singular, original, de Brasil, está ligada fundamentalmente ao modo como se olha para a paisagem brasileira, marcado por uma série de crônicas, relatos, notícias, romances, estrangeiras ou não, “que lhe demarcam os contornos, tonalidades, sombreados” (Süssekind, 1990, p. 32). Podemos considerar duas consequências a partir da afirmação da autora: ao mesmo tempo em que “a imagem da América começa a ser forjada antes de sua existência histórica” (Chiampi, 2008, p. 99), é dessa mesma condição que se impõe à América “a própria crise de sua identidade cultural” (Chiampi, 2008, p. 107).

A viagem, tanto em *Os sertões*, quanto em *Tristes trópicos*, é oportunidade para aprendizado. Sob a condição de estrangeiro, literal ao antropólogo vindo de além-mar e metafórica ao engenheiro fluminense que deflagra “em terra estranha (...) outros hábitos. Outros quadros. Outra gente” (Cunha, 2013 [1902], 521), sentindo-se “fora do Brasil”, a viagem é o eixo organizador das experiências narradas, dos desabafos, das ironias, das projeções e das revisões em *Os sertões* e *Tristes trópicos*.

Se, como Lévi-Strauss declara, a viagem é mais do que um deslocamento espacial, sendo inscrita “simultaneamente no espaço, no tempo e na hierarquia social” (Lévi-Strauss, 1996, p. 91), os livros se encontram justamente na justaposição do olhar, na defesa de que são livros que remetem à viagem como processo de ajuste: ajuste do olhar, ajuste de interpretações, ajuste de ação, etc. A viagem, então, como formadora. Desse modo, o significado da viagem não é, e nem poderia ser, apenas científico. Permeiam-se a admiração, a melancolia e a necessidade de zelar pela própria sobrevivência (Murari, 2007).

Eis o primeiro encontro expressivo, consolidado justamente em seus títulos: os personagens geográficos impõem-se ante a contingência marcada por seus relatos. São os trópicos e os sertões que despontam como cenário e personagem. A observação feita por Fernanda Massi (1991) nos interessa, pois a autora argumenta que a ausência do artigo “os” no título de *Tristes trópicos* indica, talvez, a ambição universalizante, ou seja, os trópicos vistos por outros viajantes (Massi, 1991, p. 178)<sup>2</sup>. Isso nos permite

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que a ausência do artigo não se dá apenas pela tradução, sendo o original em francês *Tristes tropiques*, ao invés de *Les tristes tropiques*, que também estaria gramaticalmente correto.

ponderar o oposto com o livro de Euclides da Cunha: são “Os” sertões que se mostram ao leitor; “os” sertões brasileiros e, talvez, mais ousadamente, “os” sertões pintados por Euclides da Cunha<sup>3</sup>, responsável por ter revelado “um mundo longínquo” (Romero, 1906), sobre o qual fala Sílvio Romero.

Além da presença/ausência do artigo definido “os”, observemos outra característica em seus títulos: se *Tristes trópicos* se constrói pela inversão da imagem ensolarada dos trópicos, *Os sertões* é o próprio sol abrasivo, mas que também reserva sua tristeza à paisagem, traduzida na “verdade da frase paradoxal de Aug. de Saint-Hilaire: ‘Há, ali, toda a melancolia dos invernos, com um sol ardente e os ardores do verão!’” (Cunha, 2013, [1902], p. 47).

Tendo em vista que a viagem de Lévi-Strauss contempla um deslocamento continental e Euclides da Cunha viaja para o interior de seu próprio país, temos indícios do panorama intelectual europeu e brasileiro da passagem do século XIX para o XX, que Martin Lienhard (1999) delineou: enquanto na Europa, especialmente na França, a formação e consolidação do campo da etnografia vinculava-se a um trabalho de campo preferencialmente distante da terra natal do pesquisador, na América Latina, os problemas circunscritos pelos estudiosos orientavam-se para os entraves da modernização do país, para a explicação do “atraso nacional”.

A respeito dos limites entre a escrita etnográfica e literária, ressalta-se que eles não são declaradamente definidos em *Os sertões*, mesmo porque há em sua recepção a defesa de que o livro seria “um sério estudo social de nosso povo, firmado, até certo ponto, na observação direta” (Romero, 1980, p. 1777). É através da conjunção dos saberes etnográfico e historiográfico que, para Rodrigo Turin (2013), a intelectualidade brasileira pós-1870, comprometida em renovar o *tópos* do discurso sobre a nação, se posiciona frente ao discurso produzido pelas instituições imperiais, como o IHGB e o Museu Nacional.

Contra o *tópos* da ausência definida pela “obscura história”, centrada na questão indígena, que era tratada de maneira filantrópica, os contrários dessa tradição buscavam redefinir os contornos que sustentariam esse *tópos*, agora reorientado para o “passado profundo” da nação. Visualizando uma cisão entre prática etnográfica e historiográfica

---

<sup>3</sup> Segundo Luciana Murari (2007), a etimologia do termo *sertão* é incerta, sendo por vezes associada a *desertão*. No século XIX, o termo estava relacionado às regiões pouco povoadas do interior do Brasil e, mais especificamente, ao nordeste semi-árido e às regiões baseadas na pecuária extensiva ao norte do país. Sobre a ideia de sertão no pensamento social brasileiro, ver LIMA, Nísia T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

durante o período imperial, Turin afirma que a restrição da etnografia às sociedades indígenas demonstra “a característica hierarquizante do projeto da elite do Segundo Reinado em construir um império em suas diferentes ordens” (Turin, 2013, p. 190). Por não estarem falando do mesmo passado, os intelectuais vinculados à renovação da prática historiográfica taxaram de “retórica” e “superficial” a maneira pela qual os historiadores imperiais operavam a relação entre datas e eventos, “encobrendo os movimentos profundos da história” (Turin, 2013, p. 192).

Um olhar lançado sobre nossa história, não sobre a história escrita por A ou B, por Varnhagen ou Pereira da Silva, velhos declamadores retóricos, mas a história não escrita, a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento, num olhar ali lançado irá descobrir com alguma dificuldade os primeiros lineamentos de nossas lendas e canções populares (Romero, 1977, p. 38 *apud* Turin, 2013, p. 191).

Na conjunção entre esses saberes, Turin afirma que o objeto do labor historiográfico, ou seja, o problema da formação nacional, toma outra proporção quando analisado pelo prisma etnográfico, pois, ao trabalhar com uma ordem temporal mais larga, que abarca tensões de grandes processos e de aspectos físicos, linguísticos e culturais, constrói-se “uma tessitura da história particular, de longa duração, anônima” (Turin, 2013, p. 195). Essa “tessitura” permite, então, “uma ordenação do tempo *equivalente*” (Turin., p. 200 - grifo nosso). A ordenação do tempo equivalente, diz Turin, está ligada ao conceito de nação, na medida em que esse conceito é carregado de futuro. Enquanto horizonte a ser alcançado, a nação, então, torna-se uma referência para ordenar o tempo, tornando-o equivalente. Como observa Turin, para um determinado futuro representado por um projeto nacional, “se faz necessário um passado equivalente” (Turin, 2005, p. 20).

Retomando o discurso de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, há nele o diagnóstico de que a historiografia nacional estaria “reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa”, faltando à ela “a pintura sugestiva dos homens e das coisas” (Cunha, 1906). Romero demonstra seu apreço à escrita de Euclides da Cunha ao conferir a ele o êxito em tomar a partir da terra “[os] fios invisíveis com que ela prende o homem e o faz à sua imagem e semelhança. Surpreendeste-a na lenta e segura laboração das almas e dos caracteres” (Romero, 1906).

A valorização da descrição pautada na observação direta se consolida, de acordo com Flora Sussekind, na contraposição à leitura de viajantes que passaram pelo Brasil, na

oposição entre “imagem idealizada” e “realidade concreta”. Ao afirmar que o pilar d’*Os sertões* foi o desvio “sobremodo dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo” (Cunha, 1906), ao proclamar-se filiado a uma tradição de representação do real (Nicolazzi, 2008), Euclides da Cunha tenta anular a distância entre o *ver* e o *dizer*, na instituição de “um puro olhar que seria pura linguagem” (Turin, 2013, p. 225)<sup>4</sup>. Diferente dos antigos cronistas, o que os diferencia dessa nova geração não é simplesmente o fato de *ver*, mas de *saber ver*. Ainda de acordo com Turin, a valorização desse primado da observação, ainda que não seja definido enquanto “trabalho de campo” (pois sua institucionalização se deu a partir da década de 1920), consagra a associação entre “o perfil do trabalho etnográfico à autoridade da presença” (Turin, 2013, p. 227).

O que Turin denomina enquanto “efeito de crença” pode ser percebido pela cisão entre o observador e o narrador, na garantia de um discurso cujo efeito “objetificante” permitiria atestar um distanciamento daquele que narra. O trânsito entre o discurso em primeira e em terceira pessoa permite que Euclides da Cunha, segundo Fernando Nicolazzi (2008), opere de maneira dupla: “ele tanto assegura que o autor viu aquilo que relata”, ao mesmo tempo “que o próprio ato da visão seja problematizado” (Nicolazzi, 2008, p. 155). Esse “encontro” de vozes no texto euclidiano, que oscila “da objetividade à subjetividade de quem narra (...) entre a forma impessoal (*nota-se*), a pseudo pessoal (*vimos*) e a pessoal (*o viajante, o forasteiro*)” (Bernucci, 1995, p. 22), é entendido por Leopoldo Bernucci (1995) mais como expressão da “literariedade” do discurso, em razão desse fenômeno ser atípico “do discurso sociológico ou histórico da época” (Bernucci, 1995, p. 22).

---

<sup>4</sup> Em um ensaio sobre o Amazonas, Euclides da Cunha escreve: “Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapurú, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. (...) ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada”. Declaradamente desapontado com a “imagem subjetiva há longo tempo prefigurada” e com o confronto entre “olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado” (Süssekind, 1990, p. 33) que Euclides da Cunha busca construir seu relato sobre o Amazonas. O que não significa que essa escrita não possua verborragia descritiva à maneira euclidiana “impressionadora...”. O que se quer destacar com isso é a tensão que essa pretensa escrita objetiva com roupagem literária cria com outros autores e projetos estéticos, como, por exemplo, Mário de Andrade, que ao falar sobre os sertões escreve: “Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura (...)” (Andrade, M. de: 1927 295; *In* Costa Lima, **História, Ficção, Literatura**). José Lins do Rego, representante do chamado “romance regionalista de 1930”, escreve: “este sertanejo de Euclides da Cunha, era mais uma ficção do gênio criador, era mais o homem da imaginação do poeta do que o homem verdadeiro dos nossos Sertões nordestinos” (Rego, 1942 *apud* Bernucci, 1995, p. 21).

Mais estabelecidos estão, porém, os limites entre os discursos etnográficos e literários à época de publicação de *Tristes trópicos*, sendo inclusive o diferencial declarado por Lévi-Strauss entre o livro da *Terre Humaine* e suas produções etnológicas anteriores. Se o gênero “relato de viagem” teve um crescimento vertiginoso entre os séculos XVIII e XIX, com a intenção de se conhecer o mundo através do caráter romântico e da relação entre a voz autobiográfica e memorialística do gênero do relato (Massi, 1991, p. 160), a antropologia moderna apoia-se “sob a égide do empírico”. Segundo Massi (1991), a inauguração da nova metodologia consagrou-se com Malinowski e seu trabalho nas ilhas Trobriand, resultando no clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), que consolidou para a nova disciplina o elo indissociável da viagem como “meio de acesso”, como “ferramenta fundamental do processo de conhecimento” (Massi, 1991, p. 160).

No caso francês, a autora aponta que o *Institut d’Ethnologie* da Universidade de Paris, fundado por Mauss, Lévy-Bruhl e Rivet, foi um “divisor de águas” na história da disciplina. Paul Rivet, segundo Vincent Debaene (2014), foi importante nome na definição dos critérios da escrita antropológica, rejeitando descobertas que não fossem baseadas na observação e que não tivessem um rigor metodológico. Assim, o *Institut d’Ethnologie* foi responsável por patrocinar pesquisas empíricas, na intenção de formar profissionais na área. Ao levantar os dados referentes aos inscritos nos cursos dos professores no período anterior e posterior à I Guerra, Massi percebe um expressivo aumento de alunos, sendo os dados: de 1901 a 1911, o curso de Mauss variava entre 16 e 38 alunos e o curso de Hubert, entre 10 e 29. No Instituto, de 26 inscritos em 1926, há um aumento exponencial para 258 em 1938. Como explica, entre 1926 e 1940, 113 alunos foram enviados ao campo (Massi, 1991, p. 117).

Essa mudança é atribuída, em grande parte, pelo financiamento de investigações que a Fundação Rockefeller<sup>5</sup> passou a oferecer, permitindo a realização da missão Dakar-Djibout (1931) e a missão Saara-sudão (1935), as primeiras grandes experiências de campo da etnologia francesa (Massi, 1991, p. 118). Mas, se o africanismo desponta como fato de interesse para a sociedade francesa, sendo de 1931, inclusive, a criação da *Société des africanistes*, o americanismo, como já exposto, deparou-se com caminho diferente, pelo menos na década de 1930.

---

<sup>5</sup> A Fundação Rockefeller será responsável, posteriormente, pela inclusão do nome de Lévi-Strauss na lista de salvamento de intelectuais no período da II Guerra, sendo convidado a lecionar na *New School for Social Research*, em Nova York.

Demonstrado por Massi, entre as investigações realizadas na Ásia, África e América (sendo o México o país americano mais estudado), há um predomínio dos estudos africanos no período. O cenário reservou ao Brasil pouco destaque no que diz respeito às viagens etnográficas, no destaque da autora de que, na década de 1930, as principais incursões ao país foram feitas por J. Vellard, do Rio ao Pará, através do rio Araguaia, tendo como resultado um estudo sobre os Karajá, e as já mencionadas incursões do casal Lévi-Strauss (Massi, 1991, p. 128).

Como já dito, Vincent Debaene sinaliza que, a partir dos anos 1930, na França, os etnógrafos começam a publicar o que ele denominou “dois livros do etnógrafo”: um com aspiração científica e outro com aspiração literária. Mesmo Lévi-Strauss, que em *Tristes trópicos* declara sua jovem insurreição à Durkheim, não nega um elemento herdado da sociologia durkheimiana: o entendimento de que os fatos sociais também são, principalmente, fatos mentais e fatos morais. Desse modo, o “clima moral” de uma sociedade, como diz Métraux, ou o “tom da vida coletiva”, como diz Mauss, não pode ser “recolhido” com o método de levantamento da cultura material. Debaene identifica, então, que a partir da dificuldade em dar conta dessa dimensão “imaterial” se encontra a explicação para a virada do “segundo livro” de muitos etnólogos, na tentativa de “compensar as deficiências de uma ciência fundada em um modelo documental e museológico” (Debaene, 2014, p. 20 - tradução nossa)<sup>6</sup>.

Em 1950 a situação se diferencia. Debruçando-se no caso dos livros publicados na *L'espèce humaine*, Debaene argumenta que os laços entre antropologia e literatura parecem se desfazer à medida em que a antropologia estabelece que seu propósito não era mais descrever um objeto real (uma sociedade), e sim construir objetos teóricos. O autor analisa, então, a publicação dos livros que compõem a série *L'espèce humaine*, tendo como primeira publicação o livro do antropólogo finlandês Kai Donner's, *La Sibérie* (1946). A série foi retomada em 1951, sob organização de Michel de Leiris, com a edição revista de *L'Île de Pâques*, de Alfred Métraux (1941) e a publicação dos livros *Sumangat: L'âme et son cult en Indochine et en Indonésie* (1951), de Jeanne Cuisinier, e *La Tarasque: Essai de description d'un fait local d'un point de vue ethnographique* (1951), de Louis Dumont.

---

<sup>6</sup> “These are the difficulties that in many (but not all) cases will explain the turn to a second book, one that attempts to compensate for the shortcomings of a science founded on a documentary and museum-based model”.

O autor observa uma certa estabilização nos modos de escrever etnografias na França: i) a primeira pessoa do singular não aparece com frequência; ii) pouca ou nenhuma aparição de elementos narrativos. Outra característica notada nos livros publicados na série *L'Espèce humaine*, depois de 1951, é que, em sua maioria, há uma mudança do objeto estudado. Ao invés de um estudo detido em um modelo de um inventário completo de uma civilização, as pesquisas orientam-se mais para os “fatos sociais particulares”, como por exemplo, os rituais.

É diante dessa reconfiguração que a coleção *Terre humaine* se insere. Como já exposto no primeiro capítulo, a coleção se propõe a pôr em diálogo o discurso antropológico e literário. No entanto, esse discurso que se apresenta como uma ruptura, se insere na tradição que Debaene define como “disputa por território” entre a literatura e as ciências humanas. Nesse sentido, o autor afirma que essa disputa tem como intenção “demonstrar que há no homem um resíduo que escapa à ciência, a qual somente a ‘literatura’ pode conceder acesso” (Debaene, 2014, p. 292 - tradução nossa)<sup>7</sup>.

Valem algumas considerações a respeito de certos critérios que norteiam a escrita etnográfica, em detrimento do gênero do relato de viagem. De acordo com Clifford Geertz (1989), o texto etnográfico tem uma tese. Portanto, há a tentativa de alçar uma “objetividade” ao falar de uma sociedade, bem como uma tentativa em “busca[r] enfrentar ou resolver um problema” (Damatta, 1993, p. 38). Isso se explica porque os discursos etnográficos têm como temática questões anteriormente postas ao narrador, estabelecendo (re)experimentações. Por isso, argumenta Roberto Damatta (1993), as viagens antropológicas são compreendidas como “trabalho de campo”, e não como “viagens” propriamente ditas.

Por outro lado, na narrativa de viagem há maior possibilidade de “aventura”, principalmente no que diz respeito ao que acontece com aquele que narra, pois há certa “liberdade individual de alterar a ordem de certos eventos” (Damatta, 1993, p. 39). A fala em primeira pessoa é uma das principais marcas do gênero, permitindo a aparição da “aventura diária” e das travessias penosas, visto que “o mundo diário se faz com tragédias e momentos plenos de emoções” (Damatta, 1993, p. 39), sendo inclusive um dos *topoi* do gênero, de acordo com Flora Süssekind (1990). Algo que nas experiências científicas e nas etnografias não está recorrentemente presente”<sup>8</sup>. Lembremos de uma

---

<sup>7</sup> “It is still ultimately a question of demonstrating that there is in mankind a residue that escapes science and to which only “literature” can grant access”.

<sup>8</sup> Outra analogia que DaMatta mobiliza para diferenciar a etnografia do relato de viagem é a diferença entre o movimento da vida diária e do que denomina enquanto “ritual”: “Assim, na vida diária, os

das aguçadas ironias de Lévi-Strauss sobre o gênero “relato de viagem” e o que define como “escória da memória”:

Às cinco e meia da manhã, entrávamos na baía de Recife, enquanto pipiavam as gaivotas e uma flotilha de vendedores de frutas exóticas espremia-se ao longo do casco -, uma recordação tão pobre merece que eu erga a pena para fixá-la? (Lévi-Strauss, 1996, p. 16)<sup>9</sup>.

Internacionalmente, o horizonte de 1930, de acordo com Martin Lienhard (1999), estabeleceu metodologias de estudo para os modos de viver dos grupos humanos, especialmente pelo desenvolvimento de estudos na área do marxismo e do inconsciente (psicanálise). Lévi-Strauss acrescenta a geologia como a outra ponta do tripé que sustenta o conhecimento do etnógrafo, na justificativa de que “os três demonstram que compreender consiste em reduzir um tipo de realidade a outro; que a verdadeira realidade jamais é manifesta, e que a natureza da verdade já transparece no cuidado com que ela procura esconder-se” (Lévi-Strauss, 1996, p. 61). É por essa conjunção de saberes que o antropólogo declara: “Não é à uma tradição intelectual que presto homenagem, mas a uma situação histórica.” (Lévi-Strauss, 1996, p. 64).

À uma situação histórica Euclides da Cunha também proclama sua filiação. Como demonstrou Flora Süssekind (1990), a valorização da descrição da “realidade nacional”, que passa a ser defendida pela geração pós-1870, busca se consolidar em detrimento dos relatos dos antigos cronistas, pois essas leituras afetariam o olhar. Os relatos do período

---

propósitos práticos dominam os movimentos de pessoas e grupos sociais que saem de casa para a rua e o trabalho usando algum meio de transporte específico. O que se deseja no cotidiano é chegar! Nessas movimentações, o tempo tem que ser ‘morto’; o que quer dizer: essa experiência raramente pode ser aproveitada. Mas vejam o que ocorre no movimento ritual, no ‘drama’ e conseqüentemente na ‘arte’ e na ‘literatura’: aqui, o que conta é o processo, a chegada, o caminhar (ou processionar) junto. (...) O que vale nas procissões, romarias, desfiles carnavalescos (e na ‘arte’ em geral) é a caminhada, a experiência da viagem. (...) Neste sentido, vejam-se as teorias de Moritz, quando ele dizia: ‘Podemos aqui comparar o discurso com a *marcha*. A *marcha* habitual tem a sua finalidade *fora dela própria*, ela é simplesmente um meio para conseguir um fim, e tende continuamente para esse fim (...) Mas a paixão, por exemplo, a alegria saltitante, *reenvia a marcha para si mesma*, e os passos separados já não se distinguem entre si porque cada um se aproxima mais do fim (...) Assim nasceu a *dança*’. (...) Pela mesma lógica, os livros de viagem falam mais da caminhada do que da chegada, como nas etnografias” (Damatta, 1993, p. 38-39 - grifos do autor).

<sup>9</sup> Essa pseudo citação inicial, afirma Debaene (2014), ultrapassa a simples recusa de clichês exóticos, pois não há uma reprovação a detalhes narrativos, ou mesmo a rejeição da escrita 'autobiográfica'. Avalia o autor que a ironia de Lévi-Strauss estaria relacionada à postura de André Breton em seu *Manifesto do Surrealismo* (1924). Ao zombar da "atitude realista", que se faz presente no romance de seu tempo, Breton declara um segredo que Paul Valéry lhe disse: "ele sempre se abstinha de começar um romance com as palavras 'A marquesa saiu às cinco'". A crítica a essa forma de narrar estaria ligada ao caráter arbitrário da narrativa que cria uma sensação de que "a determinação retrógrada inerente a qualquer forma retrospectiva de narração converta sub-repticiamente a cronologia em necessidade" (Debaene, 2014, p. 201 - tradução nossa). "Its transcription as a narrative makes it seem such, though, and the 'retrograde determination' inherent in any retrospective form of narration surreptitiously converts chronology into necessity".

da exploração europeia, em sua maioria, são definidos por Todorov (1991) como “narrativas impressionistas”, em razão da narrativa ser orientada para a comunicação de impressões e descrições pessoais, somadas ao traço que detidamente distingue essa produção, isto é, a escrita “colonial” por representantes (em certa medida) do colonialismo<sup>10</sup>. Firmado pela passagem no Atlântico, esse encontro foi alvo, portanto, de representações que oscilavam entre visões positivas e negativas, marcadas por referências fantásticas conhecidas, como o Jardim do Éden, o El Dorado, a terra da canela, etc, nos quais “até os de profundo e repousado saber, se inclinavam a encarar os mundos novos sob a aparência dos modelos antigos” (Holanda, 1977, p.179)<sup>11</sup>.

O rigor do olhar pelo viés científico, no século XIX, passa a ser característica dos estudos de naturalistas (em sua maioria, estrangeiros) pelo território brasileiro. Como explica Peixoto (1990), a partir do século XVIII, a viagem às terras distantes, além de ser palco de especulações, adquire o traço de permitir ao viajante o “exercício da razão”. Viajar, então, significava “ilustrar-se, filosofar diante da experiência concreta” (Peixoto, 1990, p. 159). A atenção à descrição da paisagem é notada na prosa de ficção já nos anos 1830 e 1840, especialmente pelo diálogo com os relatos de viajantes naturalistas como Saint-Hilaire, Alcides d’Orbigny, Maximiliano de Wied Neuwied e Spix e Martius, responsáveis, segundo Gonçalves de Magalhães (1811-1882), por revelarem “à Europa as belezas da nossa pátria”<sup>12</sup>. Tal transformação também pode ser atribuída à

---

<sup>10</sup> Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* (2020), ao rebater Roger Caillois, escreve: “Finalmente, um último motivo de satisfação. Gobineau dizia: ‘Só há história branca’. O senhor Caillois, por sua vez, constata ‘Só há etnografia branca’. É o Ocidente quem faz a etnografia dos outros, e não os Outros que fazem a etnografia do Ocidente (2020, p. 68)”. Sob esse aspecto, é caro pontuar que há uma extensa discussão acerca da etnografia como ferramenta do conhecimento atrelada à manutenção da dominação. Ainda que não seja intenção da presente dissertação discutir o *status* epistemológico/ideológico da etnografia, a menção é pertinente. Dentre leituras sobre o problema, ver: TODOROV, T. A viagem e seu relato. Le voyage et son récit. Publicado em: *Les morales de l’histoire* (Todorov, 1995). Tradução de Lea Mara Valezi Staut. Publicado originalmente no volume 39 (1999) da *Revista de Letras*. CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Tradução de Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016. 388p; TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone-Moisés [2. ed]. Martins Fontes, 1999.

<sup>11</sup> Essa “operação” de escrita é considerada a “marca dos viajantes”, na medida em que “estes escritos reflectem sempre um conhecimento filtrado pelo prisma cultural que representa o autor e onde a tradição e a novidade, a teoria e a experiência, o imaginário e o sensível, o subjectivo e o objectivo se conjugam numa enorme complexidade tentando, por vezes, explicar o novo à luz de velhos conceitos” (Pimentel, Santos, 1977, p. 217).

<sup>12</sup> “Vimos esse céu que cobre as ruínas do Capitólio e do Coliseu; sim, é belo esse céu mas o do Brasil não lhe cede em beleza! Falem por nós todos os viajores, que por estrangeiros não os tacharão de suspeitos. Sem dúvida que eles fazem justiça, e o coração do brasileiro, não tendo por ora muito de que se ensoberbeça quanto às produções das humanas fadigas, que só com o tempo se acumulam, enche-se de prazer, e palpita de satisfação, lendo as brilhantes páginas de Langsdorff, Neuwied, Spix et Martius, Saint-Hilaire, Debret, e de tantos outros viajores que revelaram à Europa as belezas da nossa pátria”. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura no Brasil*. **Translusofonias - Revista de Estudos Comparativistas Lusófonos da UTFPR**. Dossiê Especial -

própria estrutura da modalidade narrativa da literatura de viagem e de sua temática, na medida em que se passa da descoberta e aventura à “experiência”, estando o viajante no centro das preocupações.

Vale o vivido, se escrito. A experiência convertida em relato, diário. E diário que se deve escrever obrigatoriamente no calor da hora, que deve guardar as marcas do que se acabou de ver, do que se acabou de experimentar. Daí o reaproveitamento por Neuwied de imagem semelhante à das “memórias escritas com tinta do Brasil”, de Léry: a das penas de araras recém caçadas que se usam para escrever. Ou as inúmeras referências de Saint-Hilaire a essa escrita em trânsito, responsável pela maior exatidão das descrições e observações relatadas, e por isso mesmo obrigatório aos viajantes-naturalistas. (Süssekind, 1990, p. 143).

A essa prosa de ficção dos anos 1830-1840 Süssekind a caracteriza como “literatura pedagógica”, na medida em que se pretende resolver, na literatura, “a falta de uma viagem de formação e as deficiências do ensino no país” (Süssekind, 1990, p. 90). O narrador, em sua maioria, realiza dois movimentos: no tempo e no espaço, com o objetivo de “dar sentido instrutivo a tais viagens, logo convertidas em lições” (Süssekind, 1990, p. 91). Desse modo, o narrador se converte em colecionador de verbetes e de manuais, com notáveis diálogos com os relatos de naturalistas dos séculos XVIII e XIX. A chave das Ciências Naturais sustentou a rede interpretativa da paisagem brasileira, orientada para perspectivas “atemporalizadora, positiva, definidora de singularidades botânicas, humanas e geográficas locais” (Süssekind, 1990, p. 113).

*Os sertões* se alinha a essa tradição do conhecimento. Os estudiosos estrangeiros forneceram a Euclides da Cunha notícias do Brasil, “informações sobre sua geografia, sua fauna e flora, mapeamentos, itinerários de viagem, rotas e caminhos a serem seguidos” (Murari, 2007, p. 63). Em contrapartida, uma postura que distingue Euclides da Cunha de outros escritores com pretensões naturalistas é a defesa de uma escrita sobre o Brasil por brasileiros, ao considerar “lastimável que ainda hoje procuremos nas velhas páginas de Saint-Hilaire... notícias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido” (Cunha, 1904).

Como Turin (2013) aponta, “a questão era *ver* para *crer*, tornar a presença e a observação direta do autor critérios de validade do texto” (Turin, 2013, p. 224). Mas

essa operação não eliminaria o caráter literário do trabalho<sup>13</sup>. Isso porque, de acordo com Murari (2007), Alexander von Humboldt (1769-1859) foi um marco no que diz respeito às escritas de viagens, na medida em que foi considerado importante interlocutor na “reimaginação do continente no período posterior à independência da América hispânica” (Murari, 2007, p. 64), ao forjar um sistema que propunha minimizar a perspectiva dualista que segregava do saber a esfera do sentimento. Seguindo Murari, a obra do naturalista bávaro é marcada pela “busca de harmonização entre o detalhismo da informação científica e a visão grandiosa da paisagem natural, pois, em sua concepção, ao mesmo tempo em que produz conhecimento sobre a natureza, o homem é esteticamente tocado por ela” (Murari, 2007, p. 64).

Ao tecer considerações sobre a tarefa do historiador, Wilhelm von Humboldt, irmão de Alexander von Humboldt, aproxima o historiador do poeta pelo uso da “fantasia” como recurso à incompletude da observação imediata, uma vez que, no mundo dos sentidos, “o acontecimento só é visível parcialmente, precisando o restante ser intuído, concluído e deduzido” (Humboldt, 2015 [1821], p. 82). A diferença entre as duas atitudes residiria no fato do historiador utilizar a fantasia como “subordinada”, preferindo chamar, então, de “faculdade de intuição”, ou em “dom de estabelecer conexões”. O elemento primordial da História, para o autor, é o “sentido para a realidade”. Assim, a descrição da natureza, por exemplo, não estaria completa apenas com a enumeração e catalogação dos elementos que a compõem.

Michel de Certeau, em certo ponto da discussão levantada em *A invenção do cotidiano* (1998), estabelece algumas diferenças entre a noção de “lugar” e de “espaço”, das quais nos é de interesse um aspecto: a interpretação de espaço como “lugar praticado”, ou em outras palavras: se “a rua geometricamente [é] definida por um urbanista, [ela] é transformada em espaço pelos pedestres” (Certeau, 1998, p. 202).

Dando prosseguimento às suas considerações, Certeau também avalia outras diferenças entre “lugar” e “espaço” a partir do estabelecimento do mapa geográfico, entre os séculos XV e XVII, argumentando que “onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia. O relato é ‘diégese’, como diz o grego para designar a narração: instaura uma caminhada ('guia') e passa através ('transgride')” (Certeau, 1998, p. 215). Guiar e

---

<sup>13</sup> Leopoldo Bernucci atenta para a intertextualidade com obras como *O Sertanejo* (1875) e *O Gaúcho* (1870), de José de Alencar e *Quatre-vingt-treize* (1874), de Victor Hugo. Para consultar o quadro textual comparativo elaborado por Bernucci, ver: BERNUCCI, Leopoldo. **A imitação dos sentidos**: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995,

transgredir são, ao nosso ver, duas posturas pertinentes para a leitura do espaço geográfico n' *Os sertões* e em *Tristes trópicos*.

Assim, enquanto “narradores-viajantes”, o “lugar praticado” nos textos desponta nessa dupla tensão entre guiar e transgredir. As páginas de *Os sertões* e *Tristes trópicos* são marcadas por essa articulação entre discurso científico e imaginário ao se tratar da grandiosidade da natureza brasileira. Ao usarmos a palavra “imaginário”, pretendemos alinhar a discussão ao que fala Leopoldo Bernucci (1995), isto é, encarar que há uma representação estética “que depende do real para tornar-se imaginaria” (Bernucci, 1995, p. 45), movendo-se de um domínio ao outro.

Nos textos, a paisagem não é mero cenário. A percepção de tempo, que será discutida no próximo capítulo, está intimamente ligada à construção do espaço geográfico nos livros. Esses personagens geográficos apenas emergem na medida em que há o que Michel de Certeau (1982) define como “corte”. A diferença estrutural entre “aqui” (*ici*) e “lá” (*là-bas*). Em outras palavras, o corte entre “sertão” e “litoral” e o corte oceânico entre “Velho” e “Novo” Mundo. Ainda que tratando especificamente do campo da antropologia, a definição de Lévi-Strauss nos ajuda na justificativa do uso da noção de “corte” geográfico, que possibilita a compreensão das diferenças:

(...) Na verdade, nosso objetivo último não é tanto saber o que são, cada uma em si mesma, as sociedades que constituem nosso objeto de estudo, e mais descobrir como elas diferem umas das outras. Como em linguística, **são esses afastamentos diferenciais** que constituem o objeto próprio da etnologia. (Lévi-Strauss, 2008, p. 352 - grifos nossos).

O corte geográfico também pode ser pensado pelos termos estabelecidos por Adorno na caracterização do ensaio, isto é, como um recurso no qual os autores percebem o mundo cindido. Desse modo, por pensar em fragmentos, “uma vez que a própria realidade é fragmentada” (Adorno, 2003, p. 35), tal recurso é um caminho possível para que os autores possam encontrar uma ‘unidade’ “através dessas fraturas”, no entendimento de que “a descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um **conflito em suspenso**” (Adorno, 2003, p. 35 - grifos nossos)

## 2.1 O ser-tão do Brasil

*A arte de moldar frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos.*  
(Michel de Certeau).

Em direção ao norte, partindo do Planalto Central do Brasil<sup>14</sup>, Euclides da Cunha inaugura seu itinerário em vias de construir a imagem de uma grandiosa natureza brasileira. No destaque às “notáveis mudanças de relevo”, acompanhamos do “traço contínuo e dominante das montanhas”, que segue a orla marítima entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, “à “atenuação de todos os acidentes”, no qual o olhar, “em plena faixa costeira da Bahia, (...) livre dos anteparos de serras que até lá o repulsam e o abreviam, se dilata em cheio para o ocidente, mergulhando no âmago da terra amplíssima lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas...” (Cunha, 2013 [1902], p. 7). O palco no qual Euclides da Cunha se encontra “justifica todos os exageros descritivos”, já que ali “a natureza armou a sua mais portentosa oficina” (Cunha, 2013 [1902], p. 8). O observador que trilhasse a caminhada sugerida por Euclides da Cunha, marcada por uma metamorfose da paisagem, teria como resultado o “contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...” (Cunha, 2013 [1902], p. 13).

Com a entrada ao sertão, porém, quebra-se o encanto, pois ao entrar no deserto, defronta-se com o “*facies* excepcional e selvagem” daquele “rincão sertanejo”, o qual “nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir” (Cunha, 2013 [1902], p. 29). Há, a partir de então, uma tentativa em catalogar, identificar e descrever as informações sobre a geografia do lugar. Grosso modo, a primeira parte do livro é composta por cinco capítulos, cada qual tratando dos seguintes temas: I) detalhes da estrutura geológica; II) o relevo e a hidrografia; III) o clima, associado à vegetação; IV) o estudo das secas; V) uma conclusão, em vias de sugerir soluções aos problemas impostos pelo meio físico.

Nesse sentido, *Os sertões* estabelece relação tanto com a prosa de ficção local e os relatos de viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX pelos seguintes aspectos: o modo de olhar armado (pela História Natural) e pragmático (o alvo é o conhecimento pela taxinomia); alguns itinerários (com demonstração em mapas) e certos *topoi* do “selvático espetáculo” (Süssekind, 1990, p. 129).

---

<sup>14</sup> Há, já no início do percurso, um erro: segundo o geógrafo Aroldo de Azevedo (1950), “confunde Euclides da Cunha o grande *Planalto Brasileiro* com uma de suas parcelas - o *Planalto Central*. (...) considerá-la iniciando-se no Rio Grande do Sul e chegando até ao Atlântico, julgo difícil, senão impossível, aceitar. (...)”. Sobre a subida do litoral paulista e capixaba: “a descrição serve admiravelmente para o litoral sul do Estado do Rio; mas é rigorosamente inexata para o trecho norte. (...) Além disso, onde teria Euclides da Cunha descoberto “recifes” na costa fluminense? (...) Serão, acaso, os rochedos cristalinos que afloram naquele mar costeiro? Mas... recifes são recifes e rochedos são rochedos...”. Para comentários mais especializados, ver: AZEVEDO, Aroldo de. “Os sertões” e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, jul, 1950 - nº 5. pp. 23-44.

Apesar da ocorrência de erros teóricos em suas bases geográficas, nos interessamos em reter o entendimento de que as descrições, que à primeira vista parecem ditar um ritmo mais lento de leitura, na verdade, demonstram a força literária de *Os sertões*. As descrições são densas justamente porque, do ponto de vista do tema que se trata, se percebe a dificuldade que o narrador tem de ver as coisas, de se situar nesse quadro de surpresas que ele não esperava inicialmente. Dessa condição, duas consequências: há constantemente a voz de um narrador que pretende abarcar o conjunto, ao mesmo tempo em que o mesmo “parece não estar de todo” (Süssekind, 1990, p. 233). Um dos recursos “euclidianos” que podemos elencar que provoca essa impressão é o uso dos três pontos finais, recorrentes em diversos parágrafos do livro, em cenas coloridas com os tons do drama e da surpresa. Como analisa Fernando Nicolazzi (2008), com isso, o olhar do narrador-viajante opera entre a surpresa, em vias de “ultrapassar este primeiro momento de assombro” (Nicolazzi, 2008, p. 158).

Esse jogo de vozes faz parte de uma estratégia narrativa. Como afirma Süssekind (1990), a prosa de ficção do século XIX, orientada para temáticas da definição nacional, se depara com um problema fundador: a impossibilidade do regresso à origem. Diante dessa condição, diz a autora, o que se faz é “fingir a volta a casa”, fundar uma paisagem, “um marco aprazível a que se nomeiam ‘Brasil’, ‘origem’, ‘Natureza’”. E esse movimento é feito, simultaneamente, com uma mão que empreende a fundação e com a outra que a nega, ao exibir “minuciosos mapas de minas, origens, nações” (Süssekind, 1990, p. 37).

Podemos considerar que *Os sertões* busca apresentar “mapas imaginários - mas construídos segundo o modelo dos ‘itinerários’ e das ‘notícias descritivas’ dos viajantes” (Süssekind, 1990, p. 34), visto que “mais importante até que o relato da viagem, que a narrativa, parece ser o inventário de paisagens, tipos e quadros locais” (Süssekind, 1990, p. 43). É comum, diz Murari (2007), que a descrição da geografia, da fauna e da flora desse período remetesse a uma “representação não-social”. Mas em Euclides da Cunha isso tomará outro sentido quando o sertão passa a despontar como o responsável pelo martírio do homem sertanejo, ao mesmo tempo em que é seu cúmplice.

O “sonho de geólogo” do qual fala Euclides da Cunha também é partilhado por Lévi-Strauss em *Tristes trópicos*. Afeito à geologia como importante ciência ao estudo do etnólogo, Lévi-Strauss reserva a esse campo do conhecimento o fator que influencia o status de uma viagem de caráter científico:

Ainda guardo entre minhas mais caras lembranças menos tal expedição por uma zona desconhecida do Brasil central do que o acompanhamento pelo flanco de um planalto calcário languedociano da linha de contato entre duas camadas geológicas. Trata-se, aqui, de algo muito diferente de um passeio ou de uma simples exploração do espaço; essa busca, incoerente para um observador não iniciado, oferece, a meu ver, a própria imagem do conhecimento, das dificuldades que se opõem e das alegrias que se podem esperar dele.

Toda paisagem apresenta-se de início como uma imensa desordem que nos deixa livres para escolhermos o sentido que preferimos lhe atribuir.

(...) O pesquisador é posto, já de saída, diante de fenômenos na aparência impenetráveis; (...) para inventariar e avaliar os elementos de uma situação complexa, ele deve lançar mão de qualidades delicadas: sensibilidade, faro e bom gosto. (Lévi-Strauss, 1996, p. 60-61).

O fascínio pela “grandeza indefinível dos começos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 420) proporciona em *Os sertões* e *Tristes trópicos* mudanças da escala de observação que buscam focalizar o que se vê e o que se escreve. Uma constante interação entre a viagem concreta e a viagem imaginada. Com efeito, consideramos que o elemento fundador que permite esse diálogo entre concreto e imaginário é o “corte” geográfico. Entretanto, enquanto em *Os sertões*, Euclides da Cunha não esperava encontrar “outra terra” e “outra gente”, em *Tristes trópicos*, Lévi-Strauss anseia justamente em encontrar no Brasil “outra terra” e “outra gente”.

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria. (Cunha, 2013 [1902], p. 521).

Os países exóticos apareciam-me como o oposto dos nossos, em meu pensamento o termo **antípodas** adquiria um sentido mais rico e mais ingênuo do que o seu conteúdo literal. Muito me surpreenderia se me dissessem que uma espécie animal ou vegetal podia ter o mesmo aspecto nos dois lados do globo. Cada animal, cada árvore, cada fiapo de capim devia ser radicalmente diferente, exibir já à primeira vista sua natureza tropical. (Lévi-Strauss, 1996, p. 49 - grifo do autor).

Assim, ainda que de maneira diferente, a apresentação do anfiteatro do sertão e do Novo Mundo tem como traço constante o contraste. O contraste entre “aqui” e “lá”; entre “eu” e o “outro”; entre o “concreto” e o “imaginado”. Nesse sentido, retomando a ideia de “guiar” e “transgredir” de Michel de Certeau, podemos perceber o contraste da paisagem, ao nosso ver, pela aparição de três instâncias: pelas noções de “distância”,

“imensidão” e “estranhamento”. Propor essa leitura não significa que essas três instâncias operam separadamente ou mesmo hierarquicamente. A escrita sobre suas viagens as conjugam.

Primeiramente, a própria noção de “sertão” e “Novo” Mundo é prescrita fora do âmbito científico da geografia/geologia. Elas são em si uma construção historicamente simbólica.

“Sertão”, afirma o geógrafo Antonio C. R. Moraes (2002), transmite mais um caráter simbólico do que qualquer definição da materialidade da superfície terrestre<sup>15</sup>. Dessa maneira, “o sertão só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. (...) Daí ela sempre se apresentar numa formulação dualista. (...) A dualidade mais repetida no pensamento social brasileiro opõe o *sertão* ao *litoral*” (Moraes, 2002, p. 363). Consoante a esse fenômeno, o binômio é construído, sobretudo por um olhar externo interessado em atribuir àquele espaço juízos e valores que visam transformá-lo, mesmo que em algumas formulações sejam integradas visões positivas do “sertão”. Todavia, a equação é encarada como um potencial adormecido, com necessidades de ações transformadoras. Essa equação põe em perspectiva não apenas a paisagem, mas também seus habitantes. Como afirma o geógrafo, “a diferença é, assim, paisagística, mas, sobretudo, cultural” (Moraes, 2002, p. 365).

No que tange às confabulações em torno da ideia de “Novo Mundo”, Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso* (1959), demonstra minuciosamente que a crença na realidade física e atual do Éden era sustentada e partilhada tanto por pagãos como por cristãos. As visões medievais do “Paraíso Terrestre” encontram-se nas páginas do *Gênese*, 2, 9-25, e 3, 1-24, na descrição da terra pintada com as tintas celestiais das máximas da eternidade, agradabilidade e ingenuidade, sob única condição de Adão e Eva não comerem do fruto da árvore proibida. Dado o castigo ante o pecado cometido, expulsos do paraíso, o homem então vaga em busca da redenção do “pecado original”.

O mundo greco-romano, avalia Holanda, também cultivou essa imagem através dos poetas que cantavam o tempo de bem-aventurança. Seja como for, o autor argumenta que esse paraíso terrestre, tanto para cristãos, como para pagãos, tinha sua localização temporal oscilante: ora figurada em um tempo passado, ora em tempos vindouros, e por vezes no tempo presente, apenas geograficamente distante.

---

<sup>15</sup> Tanto em *Tristes trópicos*, como na resenha publicada em 1944, Lévi-Strauss atenta para traduções feitas do português, ao escrever que ‘mato’ se refere ao caráter objetivo da paisagem, “(...) a brousse, no seu contraste com a floresta; ao passo que ‘sertão’ refere-se a um aspecto subjetivo: a paisagem em relação ao homem”. (Lévi-Strauss, 1996, p. 172).

Considerando a terceira concepção, Holanda trabalha com inúmeras fontes que corroboram para o argumento de que o Éden poderia ser verificado nas terras além-mar. Das informações colhidas pelo historiador, nos interessa a imagem pintada para o Brasil. O próprio nome já é ligado ao fenômeno edênico, visto que, segundo diálogo que estabelece com Richard Hennig<sup>16</sup>, há o topônimo entre as vozes irlandesas *Hy Bressail* e *O'Brasil*, que significariam “ilha afortunada”. Dessa característica Holanda atribui a razão para explicar a forma alternativa de *O brasil* e *Obrasil* que aparece em diversos mapas do século XVI. Em cartas portuguesas o autor também verificou essa inclinação na associação das terras brasileiras com o paraíso perdido, como a carta de Lázaro Luís, datada de 1583, em que há a designação de *obrasil* como a ilha mítica.

O “corte” entre Velho e Novo Mundo é feito em *Tristes trópicos* em conjunto a um personagem central das grandes navegações: Cristóvão Colombo (1451-1506). O “adeus” ao Velho Mundo se concretiza pela passagem na zona da “Calmaria”, chamada assim pela condição em que os ventos dos dois hemisférios param de um lado e outro, fazendo com que as velas fiquem pendentes, à espera de um sopro. Durante a suspensão do movimento do navio, Lévi-Strauss revela a pergunta que o instiga: “Do outro lado do fosso, ainda estariam lá para nos acolher todos aqueles prodígios avistados pelos navegantes dos séculos idos?” (Lévi-Strauss, 1996, p. 78).

Assim como Sérgio Buarque de Holanda explora, Lévi-Strauss retoma Colombo e o imaginário europeu dos primeiros séculos da colonização, orientados menos em “descobrir um novo mundo do que em verificar o passado do antigo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 78). A justificativa para tal postura deve-se, defende Lévi-Strauss, à inaptidão no plano da observação frente ao espetáculo que a humanidade conheceu, a qual, segundo ele, “nunca mais conhecerá outro igual” (Lévi-Strauss, 1996, p. 78). A atmosfera da Calmaria não significaria, então, apenas o sinal da linha equatorial, mas antes o resumo do clima “em que dois mundos se defrontam” (Lévi-Strauss, 1996, p. 78).

Um continente apenas aflorado pelo homem oferecia-se a homens cuja avidez já não os deixava se contentar com o seu. Tudo seria questionado de novo por esse segundo pecado: Deus, a moral, as leis. Tudo seria, de forma tão simultânea quanto contraditória, verificado de fato, revogado de direito. Verificados, o Éden da Bíblia, a Idade de Ouro dos antigos, a Fronte da Juventude, a Atlântica, as Hespérides, as Pastorais e as Ilhas Afortunadas. (Lévi-Strauss, 1996, p. 79).

---

<sup>16</sup> HENNIG, Richard. *Terrae Incognitae* (1950).

Brevemente, Lévi-Strauss avalia o caráter do “desconhecido” que marcou o século XVI, recordando certos incidentes orientados a determinar a natureza dos indígenas, como a delegação dos monges da Ordem de São Jerônimo, em 1517, que submeteu os colonos a um questionário em vias de definir se os indígenas eram ou não “capazes de viver por conta própria, como os camponeses de Castela” (Lévi-Strauss, 1996, p. 80). De maneira unânime, as respostas foram negativas. Em meio ao mistério, as especulações. Pierre d’Ailly (1351-1420), que em *Imagem do mundo* “refere-se a uma humanidade recém-descoberta e sumamente feliz” (Lévi-Strauss, 1996, p. 80). Pierre Martyr e a descrição de animais inclassificáveis: “serpentes parecidas com crocodilos; animais tendo um corpo de boi dotado de probóscide como um elefante, peixes de quatro membros e cabeça de boi, com o dorso ornado de mil verrugas e carapaça de tartaruga; *tiburóns* devorando gente”<sup>17</sup>. Diante dessas descrições grandiosas, a conclusão: “são apenas, no final das contas, jiboias, antas, peixes-bois ou hipopótamos e tubarões” (Lévi-Strauss, 1996, p. 80).

De volta ao convés, entre as ondas que o navio enfrenta, Lévi-Strauss questiona se não foi ali que Colombo alegou ter encontrado sereias (que, na verdade, seriam apenas peixes-bois). Também os clarões que espreitam a América correspondem às primeiras luzes vistas por Colombo, as quais “ele confundiu com o litoral”, pois “provinham de uma espécie marinha de vaga-lumes ocupados em pôr seus ovos entre o crepúsculo e o nascer da lua” (Lévi-Strauss, 1996, p. 82). Toda a travessia também se apresenta como uma travessia interna entre aquele que escreve em 1955 e aquele que viaja nos anos 1930, já que, diante da metamorfose da paisagem, “com a ingenuidade do novato, eu observava apaixonado, no convés deserto, esses cataclismos sobrenaturais, cujo nascimento, evolução e fim o nascer e o pôr do sol representavam, diariamente por alguns instantes, nos quatro cantos do horizonte mais vasto que eu jamais contemplara” (Lévi-Strauss, 1996, p. 66).

É entre o intervalo do nascer e pôr do sol que o Novo Mundo passa a se apresentar, mas não à vista. Antes, “impõe-se (...) como um perfume” (Lévi-Strauss, 1996, p. 82).

---

<sup>17</sup> Avaliando as ressonâncias dessas imagens dissemelhantes, Certeau diz que elas representam “ou um desvio com relação ao que se vê ‘de cá’, ou principalmente a combinação de formas Ocidentais que teriam sido cortadas e cujos fragmentos estariam associados de maneira insólita. (...) Os seres selvagens repetem neles a cisão que partilha o universo. Seu quadro segue uma ordem cosmológica tradicional, e serve de arcabouço ao exposto, mas é um quadro semeado de inumeráveis espelhos quebrados onde se reflete a mesma fratura (metade isto, metade aquilo)” (Certeau, p. 1982, p. 220).

De início, parece que os cheiros marinhos das semanas precedentes já não circulam livremente; batem num muro invisível; assim imobilizados, já não solicitam uma atenção agora disponível para odores de outra natureza, e que nenhuma experiência anterior permite qualificar; brisa de floresta alternando com perfumes de estufa, quintessência do reino vegetal cujo frescor específico estivesse tão concentrado que se traduziria em uma **embriaguez olfativa** (...). Só compreenderão os que meteram o nariz no miolo de uma pimenta exótica recém-debulhada, depois de terem cheirado, em algum ‘botequim’ do ‘sertão’ brasileiro, a trança melosa e preta do ‘fumo de rolo’ (...); e que na união desses odores primos irmãos reencontram essa América que foi, por milênios, a única a possuir-lhes o segredo (Lévi-Strauss, 1996, p. 83 - grifo nosso).

A saudação ao Novo Mundo é proferida ao considerar que “o convés de um barco a caminho das Américas” é “melhor do que Atenas”, pois “oferece ao homem moderno uma acrópole para a sua prece”. Em meio a “impressão de enormidade”, que “é bem típica da América”, “é ainda Colombo que volta à memória” (Lévi-Strauss, 1996, p. 82-83):

As árvores eram tão altas que pareciam tocar o céu; e, se bem entendi, nunca perdem suas folhas; pois as vi tão verdes e frescas em novembro quanto o são no mês de maio na Espanha; algumas inclusive estavam em flor, e outras carregavam frutas... Em qualquer direção que eu me virasse, o rouxinol cantava, acompanhado de milhares de pássaros de espécies diferentes”. Eis a América, o continente impõe-se. É feito de todas as presenças que animam no crepúsculo o horizonte nublado da baía; mas, para o recém-chegado, esses movimentos não significam florestas, prados, vales a paisagens; não traduzir as iniciativas e os trabalhos de indivíduos que ignoram uns aos outros, cada um fechado no horizonte estreito de sua família e de sua profissão. Tudo isso vive uma existência única e global. **O que me cerca por todos os lados e me esmaga não é a diversidade inesgotável das coisas e dos seres, mas uma só e formidável entidade: o Novo Mundo.** (Lévi-Strauss, 1996, p. 85 - grifo nosso).

A impressão de enormidade também é definidora do sertão. Dominado pela geografia, o espaço pintado por Euclides da Cunha é caracterizado pela imobilidade. Se a Calmaria, berço da imaginação fértil dos viajantes de além-mar, é a zona de passagem para o Novo Mundo, as veredas pelo entorno do sertão de Canudos indicam, segundo Euclides da Cunha, “que esse lugar foi sempre evitado”, “De sorte que aquelas duas linhas de penetração, que vão interferir o São Francisco em pontos afastados – Juazeiro e Santo Antônio da Glória – formavam, desde aqueles tempos, as lindes de um deserto” (Cunha, 2013 [1902], p. 16). A passagem feita em *Tristes trópicos* preserva, como diz Lévi-Strauss, certas imagens: “primeiro, aquela alegria particular do inverno do Sul da França; sob um céu azul-claríssimo”, “em contraste [aos] bafios pesados [que] circulavam pelos corredores do navio imóvel e superaquecido, mistura de odores

marinhos, de emanções vindas das cozinhas e de recente pintura a óleo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 65). Em *Os sertões* o corte é feito pela acentuação do desafio que a geografia passa a imperar:

O terreno, areento e chão, permite travessia desafogada e rápida. Aos lados do caminho ondulam tabuleiros rasos. A pedra, aflorando em lajedos horizontais, mal movimenta o solo, esgarçando a tênue capa das areias que o revestem.

Veem-se, porém, depois, lugares que se vão tornando crescentemente áridos. Varada a estreita faixa de cerrados, que perlongam aquele último rio, está-se em pleno agreste, no dizer expressivo dos matutos: arbúsculos quase sem pega sobre a terra escassa, enredados de esgalhos de onde irrompem, solitários, cereus rígidos e salientes, dando ao conjunto a aparência de uma margem de desertos (Cunha, 2013 [1902], p. 17).

A vastidão do objeto incerto que emerge nos confins do território brasileiro tem como revés ao observador a difícil tarefa de “calibragem” do olhar. A observação requer, então, uma justa medida do olhar diante desse objeto indócil, pois se engana o viajante que se depara com “paragens menos estéreis”. Rapidamente, ao serem transpostos, o viajante volta a encarar os “areais exsicados” que “patenteiam-se-lhe, uniformes, os mesmos quadros, num horizonte invariável que se afasta à medida que ele avança” (Cunha, 2013 [1902], p. 18). A isso se acrescentam os vestígios de moradas desertas “que a seca espavoriu”, revelando o “traço melancólico das paisagens...” (Cunha, 2013 [1902], p. 18). A chegada ao “sertão adusto” (Cunha, 2013 [1902], p. 19) atinge a máxima surpresa, porque ali tudo é demais:

As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos.

(...) cenários em que ressalta, predominante, o aspecto atormentado das paisagens. (...) Porque o que estas denunciam (...) é de algum modo o martírio da terra

(...) As forças que trabalham a terra atacam-na na contextura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se, com intercadência invariável, nas duas estações únicas da região.

Dissociam-na nos verões queimosos; degradam-na nos invernos torrenciais. (Cunha, 2013 [1902], p. 19).

As tentativas cartográficas de Euclides da Cunha, permeadas pela narrativa literária, são vistas por Murari (2007) como esboços a fim de elaborar “a legenda de um mapa imaginário do sertão” (Murari, 2007, p. 47). Isso porque, segundo a autora, *Os sertões* é construído por um princípio cartográfico: num primeiro nível há a produção de conhecimento sobre algo “desconhecido, ignorado, ou mal-conhecido”; o segundo aspecto é a “criação de um modelo para sua representação”; e o terceiro é “o

estabelecimento de uma relação entre ciência e ação, a partir do esboço de formas de intervenção no território” (Murari, 2007, p. 47).

Defrontar-se com o sertão tem como equivalente defrontar-se com um dos principais temas do livro: a escassez de observações, que tem sua raiz na “proverbial indiferença com que nos volvemos às coisas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos.” (Cunha, 2013 [1902], p. 29). Mesmo viajantes, como von Martius (1794-1868), que por ali passou para estudar o aerólito que tombara à margem do Bendegó, errara batizando a região como *desertus austral*, pois “ mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante” (Cunha, 2013 [1902], p. 29). E aqueles que o “antecederam e sucederam, palmilharam, ferretoados da canícula, as mesmas trilhas rápidas, de quem foge” (Cunha, 2013 [1902], p. 29).

Por outro lado, não é em terra ignota que Lévi-Strauss atraca. Nem sozinho. Se Euclides da Cunha está desprovido de fontes que dissertam sobre aquele ambiente indócil, o antropólogo traz em seu bolso o “breviário do etnólogo”<sup>18</sup> ao percorrer as ruas da cidade do Rio de Janeiro. Assim como feito com Colombo na travessia da Calmaria, as primeiras impressões de grandes cidades brasileiras são feitas em companhia de outros viajantes, de Jean de Léry ao General Rondon, em uma correspondência espacial que retorna ao presente do narrador, corroborando com a defesa de Peixoto (1991) de que *Tristes trópicos* coaduna as vistas dos trópicos por outros viajantes.

Andar pela avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, “onde outrora erguiam-se as aldeias tupinambá” o remonta há “quase exatos 378 anos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 86), na breve existência do Forte Coligny, fundado por Villegaignon, no ano de 1555, e a vinda de Jean de Léry<sup>19</sup>. Passar pelo litoral entre o Rio e Santos “ainda propõe trópicos de sonhos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 95). Bougainville que vem às páginas<sup>20</sup>. Passando

---

<sup>18</sup> O capítulo IX, “Guanabara”, de *Tristes trópicos*, reserva maior espaço para o paralelo entre a estada de Léry durante o século XVI e a passagem de Lévi-Strauss pelo Rio na década de 1930, mas em grande parte do livro é possível perceber um diálogo entre os autores. Para um estudo comparativo entre Jean de Léry e Lévi-Strauss, ver: LESTRINGANT, F. Lestringant, F. (2000). De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: por uma arqueologia de Tristes trópicos. **Revista De Antropologia**, 43(2), 81-103. Disponível em: <<https://bit.ly/39ByiY5>>.

<sup>19</sup> Conhecido viajante pela sua obra **Histoire d’un voyage fait au terre du Brésil** (1578), Jean de Léry, nascido na Borgonha (1534-1613), era protestante, integrante de uma missão de reforço à vila de Villegaignon na baía de Guanabara, em 1557. Durante esse período, Léry conviveu com os indígenas tupinambás, abandonando o Forte em 1558. O regresso à França foi marcado pelas tensões entre católicos e protestantes, o que o fez voltar a Genebra. Nesse período, dedica-se à escrita de suas lembranças da viagem ao Brasil, mas o manuscrito acaba sendo perdido devido à intensificação da guerra religiosa, sendo encontrado e publicado vinte anos depois (1578). PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. **Revista USP**, São Paulo (30): 84-93, junho/agosto 1996. Disponível em: <[bit.ly/3YCn2hN](https://bit.ly/3YCn2hN)>.

<sup>20</sup> Louis-Antoine de Bougainville (1729-1811). Os trechos usados em *Tristes trópicos* foram retirados do livro *Voyage autour du monde* (1771).

pelas ruínas que, no século XVIII, eram portos de escoamento do ouro, dos diamantes, topázios e os crisólitos extraídos de Minas Gerais, a leitura de Bougainville demonstrou a Lévi-Strauss “as precauções que cercavam a mineração e o transporte” (Lévi-Strauss, 1996, p. 95). Entre o ouro, açúcar e café, símbolos da exploração e transformação do solo brasileiro, Lévi-Strauss dedica a Santos - que era um dos centros do comércio internacional - uma imagem quase idílica, que se justifica pelo contraste com as florestas europeias.

Enquanto o navio penetra devagar entre as ilhas, sinto aqui o primeiro cheiro dos trópicos. Um canal verdejante nos envolve.

(...) O interior de Santos, planície inundada, crivada de lagoas e pântanos, entrecortada por rios, estreitos e canais cujos contornos são eternamente esbatidos por uma neblina nacarada, parece a própria Terra emergindo no princípio da criação. Os bananais que a cobrem são do verde mais viçoso e mais suave que se possa imaginar; mais intenso do que o ouro verde dos campos e juta no delta do Bramaputra a que minha lembrança gosta de associá-los: mas essa delicadeza mesma da nuance, sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade serena do outro, contribuem para criar um ambiente primordial (Lévi-Strauss, 1996, p. 97).

(...) Essa floresta difere da nossa pelo contraste entre a folhagem e os troncos. Aquela é mais escura, seus matizes de verde lembram mais o mineral do que o vegetal e, no primeiro reino, mais ainda o jade e a turmalina do que a esmeralda e a olivina. Os troncos, ao contrário, brancos ou cinzentos, perfilam-se como ossadas sobre o fundo escuro da folhagem. Perto demais daquela muralha para observar o conjunto, eu examinava sobretudo os pormenores. Plantas mais copiosas que as da Europa erguem caules e folhas que parecem recortados no metal, tão firme é seu porte e de tal maneira sua forma plena de significado parece protegida das provas do tempo. Vista de fora, essa natureza é de uma ordem diferente da nossa; manifesta um grau superior de presença e de permanência (Lévi-Strauss, 1996, p. 98).

A muralha da qual fala Lévi-Strauss pode ser comparada ao topo da Favela, na qual Euclides da Cunha, ao subir e volver seu olhar no intuito de “abranger de um lance o conjunto da terra” conclui que encara a “ antítese do que vira” (Cunha, 2013 [1902], p. 27). Como já dito, as vozes narrativas em *Os sertões* intercalam a objetividade e a subjetividade, da forma impessoal, a pseudo pessoal e a pessoal (Bernucci, 1995). Ainda que a visão de conjunto marque a maior parte da primeira seção do livro, o diagnóstico da inadequação do olhar ao sertão é declarada por Euclides da Cunha ao afirmar que o que se faz a partir de então são “vagas conjeturas”, pois “tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra.” (Cunha, 2013 [1902], p. 30).

À peculiaridade de sua situação soma-se o traço constituinte do sertão: sua apreensão não é fácil. O revés para aquele que o tenta definir se expressa em uma força de repulsão, pois “a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças” (Cunha, 2013 [1902], p. 41).

O espetáculo dos extremos que define a paisagem é atribuído ao clima que ali impera, em transições de temperatura fortíssimas, condensando em um único dia a sensação “inatural de dias queimados e noites enregeladas.” (Cunha, 2013 [1902], p. 30).

A terra desnuda tendo contrapostas, em permanente conflito, as capacidades emissiva e absorvente dos materiais que a formam, do mesmo passo do mesmo passo armazena os ardores das soalheiras e deles se esgota, de improviso. Isola-se e enregela-se, em 24 horas. Fere-a o sol e ela absorve-lhe os raios, e multiplica-os e reflete-os, e refrata-os, num reverberar ofuscante: pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas; a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente visível, no expandir das colunas aquecidas, a efervescência dos ares; e o dia, incomparável no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida. Desce a noite, sem crepúsculo, de chofre – um salto da treva por cima de uma franja vermelha do poente – e todo este calor se perde no espaço numa irradiação intensíssima, caindo a temperatura de súbito, numa queda única, assombrosa... (Cunha, 2013 [1902], p. 31).

A demonstração da secura dos ares não é observada “através do rigorismo de processos clássicos, mas graças a higrômetros inesperados e bizarros” (Cunha, 2013 [1902], p. 32). Trata-se do episódio em que Euclides da Cunha encontra, percorrendo as cercanias de Canudos, uma “quixabeira alta, sobranceando a vegetação franzina”, que servia de ponto para “um soldado [que] descansava. Descansava... havia três meses” (Cunha, 2013 [1902], p. 32). Ao levantar informações de que o soldado morrera no assalto de 18 de junho, o estado de decomposição do corpo revela-se como um aparelho que demonstra “de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares” (Cunha, 2013 [1902], p. 33), pois “estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranquilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja” (Cunha, 2013 [1902], p. 33). O fenômeno se estende aos animais, como os cavalos, que reservam ares de “espécimes empalhados, de museus”, com o destaque para um que “estacou feito um animal fantástico, apumado sobre a ladeira, num quase curvetear, no último arremesso

da carga paralisada, com todas as aparências de vida, sobretudo quando, ao passarem as rajadas ríspidas do Nordeste, se lhe agitavam as longas crinas ondulantes...” (Cunha, 2013 [1902], p. 33).

Toda essa surda batalha traduz explicações da adaptação da flora da caatinga. Uma vez que “a luta pela vida que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz”, “ali, de todo oposta, é mais obscura, é mais original, é mais comovedora. O sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater.” (Cunha, 2013 [1902], p. 41). E nessa luta, quando “as espécies não se mostram tão bem armadas para a reação vitoriosa, (...) unem-se, intimamente abraçadas, transmudando-se em plantas sociais. Não podendo revidar isoladas, disciplinam-se, congregam-se, arregimentam-se” (Cunha, 2013 [1902], p. 44). Entram em cena os responsáveis pela “flora caprichosa na plenitude do estio”: o *umbuzeiro*, “sócia fiel das rápidas horas felizes e longos dias amargos dos sertanejos” (Cunha, 2013 [1902], p. 49), os *mandacarus*, *xiquexiques*, *quipá*, *catanduva*, *palmatórias-do-inferno* e *cabeças-de-frade*.

Convém apontar a transição da descrição científica à literária a respeito das *cabeças-de-frade*, “melocactos de forma elipsoidal, acanalada, de gomos espinescentes, convergindo-lhes no vértice superior formado por uma flor única, intensamente rubra” (...) encontradas sobre pedra “dando, realmente, no tamanho, na conformação, no modo por que se espalham, a imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica” (Cunha, 2013 [1902], p. 46).

O sertão, então, é alvo de uma “mutação de apoteose”<sup>21</sup> à chegada do período das chuvas. Ao “entardecer de uma tarde qualquer, de março”, em questão de minutos, “o firmamento golpeia-se de relâmpagos precipites, sucessivos, sarjando fundamente a imprimadura negra da tormenta. Reboam ruidosamente as trovoadas fortes. As bâtegas de chuva tombam, grossas, espaçadamente, sobre o chão, adunando-se logo em aguaceiro diluviano...” (Cunha, 2013 [1902], p. 48). Novamente o contraste: “ao tornar da travessia o viajante, pasmo, não vê mais o deserto. Sobre o solo, que as amarílis atapetam, ressurgue triunfalmente a flora tropical” (Cunha, 2013 [1902], p. 48).

---

<sup>21</sup> A leitura de Gínia Maria Gomes a João Roberto Faria (1998) revela que “apoteose” “era o nome que se dava ao último quadro das revistas de ano, um gênero teatral que foi bastante apreciado no Brasil do final do século XIX. A característica principal da apoteose era a sua grandiosidade, o fato de ser um espetáculo para os olhos. Geralmente era um quadro estático, criado pelo cenógrafo para exaltar uma ideia contida na peça, uma personalidade, um acontecimento, etc” (Faria, 1998, p. 26 *apud* Gomes, 2003, p. 142). Consoante às características, “quando Euclides da Cunha escreve ‘mutação de apoteose’ ele está, portanto, exaltando o espetáculo que a natureza nordestina oferece aos seus olhos, como se estivesse num teatro, como se a mutação da terra seca em terra fértil ocorresse por um passe de mágica ou pela engenhosidade de um cenógrafo” (Gomes, 2003, p.142).

E o sertão é um paraíso...  
Ressurge ao mesmo tempo a fauna resistente das caatingas. (...)  
Sucedem-se manhãs sem par. (...)  
Assim se vão os dias (CUNHA, 2013 [1902], p. 54).

Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios. Insulam-se os cômodos escavados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos de blocos disjuntivos – de sorte que as chapadas grandes, intermeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a secura anormal dos ares. Novos tons na paisagem: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes da forma e da cor. (Cunha, 2013 [1902], p. 54).

Mas o sertão se apraz brevemente. “Depois tudo isto se acaba” (Cunha, 2013 [1902], p. 55) e o martírio volve ao seu lugar: “os dias torturantes; a atmosfera asfíxiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombrador da seca” (Cunha, 2013 [1902], p. 55). Esse fenômeno natural é resumido em um “jogo de antíteses” (Cunha, 2013 [1902], p. 55), sobre o qual Martius traduziu como *sylva horrida* ou *sylva aestu aphylla*<sup>22</sup> (a floresta sem folhas no verão - embora a estação chuvosa na caatinga representa o solstício do verão)<sup>23</sup>, “abrindo no seio iluminado da natureza tropical um vácuo de deserto” (Cunha, 2013 [1902], p. 47).

A dimensão apoteótica do nascer e pôr do Sol também está em *Tristes trópicos*. Enquanto espetáculo transformador da paisagem, o fenômeno da passagem do dia para noite oferece “uma espécie de imagem reduzida aos combates, das vitórias e das derrotas que se sucederam durante doze horas de modo palpável, mas também mais lento” (Lévi-Strauss, 1996, p. 67). Inspirado pela narrativa conradiana, Lévi-Strauss apresenta o mar como um espaço sem limites, em que “cinquenta quilômetros de estrada terrestre podem dar a impressão de uma mudança de planeta, mas 5 mil quilômetros de oceano apresentam um semblante imutável, pelo menos para o olho não treinado” (Lévi-Strauss, 1996, p. 68).

---

<sup>22</sup> Sobre este termo, ver: **Silva Aestu Aphylla, Quam Dicunt Caa-Tinga**. Título alternativo: A floresta quente e sem folhas que chamam de "caa-tinga", no deserto ao sul da Província da Bahia. Gravura feita, em 1852, por Carl Friedrich Philipp von Martius. Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<http://bit.ly/3ytcEOP>>.

<sup>23</sup> Apesar de não mencionar em *Os sertões*, vale dizer que “caatinga” é de origem Tupi-Guarani e significa “floresta branca”. “A etimologia Tupi-Guarani consiste das partículas *ca'a*, planta ou floresta; *tí*, branco (derivado de *moroti*, branco); e o sufixo *'ngá* (de *angá*), que lembra, perto de. Assim, “a floresta esbranquiçada” (Prado, 2005, p. 3 *apud* Peralta & Osuna, 1952). PRADO, Darién. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, Inara; TABARELLI, Marcus; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da caatinga**. 2ª ed - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005, 822p.

As metáforas náuticas, de acordo com Walnice Nogueira Galvão (2002), há muito tempo são empregadas para estabelecer correspondências entre diferentes espaços<sup>24</sup>. E Euclides da Cunha integra essa tradição de elaborar algumas metáforas entre o oceano e o sertão: “mares de pedra” (p. 16), impressões “persistentes de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto” (p. 18), à famosa profecia encontrada em Canudos, transcrita em seu livro, “o certão virará Praia e a Praia virará certão” (p. 171). Dentre as analogias, nos ressalta a comparação com a descrição da Calmaria, como em *Tristes trópicos*.

(...) Estas agitações dos ares desaparecem, entretanto, por longos meses, reinando calmarias pesadas – ares imóveis sob a placidez luminosa dos dias causticantes (Cunha, 2013 [1902], p. 32).

(...) nas longas calmarias, fenômenos ópticos bizarros.

Do topo da Favela, se a prumo dardejava o sol e a atmosfera estagnada imobilizava a natureza em torno, atentando-se para os descampados, ao longe, não se distinguia o solo.

O olhar fascinado perturbava-se no desequilíbrio das camadas desigualmente aquecidas, parecendo varar através de um prisma desmedido e intáctil, e não distinguia a base das montanhas, como que suspensas. Então, ao norte da Canabrava, numa enorme expansão dos plainos perturbados, via-se um ondular estonteador; estranho palpitar de vagas longínquas; a **ilusão maravilhosa de um seio de mar**, largo, irisado, sobre que caísse, e refrangesse, e ressaltasse a luz esparsa em cintilações ofuscantes... (Cunha, 2013 [1902], p. 34 - grifos nossos).

(...) por qualquer vereda, sucedem-se acidentes pouco elevados mas abruptos, pelos quais tornejam os caminhos, quando não se justapõem por muitas léguas aos leitos vazios dos ribeirões esgotados. E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens... (Cunha, 2013 [1902], p. 22).

Ainda que as expedições feitas por Lévi-Strauss sejam apresentadas num tom irônico como as “verdadeiras aventuras” (Lévi-Strauss, 1996, p. 171), as viagens pelo pantanal, pelo cerrado e pela floresta amazônica são costuradas pelas linhas do desconhecido, do segredo, das maravilhas e das ameaças. Sobrevoar o pantanal é deparar-se com uma região de “rios serpenteando por entre as terras planas”, que criam “o espetáculo de arcos e meandros onde estagnam as águas” (Lévi-Strauss, 1996, p. 173). Em terra, “o Pantanal torna-se uma paisagem de sonho” (Lévi-Strauss, 1996, p. 173). Ao tomar o

---

<sup>24</sup> Em diálogo com Ernst Curtius e sua obra, *Literatura europea y Edad Media Latina* (1948), o mar constantemente é equiparado ao deserto. “Enquanto espaços heterogêneos, decomposto o deserto em seus elementos constitutivos, a areia é equiparada à água e suas ondulações à arrebatção. (...) O deserto é um oceano fulvo ou então um mar encapelado”. GALVÃO, Walnice Nogueira. Anseios de amplidão. In: **Cadernos de literatura Brasileira**: edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, números 13 e 14 - Dezembro de 2002. (p. 196).

trem em Cuiabá, descreve a paisagem do cerrado, a qual “devido ao espaçamento natural entre as árvores - dá ainda a ilusão de uma paisagem arrumada, embora já se esteja no mato - (...)” sendo possível duvidar “por muito tempo (...) de sua natureza e de sua realidade” (Lévi-Strauss, 1996, p. 221). O sertão, “onde estão as terras malditas do Brasil pintadas por Euclides da Cunha em *Os sertões*” (Lévi-Strauss, 1996, p. 277) e a floresta encarnam dois pólos da imensidão da paisagem brasileira, espécies de territórios inexplorados, que, como afirma Debaene (2014), possuem declarada inspiração conradiana e que levam, senão ao “coração das trevas”, pelo menos aos “limites extremos do selvagem” (Debaene, 2014, p. 145).

**É um outro mundo que se revela.** O capim agreste, de um verde leitoso, mal disfarça a areia, branca, rosa ou ocre, produzida pela decomposição superficial da base de grés. A vegetação reduz-se a árvores espaçadas, de formas nodosas, protegidas contra a seca, que castiga durante sete meses do ano, por uma casca grossa, folhas envernizadas e espinhos. Todavia, basta que a chuva caia por alguns dias para que essa savana desértica se transforme em jardim: o mato verdeja, as árvores cobrem-se de flores brancas e cor de malva. Mas sempre domina a **impressão de imensidade**. O solo é tão compacto, os declives tão suaves, que o horizonte estende-se sem obstáculo por dezenas de quilômetros: passa-se a metade de um dia a percorrer uma paisagem contemplada desde a manhã, que repete exatamente a que atravessamos na véspera, de sorte que a percepção e lembrança confundem-se numa obsessão de **imobilidade**. (Lévi-Strauss, 1996, p. 222 - grifos nossos).

Tão densa quanto nossas cidades, [a floresta] era povoada por outros seres formando uma sociedade que, seguramente, nos mantivera à margem mais do que os desertos por onde avançávamos alucinados. (...) Um mundo de plantas, de flores, de cogumelos e de insetos ali prossegue livremente uma vida própria na qual depende de nossa paciência e de nossa humildade sermos admitidos. Algumas dezenas de metros de floresta bastam para abolir o mundo exterior, **um universo cede lugar a outro**, menos condescendente com a vista, mas onde a audição e o olfato esses sentidos mais próximos da alma, não têm do que se queixar. Bens que julgávamos desaparecidos renascem: o silêncio, o frescor e a paz (Lévi-Strauss, 1996, p. 363 - grifos nossos).

Viagens longas a terras distantes, espaços majestosos e desafiadores, paisagem que não é passiva durante a travessia. A maneira como Euclides da Cunha e Lévi-Strauss nos guia ao anfiteatro do interior do Brasil constrói imagens produtoras de “estranhamento”. Podemos bifurcar essa instância em duas interpretações: a primeira, enquanto valor estético. Viktor Chklovski (1893-1984) no texto, *A arte como procedimento* (1917), estabelece a diferença entre *linguagem cotidiana/prosaica* e *linguagem poética*. A linguagem prosaica estaria ligada a um processo de automatização, enquanto a linguagem poética reforçaria a impressão da imagem

construída. Dessa forma, “o caráter estético de um objeto, o direito de relacioná-lo com a poesia, é o resultado de nossa maneira de perceber; (...) os objetos criados através de procedimentos particulares, cujo objetivo é assegurar para estes objetos uma percepção estética” (Chklovski, 2019 [1917], p. 157).

As leis de nosso discurso prosaico com frases inacabadas e palavras pronunciadas pela metade se explicam pelo processo de automatização. É um processo onde a expressão ideal é a álgebra, ou onde os objetos são substituídos pelos símbolos.

Esta qualidade do pensamento sugeriu não somente o caminho da álgebra, mas também a escolha dos símbolos, isto é, das letras, e em particular das iniciais (Chklovski, 2019 [1917], p. 160).

A arte teria como objetivo, então, “dar a sensação do objeto como visão e não como reconhecimento; o procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos e o procedimento (...) consiste em obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção” (Chklovski, 2019 [1917], p. 161). Cunhando o conceito de *ostraniene* (traduzido como “singularização”, “estranhamento”)<sup>25</sup>, o autor afirma que esse seria o efeito produzido pela arte que nos distancia ao modo comum como apreendemos o mundo. Nesse sentido, conforme explica Benjamin Sher (1990), a linguagem poética estaria vinculada a um processo de “desautomatização”. Ao discordar da tradução “desfamiliarização”, o tradutor argumenta que o “procedimento” defendido por Chklovski não é o de partir do “familiar” para o “desconhecido”. Pelo contrário, “procede do conhecido cognitivamente (a linguagem da ciência) (...), para o familiarmente conhecido, isto é, ao conhecimento real que expande e ‘complica’ nosso processo perceptivo no rico uso de metáforas, símiles e outras figuras de linguagem” (Sher, 1990, xix - tradução nossa).

Como já demonstrado, os espaços que *Os sertões* e *Tristes trópicos* nos guiam estão marcados por referentes externos que são verificáveis, como a localização geográfica em mapa (não se trata de um mundo fictício) e pela sinalização dos itinerários, delimitando as rotas das viagens. Contudo, os livros transgridem à medida em que o corte geográfico se traduz em paisagens-imagens que têm o “estranhamento” como

---

<sup>25</sup> De acordo com Benjamin Sher, o termo é de difícil tradução, sobretudo porque a palavra original *ostraniene* não existe no russo, “quer como substantivo, *ostraniene*, quer como verbo, *ostranit*”; a palavra russa para “estranhar” é *otstranit*” (Sher, 1990, xviii - tradução nossa). Decorre daí traduções que geralmente transitam entre “singularização”, “estranhamento” e “desfamiliarização”. A edição em português utilizada foi traduzida por Roberto Leal Ferreira, usando a noção de “singularização”. Mas cotejando com o **E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia**, optamos pelo uso de “estranhamento”. Disponível em: <[bit.ly/3yD8S5e](http://bit.ly/3yD8S5e)>.

marca do objeto estético que os autores apresentam, seja por meio de metáforas, das analogias, das comparações, do clímax, das antíteses, da ironia ou da prosopopeia<sup>26</sup>.

Outro entendimento do “estranhamento” em *Os sertões* e *Tristes trópicos* pode ser sustentado com a leitura de Michel de Certeau à obra de Jean de Léry. No texto, *A oralidade ou o espaço do outro: Léry* (1982), Certeau sistematiza a obra do viajante genebrino tratando do “corte” geográfico como ponto inicial para o estabelecimento da etnologia, pois “a ‘barra’ do-lado-de-cá/do-lado-de-lá serve para distinguir entre si o sujeito e o objeto ‘etnológicos’” (Certeau, 1982, p. 225).

Desse modo, “a diferença é, ao mesmo tempo, o princípio gerador e o objeto em que acreditar” (Certeau, 1982, p. 219). Sússekind avalia, em conjunto com Certeau, que “o exagero, a estranheza não estariam, pois, na narrativa, mas nas terras descritas. Nesse *outro* mundo que conhece. A narrativa apenas exibiria essa diferença” (Sússekind, 1990, p. 173 - grifo da autora). Nesses termos, Certeau defende que o “de-lá” não coincide integralmente com a alteridade, pois “uma parte do mundo que aparecia inteiramente

---

<sup>26</sup> Como apresentado por Gínia Maria Gomes (2003), Augusto de Campos, no ensaio *Transertões*, presente no livro **Os sertões dos campos**: duas vezes Euclides da Cunha (1997), demonstra que há “no interior da descrição científica, um ritmo especial, o qual permite converter o trecho em uma forma versificada” (Gomes, 2003, p. 148). Roberto Ventura escreve que “Augusto de Campos mostra como o escritor inseria, em sua prosa, recortes métricos, com versos de 10 ou 12 sílabas, para construir episódios de grande dramaticidade, com efeitos eloquentes próprios à poesia declamada” (Ventura, 1997) Disponível em: <bit.ly/3FjMk5>. Para ler a versão versificada, ver: GOMES, Gínia Maria. O viajante de Os sertões. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 34, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.29981. Disponível em: <bit.ly/406EufB>. pp. 148-149.

Sobre as paisagens em *Tristes trópicos*, Debaene destaca a constante relação de correspondência que Lévi-Strauss faz entre os espaços: Porto Esperança como uma ‘Veneza invertida’ na costa de Long Island; as anedotas do sertão que lembram o modo de raciocínio do Ahmadi de Lahore; correspondências que “envolvem divertidamente variações e movimentos de vaivém, **explorando semelhanças e diferenças entre ‘o vazio e os trópicos superpovoados’**” (Debaene, 2014, p. 211 - tradução nossa - grifos nossos).

“These three chapters playfully engage variations and backand-forth movements, **exploring similarities and differences between “the empty and the overpopulated tropics”**”.

Clifford Geertz defende que o livro “é um registro do encontro entre uma mentalidade simbolista (a francesa) e outras mentalidades igualmente simbolistas (bororo, caduveo, nambikwara)” (Geertz, 1989 p. 53 - tradução nossa).

“El libro es un registro del encuentro entre una mentalidad simbolista (la francesa) y otras mentalidades igualmente simbolistas (bororo, caduveo, nambikwara), en el intento por penetrar totalmente su coherencia interna con el fin de hallar en ellas una réplica de lo que constituye «la más fundamental forma» de pensar”.

Vale destacar a empreitada poética que “o ambiente de aquário que reinava na floresta gerava” (Lévi-Strauss, 1996, p. 365):

Dans la forêt céphalopode/ gros coquillage chevelu/ de vase, sur des rochers roses qu’érode/ le ventre des poissons-lune d’Honolulu; On a nettoyé l’herbe paillason/les pavés luisent savonnés/ sur l’avenue les arbres sont/ de grands balais abandonnés; Amazone, chère amazone/ vous qui n’avez pas de sein droit/ vous nous en racontez des bonnes/ mais vos chemins sont trop étroits; Tradução: 1ª quadra: “Na floresta cefalópode/ grande concha cabeluda/ de limo, sobre rochedos cor-de-rosa eruditos pelo/ ventre dos peixes-luas de Honolulu”. 2ª quadra: “Limparam o capacho de mato/ os paralelepípedos reluzem ensaboados/ na avenida as árvores são/ grandes vassouras abandonadas”. 3ª quadra: “Amazona, querida amazona/ vós que não tendes o seio direito/ vós que nos contais poucas e boas/ mas vossos caminhos são estreitos demais” (Lévi-Strauss, 1996, p. 365, 366 - N.T.).

*outro* é reduzida ao *mesmo* pelo efeito da decalagem<sup>27</sup> que desloca a estranheza para dela fazer uma *exterioridade* atrás da qual é possível reconhecer uma *interioridade*, a única definição do homem” (Certeau, 1982, p. 221 - grifos do autor). Essa operação, segundo Certeau, será repetida em outros trabalhos de etnologia. No caso de Léry, o historiador afirma que tal operação se manifesta na apresentação da exterioridade enquanto natureza (*outro*), e da interioridade enquanto homem (*mesmo*). Essa distinção, diz Certeau, torna a etnologia “uma forma de exegese”, “em que o Ocidente moderno irá articular sua identidade numa relação com o passado ou o futuro, com o estranho ou a natureza” (Certeau, 1982, p. 223).

Nos casos de *Os sertões* e *Tristes trópicos*, em acordo com Certeau, “o maravilhoso, marca visível da alteridade, não serve para propor outras verdades ou um outro discurso, mas pelo contrário, serve para fundar uma linguagem sobre a capacidade operatória de dirigir a exterioridade para o *mesmo*” (Certeau, 1982, p. 227). No entanto, nos livros não se trata somente de “apresentar” ou “traduzir” um novo mundo àquele que lê, mas também de denunciar, refletir, questionar e argumentar. O “estranhamento” passa a ser também com a própria civilização.

A viagem de Euclides da Cunha parte dos interesses de Júlio Mesquita em lançá-lo como correspondente do *O Estado de S. Paulo*; isto é, uma viagem projetada com fins jornalísticos. Somente cinco anos após o fim do conflito em Canudos que *Os sertões* aparecerá nas prateleiras. Essa distância temporal entre viagem e escrita é basilar para as conclusões a respeito do que aquela campanha significou.

Já para Lévi-Strauss, as viagens, no contexto de consolidação do campo da etnografia na França, aparecem como uma saída, uma “outra via” (Peixoto, 1990). Nos termos comparativos, a distância temporal entre viagem e escrita em *Tristes trópicos* também é basilar para as reflexões a respeito do ofício do viajante e do campo da antropologia, pois a escrita do livro é permeada por provocações a respeito de seu “objeto” - a “alteridade”. Como Debaene (2014) argumenta, “a alteridade não constitui objeto de conhecimento (e certamente não de conhecimento antropológico), pois é o produto bem como o sinal da pertença do observador à sua própria sociedade” (Debaene, 2014, p. 146 - tradução nossa)<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Originada no francês, *décalage*: diferença. **Dicionário Larousse francês/português, português/francês**: mini/ [coord. editorial José A. Gávezi]. 2ª ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008. p. 94

<sup>28</sup> “Alterity does not constitute an object of knowledge (and certainly not anthropological knowledge) since it is the product as well as the sign of the observer’s belonging to his own society”.

Enquanto Euclides da Cunha escreve o livro que se detém naquilo que foi “no significado integral da palavra, um crime” (Cunha, 2013 [1902] , p. 4), Lévi-Strauss faz um balanço da civilização ocidental e do que nos resta conhecer com as viagens.

## 2.2 O que se aprende com as viagens?

### 2.2.1 A apoteose de Augusto nos trópicos

Além das travessias pelo espaço, *Tristes trópicos* faz uma travessia pelo tempo: revista memórias, relata incidentes, através de “exercícios de distanciamento” (Peixoto, 1992, p. 168), que orientam as viagens “para dentro: onde imaginamos encontrar os trópicos, o nativo, topamos com o viajante ‘em carne e osso’” (Peixoto, 1992, p. 168). No entanto, a frase inaugural ao livro que, contraditoriamente, tem as viagens como tema principal, surpreende aos que folheiam suas páginas: “Odeio as viagens e os exploradores!” (Lévi-Strauss, 1996, 15).

Desistir da ideia de viagem significa, segundo Debaene (2014), abandonar o gênero relato de viagem. Desse modo, o descrédito ao exotismo e a crença de que tudo foi dito, pois “20 mil anos de história se passaram” (Lévi-Strauss, 1996, p. 38), permeiam a desmistificação da viagem heróica, tendo como consequência a desmistificação do registro narrativo que a acompanha. Ao mesmo tempo, então, que *Tristes trópicos* é um livro de viagens, é também sua negação (Peixoto, 1992, p. 182). Contudo, apesar da negação, Geertz defende que uma imagem que não sai do livro é a de um “viajante endurecido, encurralado pelas dificuldades, mas terrivelmente interessado” (Geertz, 1989, p. 45 - tradução nossa)<sup>29</sup>.

Isso se afirma quando lemos as descrições das paisagens, os primeiros encontros com as sociedades indígenas, os “rituais” iniciáticos do etnólogo em campo, como o batismo através dos ‘corós’, bicho que julga parecido com o bicho-da-seda, com a “delicadeza da manteiga, e o sabor do leite de coco” (Lévi-Strauss, 1996, p. 170), as “etnografias de domingo”, reservadas aos estrangeiros que viviam nos arredores de São Paulo e a comparação da cidade ao poema e à sinfonia, que vale a citação:

Não é de modo metafórico que é correto comparar - como se fez com tanta frequência - uma cidade a uma sinfonia ou a um poema; são objetos da

---

<sup>29</sup> “En cualquier caso, y cualesquiera que puedan ser los modelos, la imagen del viajero endurecido, cercado por las penalidades pero terriblemente interesado, nunca abandona el libro”.

mesma natureza. Talvez ainda mais preciosa, a cidade se situa na confluência do natural e do artificial. Congregação de animais que contêm dentro de seus limites sua história biológica e que ao mesmo tempo a modelam de todas as suas intenções de seres pensantes, por sua gênese e sua forma a cidade pertence simultaneamente à procriação biológica, à evolução orgânica e à criação estética. Ela é ao mesmo tempo objeto da natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada: a coisa humana por excelência (Lévi-Strauss, 1996, p. 129-130).

O que há de novo na literatura de viagem do século XX, de acordo com Debaene, é o reconhecimento da “ligação problemática (...) entre a experiência vivida e o conhecimento”, sobre a qual “o processo de escrita (...) desempenha um papel decisivo” (Debaene, 2014, p. 147 - tradução nossa)<sup>30</sup>. Nesse sentido, mesmo enquanto obra etnográfica, Loyer diz que *Tristes trópicos* é “o relato decepcionado de um trabalho de campo malogrado” (Loyer, 2018, p. 385). Embora as duas expedições estejam juntas na narrativa, elas diferem desde a organização, logística, itinerários, à forma como são tratadas.

A primeira expedição, compreendida entre as férias universitárias, isto é, novembro a março de 1935-1936, é apresentada como (Lévi-Strauss, 1996, p. 171), um “período clássico de aprendizado” (Debaene, 2014, p. 205 - tradução nossa)<sup>31</sup>, entre os traços Cadiueu e os ritos Bororo, em uma espécie de “iniciação” à etnografia. Já a segunda expedição, passa a ser organizada “um ano depois da visita aos Bororo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 263), porém, repleta de problemas burocráticos com o governo brasileiro. Preocupado em “compreender a América [mais] do que em aprofundar a natureza humana” (Lévi-Strauss, 1996, p. 265), o antropólogo segue pela linha Rondon ao encontro dos povos que viviam naquela zona. A linha telegráfica foi feita, a partir de 1907 (finalizada em 1915), pelo general (então coronel) Cândido Mariano da Silva Rondon, “ligando pela primeira vez, por Cuiabá, a capital federal aos postos de fronteira do Noroeste” (Lévi-Strauss, p. 265). Porém, a “velha maldição (...): nenhum etnógrafo profissional se embrenhara por ali” (Lévi-Strauss, 1996, p. 265).

Motivado pelos resultados das pesquisas do alemão Kurt Unkel (que adotara o nome indígena de Nimuendaju), Lévi-Strauss pretende adentrar mais uma vez o cerrado do Brasil em busca de provas à afirmação de Unkel, isto é, a afirmação de que os Bororo não eram um fenômeno à parte das aldeias Jê do Brasil central. As especulações se

---

<sup>30</sup> “Thus what had hitherto been only postulated in theoretical discourses now becomes clearer, namely, the problematic connection, which is mediated but not therefore illusory, between lived experience and knowledge. As we will see, the process of writing always plays a decisive role in this transition”.

<sup>31</sup> “The first expedition is recounted as a classic period of learning and apprenticeship”.

orientavam pelo desejo de ver nesses “sobreviventes de uma cultura notavelmente homogênea, caracterizada por um idioma diversificado em dialetos da mesma família, um nível de vida material relativamente baixo, contrastando com uma organização social e um pensamento religioso muito desenvolvidos (...) os primeiros habitantes do Brasil” (Lévi-Strauss, 1996, p. 266).

Contudo, como declara, por ter encarado a história pré-colombiana da América de maneira simplista, Lévi-Strauss não tinha se atentado ao problema fundamental do pesquisador dos povos ameríndios: “como preencher esses imensos períodos?”; “de onde vinham os fundadores? Depois das certezas de antigamente, somos obrigados a confessar que nada sabemos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 269), pois “nada é certo, tudo é possível, portanto. A noite em que tateamos é escura demais para nos atrevermos a afirmar alguma coisa a seu respeito; nem sequer que ela está destinada a durar” (Lévi-Strauss, 1996, p. 274).

Afora os obstáculos de ordem científica, a própria expedição enfrentava outros problemas: “o clima que reinava ao longo de toda a linha (Rondon) manteve-se tenso” (Lévi-Strauss, 1996, p. 279). Lévi-Strauss conta alguns incidentes envolvendo o posto e alguns indígenas, dentre eles integrantes dos Nambiquara, grupo que começou a estabelecer contato com os postos desde 1909, porém, nos anos 1930, encontrava-se em uma situação pouco amistosa. As notícias que chegavam das principais estações eram “deprimidas: aqui, os índios haviam feito uma saída ameaçadora; ali, não os tinham visto nos últimos três meses; (...) em outro lugar, onde eles antigamente trabalhavam, tinham voltado a ser ‘bravos’ etc” (Lévi-Strauss, 1996, p. 279).

A única indicação animadora apresentada foi que “três padres jesuítas tentavam instalar-se em Juruena, no limite da terra nambiquara” (Lévi-Strauss, 1996, p. 279). Em Cuiabá, Lévi-Strauss permanece um mês para organizar a expedição: tempo para conseguir provisões que “finalmente, depois de conversas com especialistas, ex-empregados da linha e tropeiros, fixei o total de uns quinze homens, igual quantidade de burros e uns trinta bois” (Lévi-Strauss, 1996, p. 280).

Chegando ao posto de Juruena, instala-se ao lado dos padres jesuítas que ali estavam, à espera dos primeiros contatos com os Nambiquara, que não se demoram a apresentar ao etnógrafo. Após a estada entre os indígenas nambiquara, segue a expedição. Indo de “Utiariti a Juruena, depois a Juína, Campos Novos e Vilhena” (Lévi-Strauss, 1996, p. 341), o grupo segue “para os últimos postos do planalto: Barão de Melgaço (...) e Três Buritis” (Lévi-Strauss, 1996, p. 341). Após cinco dias seguindo a subida do rio, “uma

piroga estreita atracada à margem assinalou nossa chegada” (Lévi-Strauss, 1996, p. 352). A população encontrada a um quilômetro mais para dentro da mata “compreendia 25 pessoas, mais um meninote de uns doze anos que falava outra língua e que, pelo que entendi, era um prisioneiro de guerra, tratado aliás como as crianças da tribo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 352). Eis a pedra preciosa do etnógrafo: “esses índios, que se autodenominavam Mondé, jamais tinham sido mencionados na literatura etnográfica” (Lévi-Strauss, 1996, p. 353). Mas o que se apresenta como fascínio, logo se esvai: “no entanto, essa aventura iniciada no entusiasmo deixava-me uma impressão de vazio” (Lévi-Strauss, 1996, p. 354).

O que se pretende demonstrar é que *Tristes trópicos*, ainda que seja uma obra etnográfica, é mais orientada ao problema da “armadilha do viajante moderno” (Peixoto, 1992, p. 170), sendo ilustrada pela “peça-catarse” (Loyer, 2018, p. 385), *A apoteose de Augusto*, esboçada em Campos Novos - “uma escala da viagem [que] foi especialmente desalentadora” (Lévi-Strauss, 1996, p. 401). Imerso em uma situação repleta de percalços, com companheiro doentes, pessoas que morriam de “malária, de leishmaniose, de ancilostomíase e, sobretudo, de fome” (Lévi-Strauss, 1996, p. 401), somada a problemas com os indígenas, pois dois grupos inimigos que ali se encontravam, “nutriam a meu respeito sentimentos que não eram dos mais afetuosos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 401), impõe-se a pergunta desafiadora:

Que viemos fazer aqui? Com que esperança? Com que finalidade? O que é exatamente uma pesquisa etnográfica? O exercício normal de uma profissão como as outras, com essa única diferença de que o escritório ou o laboratório estão separados do domicílio por alguns milhares de quilômetros? Ou a consequência de uma escolha mais radical, implicando um questionamento do sistema no qual nascemos e crescemos? (Lévi-Strauss, 1996, p. 402).

Os dias marcados pelas penúrias forneceram material para a escrita de uma peça de teatro, apenas como rascunho “no verso de folhas cobertas de vocabulários, esboços e genealogias. Depois do quê, a inspiração abandonou-me em plena labuta e nunca mais voltou” (Lévi-Strauss, 1996, p. 404). A peça, chamada *A apoteose de Augusto*, tinha intenção de se apresentar “como uma nova versão de *Cina*” (Lévi-Strauss, 1996, p. 404)<sup>32</sup>. A peça teria como personagens principais dois homens, Augusto e Cina. Augusto, imperador, e Cina, explorador, ambos marcados pela sociedade por

---

<sup>32</sup> Trata-se da peça *Cinna ou la Clémence d'Auguste*, do poeta francês Pierre Corneille (1606-1684). Sobre a peça de Corneille em comparação com a releitura de Lévi-Strauss, ver: JÚNIOR, Guilherme Simões Gomes. Lévi-Strauss e Corneille, autores de *Cina*. **Novos estudos**, nº 59, mar-2001. Disponível em: <bit.ly/42cFRLz>.

orientações diversas: enquanto um se pretende fora dela, o outro realiza sua manutenção. Após dez anos fora, Cina retorna e reencontra Augusto e Camila (irmã de seu amigo e mulher que amava). Cina, então, rebate toda a animação que eles expressam perante o ofício do explorador, pois engana-se quem acredita que aquele que regressa volta carregado de maravilhas. Revela-se o cerne da peça: o abandono de Cina à ilusão da viagem como aventura<sup>33</sup>.

Nada daquilo que lhe dão o crédito de ter conhecido é real; a viagem é um equívoco. (Lévi-Strauss, 1996, p. 406).

Por mais que eu ponha no meu discurso todo o vazio, a insignificância de cada um desses acontecimentos, basta que ele se transforme em relato para maravilhar e fazer sonhar. No entanto, não era nada; a terra era semelhante a esta terra e os fiapos de capim, a este prado (Lévi-Strauss, 1996, p. 407).

Roberto Damatta (1993) estabelece que a diferença central entre as narrativas de viagem e a etnografia é a ausência da “experiência da viagem [na etnografia] para que se saliente apenas o ponto de chegada” (Damatta, 1993, p. 38). Ou seja, a exposição do trabalho de campo não teria como premissa o relato dos incidentes, mesmo dos itinerários traçados, como feito comumente em uma narrativa de viagem.

Como já dito, a narrativa de viagem, em contrapartida, põe em evidência os acontecimentos que atingem o narrador, seja de maneira direta ou indireta. E o que uma parte de *Tristes trópicos* põe em primeiro plano, no que diz respeito à “aventura” da viagem, é que ela não existe. Uma espécie de narrativa de viagem às avessas. No Pantanal, “as noites são sofridas”: o sono torna-se impossível, devido ao “calor úmido, os grandes mosquitos dos charcos que assaltam o nosso refúgio” (Lévi-Strauss, 1996, p. 174). Senão é o calor, são as chuvas:

Encontrávamo-nos numa planície que se prolongava talvez até ao Rio Paraguai, tão plana que a água não conseguia escorrer, quando estourou a tempestade mais violenta que jamais afrontei. Nenhum abrigo possível, nenhuma árvore à vista; não havia outra coisa a fazer senão avançar, tão gotejantes e ensopados como as montarias, enquanto os raios caíam à direita e à esquerda como projéteis de um fogo de barragem (Lévi-Strauss, 1996, p. 183).

---

<sup>33</sup> Vale uma pequena comparação com *O coração das trevas* (1902): ao imaginar os sentimentos dos romanos que chegaram em terras que são hoje a Inglaterra, Marlow diz: “Desembarcar num pântano, marchar pelos bosques e, nalgum posto do interior, sentir que a barbárie, a completa barbárie, se fechou ao seu redor. (...) E não existe nenhuma iniciação nesses mistérios. Ele tem de viver no meio do incompreensível, que é também odioso. E existe também o fascínio que começa a se exercer sobre ele. O fascínio do mal - vocês sabem, imaginem o arrependimento crescente, o anseio de fugir, a aversão impotente, a rendição, o ódio”. CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Tradução de Celso M. Paciornik. São Paulo: Abril, 2010 (p. 14).

Além das intempéries de ordem externa que despem o trabalho de campo das idealizações da viagem, há, sobretudo, o “círculo intransponível” do viajante. O paradoxo do viajante moderno reside, portanto, na conclusão de que “no final das contas, sou prisioneiro de uma alternativa: ora viajante antigo, confrontado com um prodigioso espetáculo do qual tudo ou quase lhe escapava - pior ainda, inspirava troça e desprezo -, ora viajante moderno, correndo atrás dos vestígios de uma realidade desaparecida” (Lévi-Strauss, 1996, p. 44). Como Debaene traduz: “ou o objeto se dissolve ao perder sua estranheza e alteridade, ou preserva essas qualidades e resiste à investigação etnográfica” (Debaene, 2014, p. 206 - tradução nossa)<sup>34</sup>. Sua condição de viajante moderno está permeada por uma procura inútil de “reconstituir o exotismo com o auxílio de parcelas e destroços” (Lévi-Strauss, 1996, p. 43). Se o Novo mundo já não é tão novo, o adjetivo que se adequaria melhor para definir a experiência do viajante moderno seria “triste” (Peixoto, 1992, p. 169).

Esse problema é colocado em primeiro plano, especialmente pela alusão a um personagem conhecido da literatura, o *Sexta-Feira*, de *Robinson Crusóe* (1719)<sup>35</sup>. O capítulo 31, que tem como título “Robinson”, é centrado no encontro de Lévi-Strauss aos Mundé, com a consequente constatação de que ali “faltam, porém, as pegadas de um Sexta-Feira” (Lévi-Strauss, 1996, p. 355). Ao mesmo tempo em que julga encontrar a pedra preciosa do etnógrafo, uma sociedade ainda não estudada, é por essa mesma condição que lhe advém seu martírio:

Eu quisera ir até o ponto extremo da selvageria; não devia estar plenamente satisfeito, entre aqueles graciosos indígenas que ninguém vira antes de mim, que talvez ninguém veria depois? Ao término de um exultante percurso, eu tinha os meus selvagens. Infelizmente, eram-no demasiado! Como a existência deles só me fora revelada no último instante, não pude reservar-lhes o tempo indispensável para conhecê-los. (...) Ali estavam eles, prontinhos para me ensinar seus costumes e suas crenças, e eu não conhecia sua língua. Tão próximos de mim quanto uma imagem no espelho, eu podia tocar-lhes, mas não compreendê-los. Recebia ao mesmo tempo minha recompensa e meu castigo (Lévi-Strauss, 1996, p. 354).

---

<sup>34</sup> “Either the object dissolves in losing its strangeness and alterity, or it preserves these qualities and resists ethnographic investigation”.

<sup>35</sup> O famoso romance inglês, de Daniel Defoe, é ambientado na narrativa de Robinson Crusóe, que conta, em uma espécie de diário, seus dias após um naufrágio, ao qual sobrevive em uma ilha nos trópicos. Ao longo dos anos que esteve na ilha (pelo menos duas décadas), Crusóe passa a manejar instrumentos a fim de tornar a terra apta ao plantio; consegue domesticar alguns animais; constrói uma casa com defesa às intempéries climáticas e a possíveis invasões. O personagem, que se imagina sozinho na ilha, se surpreende ao perceber que, do outro lado da ilha, algumas canoas paravam às margens. Em suas descrições de que ali se realizava “práticas canibalistas”, acontece, certo dia, o conflito entre ele e os indígenas. Ao capturar um dos “prisioneiros”, nomeia-o como “Sexta-Feira”, o ensina inglês e passa a viver com ele na ilha, até o momento de retorno à sua terra natal.

Ainda que referenciado apenas no capítulo sobre os Mondé, a ausência do *Sexta-Feira* pode ser observada em diferentes momentos do livro, em especial no tocante à questão da língua. Durante a temporada com os Cadiueu, “estava fora de cogitação aprender a língua (...) ainda que o português de nossos novos anfitriões fosse muito rudimentar” (Lévi-Strauss, 1996, p. 184). Entre os Nambiquara, embora com uma relativa facilidade em estabelecer contato, “indiferentes à presença do etnógrafo, a seu bloco de notas e à sua câmera fotográfica -, o trabalho complica-se por motivos linguísticos: primeiro, o emprego dos nomes próprios é proibido entre eles; para identificar as pessoas, havia que se adotar o costume das pessoas das linhas, isto é, acertar com os indígenas os codinomes pelos quais os chamaríamos<sup>36</sup>. (...) Em segundo lugar, o nambiquara reúne vários dialetos que são todos desconhecidos” (Lévi-Strauss, 1996, p. 295-296). Todas essas conclusões estão ligadas a uma experiência crucial reveladora, ou, como diz Geertz, anti reveladora: “o fim estéril e fracassado da Busca iniciática” (Geertz, 1989, p. 56 - tradução nossa)<sup>37</sup>.

### 2.2.2 Canudos: um lembrete para a história

Ainda que escrito na confluência de três grandes eixos, *A Terra, O Homem e A Luta, Os sertões* parte de uma experiência única: a guerra de Canudos (1896-1897). Euclides da Cunha atravessa o sertão a fim de acompanhar a quarta e última expedição ao arraial de Belo Monte, que tem seu desfecho com a destruição da “Tróia de taipa dos jagunços” (Cunha, 2013 [1902], p. 103), a morte de Antonio Conselheiro e a degola de combatentes sertanejos, que lembra as *cabeças-de-frade*<sup>38</sup>. Porém, essa consideração não cria uma dicotomia entre uma parte descritiva e analítica (I e II parte) e uma parte narrativa (III parte). Como afirma Walnice Nogueira Galvão (1995), o livro é, desde o início, intensamente narrativo. Enquanto em *A Terra*, há o fenômeno da

---

<sup>36</sup> A respeito dessa regra do nome próprio, Lévi-Strauss conta a anedota de que, certo dia, uma criança nambiquara chegou perto do ouvido dele e murmurou uma palavra que não soube identificar. A cena em questão era uma brincadeira de vingança da criança indo falar o nome verdadeiro da outra criança para o etnógrafo. Como diz, “a partir desse momento, foi fácil, embora pouco escrupuloso, excitar as crianças umas contra as outras, e conseguir todos os seus nomes” (Lévi-Strauss, 1996, p. 296).

<sup>37</sup> “*Tristes trópicos* expresada como surgida de una experiencia revelatoria (o, quizá mejor, anti revelatoria) crucial: el estéril y fallido fin de la Búsqueda Iniciática”.

<sup>38</sup> De acordo com Walnice Nogueira Galvão (1995), “os capítulos da luta como que deflagram retroativamente as duas partes iniciais, onde se encontram sistemas de metáforas que prefiguram aquilo que vai ser episódio de crônica de guerra”. Essa associação é geralmente vista e compartilhada por grande parte da crítica de *Os sertões*. Para mais, ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. “Euclides da Cunha”. in: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**, São Paulo, Campinas: Memorial da América Latina, Ed. da Unicamp, 1995, v. 2.

antropomorfização dos elementos naturais, em *O Homem*, “o assunto principal, a miscigenação, é narrado como um processo” (Galvão, 1995, p. 626). *A Luta* se consagra com a associação desses dois elementos, que marcam o tom da crônica da guerra, pois “as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu” (Cunha, 2013 [1902], p. 241). A tensão dramática, então, nunca está ausente. Galvão argumenta que a luta, que cobre a maior parte do livro, também se apresenta no tratamento das duas partes iniciais, pois “as forças naturais estão em permanente conflito; a luta entre os homens é uma instância da luta cósmica, onde o calor e a seca atacam a vegetação, mas esta desenvolve uma estratégia de resistência” (Galvão, 1995, p. 627).

É como “ficção geográfica”<sup>39</sup> que, para Berthold Zilly (2002), Canudos faz parte do território nacional. O meio e os homens – tanto como categoria antropológica, como os personagens – irrompem como “entidades e forças típicas, coletivas, mas também concretas e vivas” (Zilly, 2002, p. 355). O sertanejo é um tipo que Euclides da Cunha pretende delinear os contornos, mas que tem nos nomes de João Abade, Pajeú, José Venâncio, Macambira, Joaquim tranca-pés, Chico Ema, etc., um bom resumo que consagra a frase “o sertanejo é antes de tudo, um forte” (Cunha, 2013 [1902], p. 115).

Todos os elementos, animados e inanimados “passam a ser portadores de sentimentos e ações, sendo a antropomorfização um importante recurso estilístico” (Zilly, 2002, p. 355). O martírio do homem, que ali, “é o reflexo de tortura maior”, pois “nasce do martírio secular da Terra...” (Cunha, 2013 [1902], p. 65), se torna ainda mais candente com a chegada das sucessivas expedições, pois durante aproximadamente um ano “enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala” (Cunha, 2013 [1902], p. 211).

Assim como em *Tristes trópicos*, a escrita em *Os sertões* é parte decisiva para a ligação entre experiência e conhecimento, especialmente por se tratar de um episódio da história brasileira que foi amplamente discutido pela imprensa da época, e que era apresentado como uma ameaça à estabilidade da recém-fundada República, inclusive por Euclides da Cunha. Em suas palavras, “na apreciação dos fatos o tempo substitui o

---

<sup>39</sup> O próprio Euclides da Cunha se vale dessa ideia ao afirmar que: “O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma **ficção geográfica**. A realidade, tangível, enquadrada por todos os sucessos, ressaltando à observação mais simples, era aquela.” (Cunha, 2013 [1902], p. 522 - grifo nosso).

espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla.” (Cunha, 2013 [1902], p. 299).

Ou seja, como defendem os críticos mais especializados de Euclides da Cunha, *Os sertões* foi escrito orientado ao leitor da época; ao leitor que acompanhou as páginas dos jornais e via, naquele arraial, o embrião de um movimento monarquista em vias de se espalhar pelo Brasil. Ao leitor da época, acrescenta-se um leitor especializado com o cabedal de conhecimentos que Euclides da Cunha articula. Contudo, o itinerário esperado é posto ao avesso diante do leitor.

A união entre discurso referencial e discurso literário proporciona ao leitor algo muito diferente de uma reportagem de cunho histórico, ou uma narrativa ficcional que teve como mote um episódio histórico. Em *Os sertões*, como afirma Patrícia Horta (1998), “o leitor não tem (...) consolo, pois sabe que o discurso literário na obra foi aplicado a *factos reais*” (Horta, 1998 p. 93 - grifo da autora). Tal procedimento se vale, segundo a autora, devido ao modo como o narrador se comporta de maneira diferente ao longo do livro. A seara dos modos de narrar é organizada por Horta em quatro tipos: a) o narrador-testemunha; b) o narrador-preceptor; c) o narrador tribuno; d) o narrador tradutor.

O narrador-testemunha, ou também o observador-viajante, como discute Fernando Nicolazzi (2008), é percebido no texto mais como um “eu” interno à narrativa, à medida em que os acontecimentos são descritos como vistos por um personagem secundário, que pode observar de dentro, a fim de atestar o caráter verossímil da narrativa ao leitor. É um dado que Euclides da Cunha esteve nas cercanias de Canudos durante aproximadamente três semanas. No entanto, a narrativa da *Luta* é construída desde as primeiras expedições, contendo detalhes dos assaltos, combates, mortes, descrições dos dias que seguem, em uma espécie de “olho de Zeus” (Nicolazzi, 2008, p. 156)<sup>40</sup>.

À essa estratégia, somam-se as figuras do narrador-preceptor e do narrador-tribuno, os quais conjugam os atos de guiar e de persuadir. É com o itinerário realizado por esse narrador que podemos contemplar o faceis daquele rincão sertanejo. E esse narrador, segundo Walnice Galvão (1995), possui uma atitude peculiar, pois “intromete-se naquilo que está narrando” (Galvão, 1995, p. 626). E é por essa atitude que o caráter acusatório de *Os sertões* se apresenta, pois a esse narrador compete opinar, avaliar e acusar.

---

<sup>40</sup> De acordo com Nicolazzi, “‘Ver como Zeus’, ou seja, enxergar com equivalente precisão (à distância, de cima) os dois lados da contenda” (Nicolazzi, 2008, p. 156).

O narrador-tradutor, por sua vez, “se manifesta no esforço do autor para encontrar uma linguagem capaz de exprimir o inefável” (Horta, 1998, p. 95). Traduzir o sertão é, em si, operar um binômio, conforme dito por Moraes (2002), sobretudo com o litoral. Ao homem do sertão, opera-se, portanto, o binômio com o “homem do litoral”. Ao par homem/espaco, se acrescenta o elemento definidor e distintivo entre sertão e litoral: o tempo. A revelação, ou a “anti revelação” - tal como Geertz caracteriza *Tristes trópicos* - de que fala *Os sertões* opera-se, então, na assimetria temporal daqueles “rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa” (Cunha, 2013 [1902], p. 208), expondo ao leitor que o erro cometido por aquela campanha foi o de não ter visto “o traço superior do acontecimento” (Cunha, 2013 [1902], p. 361)<sup>41</sup>.

### 2.3 Uma leitura a partir de Experiência e pobreza (1933):

*Quem volta da região assustadora  
De onde eu venho, revendo, inda na mente,  
Muitas cenas do drama comovente  
De guerra despiada e aterradora.*

(...)

*E quando, com fidalga gentileza  
Cedestes-me esta página, a nobreza  
De nossa alma iludiu-vos, não previstes*

*Que quem mais tarde, nesta folha lesse  
Perguntaria: “Que autor é esse  
De uns versos tão mal feitos e tão tristes?”  
(Página vazia, Euclides da Cunha, 1897).*

*Os sertões* e *Tristes trópicos* partem de viagens, traçam itinerários, paradas, pintam paisagens e grupos humanos com impressões maravilhosas e, ao mesmo tempo, desiludidas. Porém, enquanto o viajante, para Walter Benjamin (1936), desponta como um dos primeiros “mestres da arte de narrar” (Benjamin, 1989, p. 199), o viajante apresentado em *Os sertões* e *Tristes trópicos* distancia-se demasiadamente desse narrador artesanal de experiências, ao qual Benjamin presta reverência. Nos interessa dar atenção a uma figura de contraste: o narrador que, segundo Benjamin, opera justamente pela falta de experiências. Será, enfim, ao espectro narrativo delineado, em

---

<sup>41</sup> A respeito do trânsito entre essas formas de narrar, podemos articulá-lo ao aspecto do ensaio, mencionado por Adorno, em ser uma forma que é composta pela experimentação; ao “virar e revirar seu objeto”; ao questioná-lo e ao apalpá-lo; ao colocá-lo sob prova e remetendo-o à reflexão; ao atacá-lo sob diversos lados, Euclides da Cunha reúne em seu olhar, “pondo em palavras o que o objeto permite vislumbrar sob as condições geradas pelo ato de escrever” (Adorno, 2003, p. 36); ou seja, a tensão entre palavra e olhar, discutida por Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin.

*Experiência e pobreza* (1933), que buscamos identificar uma das principais formas de narrar presentes nos livros.

Em *Experiência e pobreza*, Benjamin afirma que as guerras marcam, antes de tudo, a pobreza de experiência, compartilhada por toda a humanidade, no surgimento do que ele chama de uma “nova barbárie”. Do cenário, Benjamin argumenta que um novo tipo de “bárbaro” emerge, o qual possui por característica crucial “uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século” (Benjamin, 1987, p. 115). Sob essa contraditória condição reside o conceito novo e positivo desse espectro narrativo, pois a pobreza da experiência impele ao “bárbaro” o caminhar para frente, afirmando que “entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa” (Benjamin, 1987, p. 116).

*Os sertões* e *Tristes trópicos* são lances de escrita que operam em momentos de “crise”. Por um lado, Euclides da Cunha se mostra inquieto com o destino das populações sertanejas e com preocupações pessoais, como em relação à carreira de engenheiro, quando expressa em carta, do dia 26 de maio de 1901, ao seu tio “que a nossa carreira é, hoje, a mais infeliz do Brasil. Num país pobre, o engenheiro é a primeira vítima, o primeiro atingido pelo golpe da pobreza geral” (Cunha, 1901). Por outro, Lévi-Strauss conta a Didier Eribon que, à época de escrita de *Tristes trópicos*, estava a concorrer por uma cadeira no Collège de France e, ao escrever a Merleau-Ponty, declara que “quando você e os professores do Colégio o tiverem lido, nem sonharão mais em tentar eleger-me” (o que não aconteceu), e, especialmente uma certa crise com o próprio ofício de etnólogo.

Seguindo a caracterização de Fernanda Peixoto (1992), ambos os livros podem ser identificados como “narrativas modernas de viagem”. O traço distintivo desse tipo de escrita reside na decepção do viajante consigo e com sua civilização, como um espelho, em que onde se pensa encontrar o outro, encontra a si mesmo. Não são mais as vitórias que o narrador conta. Pelo contrário, sua figura se reverte em um “anti-herói: o que frustra, se decepciona, coleciona derrotas” (Peixoto, 1992, p. 197).

Refletindo sobre os impactos da I Guerra Mundial ao nível da experiência, Benjamin identifica um fenômeno peculiar: ao mesmo episódio histórico que suprimiu vidas, separou famílias, gerou traumas, se assistiu ao aumento expressivo do número de livros publicados sobre o assunto. Benjamin identifica no sucesso dos livros um dos sintomas da “pobreza de experiência”. Aos livros de viagem que preenchem as prateleiras, Lévi-Strauss reserva semelhante interpretação.

Entretanto, esse gênero [narrativa de viagem] de relato encontra uma aceitação que para mim continua inexplicável. A Amazônia, o Tibete e a África invadem as lojas na forma de livros de viagem, narrações de expedição e álbuns de fotografias em que a preocupação com o impacto é demasiado dominante para que o leitor possa apreciar o valor do testemunho que trazem (Lévi-Strauss, 1996, p. 16).

[...] Não se trata de descoberta científica, nem de enriquecimento poético e literário, sendo os testemunhos, no mais das vezes, de uma pobreza chocante (Lévi-Strauss, 1996, p. 41).

[...] Então, compreendo a paixão, a loucura, o equívoco das narrativas de viagem. Elas criam a ilusão daquilo que não existe mais e que ainda deveria existir, para escaparmos da evidência esmagadora de que 20 mil anos de história se passaram. Não há mais nada a fazer (Lévi-Strauss, 1996, p. 16)<sup>42</sup>.

O que Benjamin destaca como perda, explica Pedro Spinola Caldas (2007), não é uma perda de uma certa “virtude moral”, mas, especialmente, uma perda da “sensibilidade de perceber em si a própria temporalidade” (Caldas, 2007, p. 4). É essa dimensão fundamental da narração que a diferencia do romance ou da informação, visto que o romancista “incute, seduz, dá conselhos, possibilita uma ação que abre novas possibilidades para o futuro” (Caldas, 2007, p. 4); e a informação “já nos chega acompanhada de explicações” (Caldas, 2007, p. 4). Por outro lado, a narrativa (e o jogo entre o narrador e o ouvinte/leitor) “obedece ao fluxo do tempo, sensibilidade e disciplina” (Caldas, 2007, p. 4). Esse fluxo do tempo é o ponto crucial para a narrativa, pois o fenômeno da narração tem como objetivo “passar adiante, conservar” (Caldas, 2007, p. 4). A possibilidade de conservar e de lembrar permite que a narrativa encare “a morte com serenidade, como algo constitutivo” (Caldas, 2007, p. 4). É exatamente o oposto que passa a acontecer com o “fim das narrativas”: sem possibilidade de conservar ou de lembrar, a própria morte não tem um sentido constitutivo, sendo apenas “arbitrária, absurda” (Caldas, 2007, p. 4).

Como porta-voz do fracasso do que fora a campanha de Canudos, *Os sertões*, ao invés de coroar o Exército, põe em dúvida suas prerrogativas ante ao arraial de Belo Monte. O livro também representa, segundo Paulo Roberto Pereira (2013), um *mea culpa* da geração de Euclides da Cunha, pois, como argumenta Sílvio Romero, de maneira eloquente, “o Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores, de seus homens de coração e boa vontade, todos os que têm um pouco de

---

<sup>42</sup> *Tristes trópicos* como um “livro do desassossego” (Loyer, 2018, p. 377). Nas palavras de Fernando Pessoa: “Compreendo que viaje quem é incapaz de sentir. Por isso são tão pobres sempre como livros de experiência os livros de viagens, valendo somente pela imaginação de quem os escreve. E se quem os escreve tem imaginação, tanto nos pode encantar com a descrição minuciosa, fotográfica a estandartes, de paisagens que imaginou, como com a descrição, forçosamente menos minuciosa, das paisagens que supôs ver”. (Pessoa, 2019 p. 84).

alma para devotar à pátria” (Romero, 1906). Para a elite letrada do país, que ignora a existência do Brasil profundo, que se dirige a obra. *Os sertões* acentua em suas páginas que o futuro ali caía, pois o que Canudos representava, ao cabo, era “um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...” (Cunha, 2013 [1902], p. 571).

O caminho contrário que Euclides da Cunha toma, em relação a Lévi-Strauss, portanto, encontra-se na ordem do tempo: se a viagem, em *Tristes trópicos*, testemunha o fracasso da evasão, pois “20 mil anos de história se *passaram*” (Lévi-Strauss, 1996, p. - 39 - grifo nosso), em *Os sertões*, a viagem serviu para mostrar que entre nós e os habitantes de Belo Monte, “não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (Cunha, 2013 [1902], p. 208). Isolados, a campanha de Canudos se torna um “*refluxo* para o passado” (Cunha, 2013 [1902], p. 4 - grifo nosso).

## Capítulo III

### Sentidos do tempo em *Os sertões* e em *Tristes trópicos*

*Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido?  
Será essa, se alguém a escrever,  
A verdadeira história da humanidade.  
(Pecado original, Álvaro de Campos)*

#### 3.1 O discurso sobre a ausência: o viés da falta

Tomando de empréstimo a discussão feita por Fernando Nicolazzi em sua tese, *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado* (2008), nota-se que a situação intelectual brasileira (política, artística, econômica, etc) é permanentemente marcada pela busca da resposta à pergunta definidora: “O que é, afinal de contas, o Brasil?” Das aquarelas às querelas, tal discussão torna-se urgente principalmente com a queda do Império e com o comprometimento de certos grupos no projeto de escrita da nação, em vias de superar alguns *topos* da literatura nacional. *Os sertões*, apesar de não estar vinculado a um programa de escrita específico, nem mesmo à uma “escola” literária<sup>1</sup>, despertou o interesse dos críticos e intelectuais preocupados em distanciar-se de uma escrita nos moldes românticos e institucionais do Império.

Como já visto, o caloroso discurso proferido por Sílvio Romero quando da posse de Euclides da Cunha, na Academia Brasileira de Letras, não deixa dúvidas quanto ao entusiasmo do crítico sergipano com a obra responsável por revelar “um mundo longínquo, afastado, estranho, alheio a tudo que os toca, tudo em que pensam, tudo de que fabulam”, provando o quão “profundo [é] o inconsciente desconhecimento de nós mesmos!” (Romero, 1906). Essa equação entre revelação/desconhecimento permite a discussão sobre o que Nicolazzi chamou de *discurso sobre a ausência*.

A partir do inventário de falas de diferentes autores em momentos da história nacional, Nicolazzi percebe uma interpretação comum aos primeiros 40 anos da

---

<sup>1</sup> Comumente, *Os sertões* é alocado ao espectro do “pré-modernismo”. A denominação, no entanto, é mais histórica do que estética, pois expressa-se enquanto um conceito negativo, à medida em que só é possível defini-lo pela negação, referindo-se àquilo que, sem ser ainda modernista, já não seria mais exatamente parnasiano ou simbolista. BUENO, Alexei. A poesia pré-modernista brasileira: uma crítica da crítica. **A Palo Seco**, Escritos de Filosofia e Literatura. Ano 9, n. 10 (2017), ISSN 2176.3356. p. 7. Disponível em: <<https://bit.ly/3JQ6oWw>>.

República brasileira: o diagnóstico de um sentimento de simultaneidade entre a “civilização” e o “selvagem”, isto é, a contemporaneidade entre “fases” distintas e distantes da história<sup>2</sup>. Desse modo, a impressão é a de um “lapso de tempo entre sociedade e história, entre o lento e descontínuo desenvolvimento social e o processo acelerado do tempo” (Nicolazzi, 2008, p. 3). O contra-ataque a esse fenômeno seria a tentativa de conciliar as esferas da *cultura* (brasileira), ou seja, os fatores que a singularizam enquanto nação - sua história particular - com a *civilização* (ocidental), isto é, “a inserção daquela singularidade em um todo abrangente, moderno e universal” (Nicolazzi, 2008, p. 4). Contudo, o equilíbrio entre os dois elementos preconizava uma certa ruptura com elementos do passado para poder avançar. Nessa esteira interpretativa instaura-se um “corte na ordem do tempo”.

O sentimento de “deslocamento”, segundo Nicolazzi, atravessa muitos autores que pensaram a nação. Nas palavras de Octávio Ianni, “periodicamente, a sociedade brasileira procura modernizar-se, tornar-se contemporânea do seu tempo. É como se ela descobrisse que está atrasada e procurasse acelerar o seu passado, ultrapassar o descompasso, buscar régua e compasso” (Ianni, 1993, p. 430 *apud* Nicolazzi, 2008, p. 4). O problema da convergência entre cultura e civilização é percebido já nas primeiras tentativas em definir a nação brasileira, como a discussão da questão indígena, tratada pelos românticos como um ente “fora” do tempo<sup>3</sup>.

Através da constatação do lapso profundo entre essas duas instâncias, cria-se as condições para a produção de um *discurso sobre a ausência*. Tomemos, então, a “trindade da ‘nova crítica’” (Abreu, 1998), propulsora do sucesso de *Os sertões*: o crítico sergipano Sílvio Romero, o paraense José Veríssimo e o cearense Araripe Júnior. Abreu enfatiza um movimento em comum aos três críticos: todos são oriundos de “Províncias do Norte” e seguem a mesma direção: vão para a Corte, embora sigam

---

<sup>2</sup> A título de exemplo, o autor mobiliza os escritos de Alberto Torres (1914), Paulo Prado (1928), Sílvio Romero (1908), Alcântara Machado (1926), Ronald de Carvalho (1919) e Tristão de Athayde (1924). *in*: NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Sobre *Casa-grande & senzala* e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004-2008.

<sup>3</sup> A interpretação de Alfredo Bosi, em *Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar* (1992), parece sintetizar o problema da ausência da história indígena na escrita da história brasileira. Analisando o panorama literário brasileiro do século XIX (em especial, o caso alencariano), Bosi afirma que até a “subida da maré liberal nos anos 60”, vimos “o surgimento e o clímax da nossa literatura romântica” (Bosi, 1992, p. 176), na qual “uma figura de nítido corte rousseauísta como o *bon sauvage* acabou compondo o nosso imaginário mais conservador. Gigante pela própria natureza, o índio entrou *in extremis* na sociedade literária do Segundo Império” (Bosi, 1992, p. 177).

caminhos diferentes, especialmente Sílvio Romero, figura de oposição mais contundente<sup>4</sup>.

Apesar de divergências e desavenças pontuais, os três defendiam projetos pedagógicos semelhantes da literatura nacional, isto é, partilhavam ideias próximas e “ocupavam o mesmo lugar de representantes de novo método de crítica literária calcado em critérios científicos por oposição aos antigos métodos acusados de pecar por excesso de subjetivismo” (Abreu, 1998, p. 254). Em outras palavras, eram opositores da escrita sustentada por uma ótica imperial, da qual fala Turin (2005). Como Nicolau Sevcenko (1999) aponta, esses autores (incluindo Euclides da Cunha) postulam um “nacionalismo defensivo”, sob a “necessidade de se elaborar um saber consistente e eficaz sobre o Brasil” (Sevcenko, 1999, p. 141), pois “não temos ainda uma história” (Cunha, 1906).

Os três críticos apontam, então, para a *ausência* de história da vida do povo brasileiro. Sem os bastiões materiais e imateriais que balizam o sentimento de nacionalidade, como museus, monumentos, heróis nacionais, etc., “não há como *fazer presente a história*” (Turin, 2005, p. 92 - grifo do autor). Ademais, falta-nos o princípio organizador de toda história moderna: a escrita, pois “é paupérrima a nossa literatura nacionalística” (Veríssimo, 1985 p. 47 *apud* Turin, 2005, p. 92). Nesse sentido, o *discurso sobre a ausência* é construído a partir daquilo que a pátria tinha de lacunar, aquilo que lhe faltava (Nicolazzi, 2008, p. 4).

À pátria brasileira faltava, aos olhos da nova crítica, em especial aos olhos de Sílvio Romero, perceber os “doze milhões de brasileiros que de norte a sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil” (Romero, 1906). Assim, o livro de Euclides da Cunha, segundo Abreu, opera de maneira dupla: “tanto a crítica moderna e científica seria fundamental para a consagração de *Os sertões* quanto o aparecimento de *Os sertões* seria fundamental para o exercício e afirmação da nova crítica” (Abreu, 1998, p. 262). Para Romero, o valor do livro não estaria nas páginas sobre a guerra de Canudos, mas sim pelos dois temas que considera centrais: a terra e o povo brasileiro.

---

<sup>4</sup> Abreu (1998) apresenta os caminhos traçados pelos autores, relacionando-os com as condições materiais dos críticos. No geral, Veríssimo e Araripe Júnior foram melhores recepcionados pela intelectualidade do Rio de Janeiro. Figura central dessa situação, Machado de Assis travou contatos positivos com Veríssimo e Araripe Jr., enquanto Romero despontava como crítico à literatura machadiana. Além disso, fatores de ordem financeira pesaram no sucesso do nome de Romero, pois sua família, embora proprietária de terras no Recife, estava em uma situação de decadência financeira. À figura de Araripe Júnior soma-se o fato de ser sobrinho de José de Alencar, nome já consolidado na esteira da literatura nacional. Para mais, ver: ABREU, Regina. A Trindade da “nova crítica”: Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior. In: ABREU, Regina. **O enigma de *Os sertões***. Rio de Janeiro: Funarte-Rocco, 1998, pp. 254-262.

Se a terra e o homem são os pilares de *Os sertões*, o tratamento de Euclides da Cunha a essas duas instâncias nos permite demonstrar o *discurso sobre a ausência* presente em sua interpretação ao que significou a guerra de Canudos. De acordo com o argumento de Fernando Nicolazzi, o ‘deslocamento’ visto em *Os sertões* é sentido através da “transposição da distância no espaço como uma distância no tempo” (Nicolazzi, 2010, p. 263). Como exposto no segundo capítulo, os recursos usados por Euclides da Cunha para expressar a “distância” (o “corte”) entre litoral e sertão não têm efeitos apenas geográficos, mas também temporais; isto é, “em relação ao litoral, ele [o sertão] emerge como uma espécie de Novo Mundo, sem ser, no entanto, jamais um mundo *novo*” (Nicolazzi, 2010, p. 265 - grifo do autor).

Não é um mundo novo, pois o encontro com o espaço do sertão alinha-se à percepção do tempo que ali impera, isto é, ambos estão circunscritos pela imobilidade. O sertão isola o sertanejo. Estando isolado, o sertanejo encontra-se em *outro* tempo. Com efeito, esse *outro* tempo se expressa como sintoma do “lapso” entre “cultura” e “civilização”, do qual fala Nicolazzi. Canudos, que despontava como problema aos olhos das redações de jornais do litoral por ser a representação de uma mobilização monarquista, surge nas páginas de *Os sertões* como um problema de ordem mais profunda:

Pregava contra a República; é certo.  
O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso.  
Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como o monárquico-constitucional.  
Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceitual o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro. (Cunha, 2013 [1902], p. 207).

As diferenças culturais são convertidas, então, como diferenças em etapas da evolução. O *discurso sobre a ausência* pelo viés da *falta* é traduzido em *Os sertões* pela via temporal, visto que, aos sertanejos, “faltou-lhes uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século”. Desse modo, “retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (Cunha, 2013 [1902], p. 3-4).

[Sobre as prédicas]: Não há desejar mais completa reprodução do mesmo sistema, das mesmas imagens, das mesmas fórmulas hiperbólicas, das mesmas palavras quase.  
É um exemplo belíssimo da identidade dos estados evolutivos entre os povos. O retrógrado do sertão reproduz o fâcies dos místicos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através

dos séculos... Está fora do nosso tempo. Está de todo entre esses retardatários que Fouillée compara, em imagem feliz, à *descoueurs surlechamp de la civilisation, de plus en plus en retard* (do francês: aos que correm pelo campo da civilização cada vez com mais atraso - tradução nossa) (Cunha, 2013 [1902], p. 171)<sup>5</sup>.

Reagiu. Era natural. O que surpreende é a surpresa originada por tal fato. Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem número das nossas tradições (Cunha, 2013 [1902], p. 360).

A constatação de um desalinho na ordem do tempo significa, diz Nicolazzi, constatar de igual maneira uma “crise no âmbito das representações” (Nicolazzi, 2008, p. 7). *Os sertões*, nessa leitura, pertence também à esteira da “tradição ensaística brasileira” (Nicolazzi, 2008, p. 9), na tentativa de compreender a realidade, permitindo o espaço de ação sobre o real. Essa crise no âmbito das representações pode ser pensada também através da atmosfera de instabilidade que marcou o período de decadência do Império, discutida por Nicolau Sevckenko. Pela falta de balizas fixas na compreensão do tempo nacional, se abriu espaço para duas formas de reação aos problemas do contexto:

A mais simplista consistia em sublimar as dificuldades do presente e transformar a sensação de inferioridade em um mito de superioridade ‘ideologia do país novo’, o ‘gigante adormecido’, cujo destino de grandiosidade se cumprirá no futuro. A outra implicaria um mergulho profundo na realidade do país a fim de conhecer-lhe as características, os processos, as tendências e poder encontrar um veredito seguro, capaz de descobrir uma ordem no caos do presente, ou pelo menos diretrizes mais ou menos evidentes, que permitiria um juízo concreto sobre o futuro (Sevckenko, 1999, p. 85).

Alocando a produção de Euclides da Cunha e de outros nomes alinhados ao projeto pedagógico da nação à segunda tendência descrita por Sevckenko para lidar com a crise da representação nacional, podemos sugerir, de acordo com Carlos Altamirano (2007), que há durante o século XIX, na América Latina, uma tradição literária atrelada a uma produção de textos de combate, ordenados ao redor da política e da vida pública.

---

<sup>5</sup> Sobre Fouillé, ver: FOUILLÉ, Alfred. Le caractère des races humaines et l’avenir de la race blanche. *Revue des Deux Mondes* (1829-1971) Quatrième période, vol. 124, n° 1 (1er Juiller 1894), pp. 76-107. Disponível em: <<http://bit.ly/3FUAYx9>>.

Como afirma Maria Stella Bresciani (2007), André Fouillé foi um filósofo francês interessado em definir os traços da “psicologia de um povo”, bem como estabelecer os traços dos comportamentos psicológicos de um criminoso, relacionando-os ao meio social. Assim, o objetivo com a definição dos traços psicológicos (do povo francês) seria encontrar a “média”, isto é, “o caráter nacional do qual participam, mais ou menos todos os indivíduos” (Bresciani, 2007, p. 16). Citando Fouillé: “o espírito nacional tem uma ação diferente das ações individuais; é capaz de exercer uma espécie de pressão e de coação sobre os indivíduos; (...) não é somente formado pelos indivíduos, ele os modela. O caráter nacional está, com efeito, intimamente relacionado ao temperamento que, por sua vez, está tão ligado à constituição hereditária e aos traços étnicos, quanto ao meio físico” (Fouillé, 1898, p. 3-4 *apud* Bresciani, 2007, p. 16). BRESCIANI, Maria Stella. Oliveira Vianna, entre a escrita sociológica e a escrita de ação. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 pp. 14-38. Disponível em: <<https://bit.ly/3LZ8iHa>>.

Argumentando com o ensaísta argentino Héctor. A. Murena, Altamirano considera que, na América Latina, “há uma grande tradição literária que não é, paradoxalmente, literária” (Altamirano, 2007, p. 14), sendo na verdade uma tradição de fazer a arte da política a partir da arte de escrever.

Nesses termos, as resistências em se conceber *Os sertões* apenas como romance residem na interpretação do livro enquanto “uso político do gênero”<sup>6</sup>. Essa não é uma interpretação alheia a Euclides da Cunha. O escritor fluminense, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, defende de forma veemente a postura de um trabalho intelectual que se articula à política, na medida em que a ciência deveria ser manuseada não apenas pelo caráter instrumental - seja descritivo ou explicativo -, mas sobretudo transformador.

Tal postura intelectual é considerada por Nicolau Sevcenko como um “nacionalismo intelectual”, o qual não se resumia apenas na aplicação das tendências europeias na análise da realidade brasileira, mas mais do que isso, significava um empenho em criar um saber sobre o Brasil (Sevcenko, 1999, p. 85). Vale inclusive a menção ao termo cunhado por José Veríssimo aos estudiosos da história nacional: “É o que eu chamaria de um brasileiro, se não tivesse medo que o termo pegasse” (Veríssimo, 1907 *apud* Sevcenko, 1999, p. 110).

Esse “nacionalismo intelectual” pode ser relacionado ao panorama caracterizado por Martin Lienhard, isto é, de que na América Latina, na passagem do século XIX para o XX, a preocupação dos estudiosos concentrava-se nos problemas ligados à explicação do “atraso nacional”. A utilização do substantivo “atraso” dispõe a ordenação temporal naquilo que Rodrigo Turin chamou de uma “tessitura” composta por “uma ordenação do tempo *equivalente*” (Turin, 2013, p. 200 - grifo nosso). Como dito por Sevcenko, uma das consequências em se distanciar do “grande passado da unidade romântica” foi uma “angustiosa ausência” sentida e escrita pelos intelectuais brasileiros. Ao caso euclidiano, a ordenação temporal acaba por atribuir estágios evolutivos dentro de uma mesma nação.

Uma das formas de construção dessa diferenciação no tempo é a descrição de certos personagens do livro não como indivíduos, mas como “feixes coletivos”, porque,

---

<sup>6</sup> Esse posicionamento é fortemente marcado pelo discurso de Sílvio Romero, que critica a recepção ao livro de Euclides da Cunha como um “produto meramente literário”. Segundo Romero, o livro “não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos irrequietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo que tem sido o objeto das vossas constantes pesquisas, de vossas leituras, de vossas observações diretas, de vossas viagens, de vossas meditações de toda hora”. Romero, S. Discurso de recepção por Sílvio Romero. Acesso em [10/03/2021]. Disponível em: <<https://bit.ly/3f5kQyc>>.

como escreve, “a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade...” (Cunha, 2013 [1902], p. 151). Essa forma de descrição é valorizada por Romero, pois considera que os indivíduos se apresentam no livro como expressões do social, “como que índices ou sumários de um meio, de uma situação, de um momento” (Romero, 1906). Como esperado, a figura máxima que concentraria toda a expressão atávica e ‘atrasada’ não seria outra além de Antônio Conselheiro<sup>7</sup>.

Da mesma forma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares (Cunha, 2013 [1902], p. 150).

(...)

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, na fase persecutória ou de grandezas, o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização – um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos (Cunha, 2013 [1902], p. 152).

(...)

A história repete-se.

Antônio Conselheiro foi um gnostico bronco (Cunha, 2013 [1902], p. 153).

Neste ponto é necessário sinalizar que a construção do personagem Antonio Conselheiro não corresponde à figura histórica do beato, pois, como adverte Roberto Ventura (1997), Euclides da Cunha não teve acesso aos sermões de Conselheiro, recolhidos em dois manuscritos. A maior parte das fontes, diz Ventura, provém da oralidade e de poemas e profecias populares, encontrados em cadernos nas ruínas da comunidade, mas que não estão assinados (Ventura, 1997, p. 166)<sup>8</sup>. Nesses termos, a caracterização de Conselheiro nos permite discutir mais as inquietações de Euclides da Cunha do que necessariamente obter um retrato do líder religioso. Por não ser objetivo da presente dissertação debruçar sobre os manuscritos de Conselheiro, o que nos interessa à altura da discussão é destacar que a maneira como Euclides da Cunha retrata o líder de Belo Monte, bem como os habitantes do povoado, recai na interpretação da temporalidade de maneira etapista.

---

<sup>7</sup> Seja Antonio Conselheiro representante do atavismo, seja Moreira César como representante da epilepsia, ambos estão imersos em um “drama mesológico” (Sevcenko, 1999, p. 132). Como explica Sevcenko, Euclides da Cunha esboça um personagem e vai “detalhando-o numa linha ascendente, até que sua personalidade se dilua numa força natural ou social” (Sevcenko, 1999, p. 132).

<sup>8</sup> Para maiores detalhes do conteúdo dos manuscritos, ver: VENTURA, R. Canudos como cidade iletrada. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1997, v. 40, n° 1. Disponível em: <bit.ly/3KgXYZb>.

### 3.2 O discurso sobre a ausência: o viés da perda

Enquanto Euclides da Cunha e outros autores brasileiros estavam interessados em avaliar a história da nação através da ótica da falta, em *Tristes trópicos* avaliamos que o *discurso sobre a ausência* se manifesta pelo viés da perda. Ambos os livros são escritos por implicações no que diz respeito ao tempo, mas a motivação de *Os sertões* inscreve-se no âmbito da representação da história do Brasil, enquanto *Tristes trópicos* não tem pretensão em estabelecer os limites de qualquer história nacional.

Ao falarmos que o *discurso sobre a ausência* que mais se destaca em *Tristes trópicos* se apresenta através da perda, queremos demonstrar que há uma preocupação em dois níveis: ao nível da história e ao nível da memória. Ao nível da história, pois o “círculo intransponível” desafia o próprio ofício do antropólogo, pois “quanto menos as culturas tinham condições de comunicar entre si e, portanto, de se corromper pelo contato mútuo, menos também seus emissários respectivos eram capazes de perceber a riqueza e o significado dessa diversidade” (Lévi-Strauss, 1996, p. 44).

Aqui podemos retomar tanto a presença como a ausência de um *Sexta-feira* como duplamente sintomático do *discurso sobre a ausência* como *perda*: a presença de um *Sexta-feira* dissolve toda expectativa em encontrar uma sociedade não estudada, e mesmo denuncia outros processos de ordem da violência<sup>9</sup>; a ausência de um *Sexta-feira*, porém, cria obstáculos, quando não impede de conhecer uma sociedade, na alegoria da imagem no espelho, na qual pode “tocar-lhes, mas não compreendê-los” (Lévi-Strauss, 1996, p. 354). Em todo caso, como Debaene provoca, a diferença ou é uma ilusão, ou “se mantém e é incognoscível por definição, levando a uma situação tautológica em que o Outro é o que é – fundamentalmente Outro” (Debaene, 2014, p. 146 - tradução nossa)<sup>10</sup>. Em uma espécie de “beco sem saída”, Debaene identifica que a diferença “é um elemento (cultural) da percepção” (Debaene, 2014, p. 146 - tradução nossa)<sup>11</sup>, sob a

---

<sup>9</sup> Lévi-Strauss ironiza inclusive trabalhos que ignoram a interferência de outros fatores (o Estado, doenças, conflitos territoriais, etc), de modo a construir uma imagem ‘intacta’ do grupo estudado. “A vaidade dessas pretensões, a credulidade ingênua que as acolhe e inclusive as provoca, o mérito, enfim, que sanciona tantos esforços inúteis (se é que não contribuem para alastrar a deterioração que, por outro lado, aplicam-se em dissimular), tudo isso implica motivações psicológicas poderosas, tanto entre os atores quanto no público (Lévi-Strauss, 1996, p. 40).

<sup>10</sup> “Either difference is purely an illusion or it is maintained and is by definition unknowable, leading to a tautological situation in which the Other is what is fundamentally Other.”

<sup>11</sup> “Difference is a (cultural) element of perception”.

qual Lévi-strauss identifica um certo “pecado original da antropologia” (Debaene, 2014, p. 146 - tradução nossa)<sup>12</sup>:

Recebi, ao mesmo tempo, minha recompensa e meu castigo. Não foi meu erro, e o erro da minha profissão, acreditar que nem sempre os homens são homens? que alguns são mais merecedores de interesse e atenção porque nos surpreendem pela cor da pele e seus costumes? (Lévi-Strauss, 1996, p. 354).

Com a conclusão de que “a humanidade [...] prepara-se para produzir civilização em massa” (Lévi-Strauss, 1996, p. 38), a “armadilha do viajante moderno” é construída sob as seguintes bases: não mais inclinado às viagens para obtenção de produtos como pau-brasil, corante ou pimenta, o viajante moderno traz agora “em forma de fotografias, livros e relatos, as especiarias morais de que nossa sociedade experimenta” (Lévi-Strauss, 1996, p. 39); temperos morais, porém, falsificados, visto que “o narrador, por mais honesto que seja, não pode, já não pode entregá-los em sua forma autêntica” (Lévi-Strauss, 1996, p. 39).

Neste ponto da discussão, o próprio campo da antropologia estaria ameaçado pela propriedade da perda, na medida em que “mais do que antropologia, teria que se escrever ‘entropologia’, nome de uma disciplina dedicada a estudar em suas mais elevadas manifestações esse processo de desintegração” (Lévi-Strauss, 1996, p. 442). A ausência evocada por Lévi-Strauss é marcada pela “função profunda da antropologia como ciência dos últimos dias” (Loyer, 2018, p. 390).

O neologismo “entropologia” proposto por Lévi-Strauss vem do princípio da entropia, presente na segunda lei da termodinâmica, a qual, segundo o professor de física teórica Marcelo Gleiser (2002), prescreve que todos os sistemas que não trocam energia com o exterior tendem ao crescimento da desordem e a diminuição da ordem (na ordem das moléculas). Nesse sentido, explica que a entropia representa a quantidade de desordem presente em um sistema. Desse modo, “quanto mais organizado o sistema, menor é a sua entropia” (Gleiser, 2002). Em um sistema isolado (que não troca energia com o exterior), “a entropia nunca decresce, podendo apenas crescer ou permanecer constante” (Gleiser, 2002). O professor relaciona a entropia com a passagem do tempo, pois toda mudança de estado de um sistema não abre espaço para um retorno ao seu estado de origem; assim, “podemos dizer que o tempo vai para frente porque a entropia cresce” (Gleiser, 2002).

---

<sup>12</sup> “In this contradictory definition of the object, Lévi-Strauss is not far from identifying a sort of original sin of anthropology”.

A breve (e modesta) apresentação do conceito serve para explicar a estratégia discursiva usada por Lévi-Strauss ao cunhar tal terminologia, visto que não existe uma área do conhecimento chamada “entropologia”<sup>13</sup>. Tal estratégia demonstra a preocupação em sua profissão, no que Loyer chamou de “etnologia de emergência” (Loyer, 2018, p. 172). Por isso, como explica Francine Iegelski, em *Raça e história*, Lévi-Strauss afirma que é “a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma” (Lévi-Strauss, 2008, p. 66 *apud* Iegelski, 2016, p. 211), pois, em última instância, “a contribuição definitiva que cada cultura pode dar para a história da humanidade (...) é a sua própria existência” (Iegelski, 2016, p. 211).

Não há perspectiva mais exaltante para o etnógrafo que a de ser o primeiro branco a penetrar numa comunidade indígena. Em 1938, essa recompensa suprema só podia ser obtida em algumas regiões do mundo suficientemente raras para serem contadas nos dedos da mão. Desde então, essas possibilidades restringiram-se ainda mais.

[...]

Esse entusiasmo ainda está em voga no século XX? Por menos conhecidos que fossem os índios do Pimenta Bueno, eu não podia esperar o choque sentido pelos grandes autores Léry, Staden, Thevet, que, há quatrocentos anos, puseram os pés no território brasileiro. O que viram na época, nossos olhos nunca mais avistarão (Lévi-Strauss, 1996, p. 346).

Ainda que essa postura possa soar como uma figuração de um “pessimismo histórico” (Debaene, 2014, p. 216), acreditamos que nesse jogo com o código da temporalidade histórica, isto é, a cronologia, há em *Tristes trópicos* uma operação entre a *perda* no nível da história e no nível da memória. Através das ferramentas usadas pelos historiadores, Lévi-Strauss busca integrar a experiência individual de sua própria rememoração com uma experiência maior, em um sentido coletivo.

Como explica Francine Iegelski (2016), no capítulo *História e dialética* (1962), Lévi-Strauss considera a cronologia como o código do conhecimento histórico, na medida em que não há história sem datas, pois é a relação do antes e do depois que confere a originalidade e especificidade da história. Seriam necessários pelo menos três

---

<sup>13</sup> Eduardo Jorge de Oliveira (2023) põe em nota que Salvatore D’Onofrio dedicou em seu livro, *Lévi-Strauss face à la catastrophe*, um capítulo à entropologia. No capítulo, o autor “delimita que junto aos povos não ocidentais, *ameríndios* ou *autóctones*, existe uma produção limitada de entropia, pois é na dimensão do progresso que a entropia aumenta” (Oliveira, 2023).

Sobre *Tristes trópicos*, Oliveira propõe haver uma mudança contínua no livro na qual “se passa dos tristes trópicos aos trópicos entrópicos”.

OLIVEIRA, Eduardo Jorge de. Lições de antropologia: *Tristes trópicos*, *A queda do céu* e a teoria literária. **Revista Rosa**, S.Paulo/SP, Brasil, número 3 do volume 7, jul-2023. <https://revistarosa.com>, issn 2764-1333.

aspectos para determinar uma cronologia, a saber: i) o aspecto da sucessão - a data como número com função ordinal; ii) o aspecto cardinal; iii) o aspecto da existência da data enquanto membro de uma classe de datas - isto é, as datas como unidades relacionais.

O terceiro aspecto, destaca Iegelski, é o mais importante para Lévi-Strauss no estabelecimento de uma cronologia, pois é uma forma de demonstrar o caráter descontínuo da história, visto que “todas as datas não formariam uma série” (Iegelski, 2016, p. 178), de modo a produzir, “progressivamente, uma história total” (Iegelski, 2016, p. 179). Podemos pensar que, ironicamente, a única totalidade histórica seria a conclusão de que “o mundo começou sem o homem e se concluirá sem ele” (Lévi-Strauss, 1996, p. 442).

Da relação temporal entre os ‘primeiros’ viajantes que aportaram no Novo Mundo e o etnólogo que transita entre sua juventude dos anos 1930 e a maturidade profissional dos anos 1950, “que ocorreu, afinal, senão a fuga dos anos?” (Lévi-Strauss, 1996, p. 44).

Rolando minhas recordações em seu fluxo, o esquecimento fez mais do que gastá-las e enterrá-las. (...) ‘Cada homem’, escreve Chateaubriand, ‘traz em si um mundo composto de tudo o que viu e amou, e onde ele entra em permanência, ao mesmo tempo em que percorre e parece habitar um mundo estrangeiro’. (...) De forma inesperada, entre mim e a vida o tempo alongou seu istmo; foram necessários vinte anos de esquecimento para me levarem ao tête-à-tête com uma experiência antiga cujo sentido me fora recusado, e a intimidade, roubada, outrora, por uma perseguição tão longa quanto a Terra (Lévi-Strauss, 1996, p. 44).

Entre a frase inaugural, “odeio as viagens e os exploradores” (Lévi-Strauss, 1996, p. 15), à despedida feita na última página, “adeus, selvagens!, adeus, viagens!” (Lévi-Strauss, 1996, p. 443), o relato de retorno impõe a relação do tempo com as esperanças e as inquietações, na epifania da rememoração. Michel Leiris escreve que *Tristes trópicos* demonstra na recusa do tempo cronológico, uma “experiência de apropriação do fluxo do tempo”, à maneira da “iluminação proustiana”, emergindo enquanto livro que aposta que a memória “não é a apenas a faculdade de esquecer ou rememorar, mas, profundamente, uma faculdade de decantação, compreensão e significação” (Leiris, 1956). *Tristes trópicos* não como um relato do vivido, mas um relato do lembrado.

A aproximação entre *Tristes trópicos* e *Em busca do tempo perdido* (1913-1927), de Marcel Proust (1871-1922), não é uma novidade. Atribuída pela crítica desde o

momento de publicação do livro de Lévi-Strauss, a aproximação entre as obras pela temática da rememoração é interessante para a dissertação justamente pela chave da *perda* ao nível da memória. Vincent Debaene sugere que a dupla ilusão diante da viagem e da narrativa que a acompanha tem como conclusão: a impossibilidade de apreender a realidade pela experiência - da viagem<sup>14</sup>; e a narrativa, enquanto “sucessão temporal puramente contingente” (Debaene, 2014, p. 207 - tradução nossa)<sup>15</sup>, não formaria o sentido da experiência<sup>16</sup>.

É assim que me identifico, viajante, arqueólogo do espaço, procurando em vão reconstituir o exotismo com o auxílio de fragmentos e de destroços.

Então, insidiosamente, a ilusão começa a tecer suas armadilhas. Gostaria de ter vivido no tempo das **verdadeiras** viagens, quando um espetáculo ainda não estragado, contaminado e maldito se oferecia em todo o seu esplendor. (...) Teria sido melhor chegar ao Rio no século XVIII com Bougainville, ou no XVI, com Léry e Thevet? Cada lustro para trás permite-me salvar um costume, ganhar uma festa, partilhar uma crença suplementar. Mas conheço bem demais os textos para não saber que, me privando de um século, renuncio simultaneamente a informações e a curiosidades dignas de enriquecer minha reflexão.

(...) Depois de algumas centenas de anos, neste mesmo lugar, outro viajante, tão desesperado quanto eu, pranteará o desaparecimento do que eu poderia ter visto e que me escapou. Vítima de uma dupla inaptidão, tudo o que percebo me fere, e reprovo-me em permanência por não olhar o suficiente (Lévi-Strauss, 1996, p. 43; 44 - grifos do autor).

---

<sup>14</sup> “Em que ordem descrever essas impressões profundas e confusas que assaltam o recém-chegado a uma aldeia indígena cuja civilização permaneceu relativamente intacta? (...) Diante de uma sociedade ainda viva e fiel à sua tradição, o choque é tão forte que desconcerta: nessa meada de mil cores, que fio se deve seguir primeiro e tentar desembaraçar?” (Lévi-Strauss, 1996, p. 228).

<sup>15</sup> “(...) the narrative should not submit to the anecdote, to forward movement, and to purely contingent temporal succession”.

<sup>16</sup> A conclusão a que Proust chega é semelhante: “E acaso não era também meu pensamento um refúgio em cujo fundo me sentia oculto, até mesmo para olhar o que se passava fora? Quando via um objeto exterior, a consciência de que o estava vendo permanecia entre mim e ele, debruava-o de uma tênue orla espiritual que me impedia de jamais tocar diretamente a sua matéria. (...) Depois dessa crença central que, durante a leitura, executava incessantes movimentos de dentro para fora, em busca da verdade, vinham as emoções que proporcionava a ação em que eu tomava parte, pois aquelas tardes eram mais povoadas de acontecimentos dramáticos do que, muitas vezes, uma vida inteira. Esses acontecimentos eram o que sucediam no livro que eu lia; na verdade, os personagens a quem afetavam não eram ‘reais’, como dizia Francisca. Mas todos os sentimentos que nos fazem experimentar a alegria ou o infortúnio de um personagem real só se produzem em nós por intermédio de uma imagem dessa alegria ou desse infortúnio; (...) E não era somente porque uma imagem com que sonhamos seja sempre marcada, embelezada e enriquecida pelo reflexo das coisas estranhas que por acaso a cercam em nosso sonho; (...) pela escolha que fizera o autor, pela fé com que meu pensamento ia ao encontro da sua palavra, como de uma revelação, elas se me afiguram (...) uma parte verdadeira da própria Natureza, digna de ser estudada e aprofundada. Se, quando eu lia um livro, meus pais permitissem visitar as regiões nele descritas, julgaria ter dado um passo inestimável na conquista da verdade. (...) Tentamos achar nas coisas, que por isso nos são preciosas, o reflexo que nossa alma projetou sobre elas, e desiludimo-nos ao verificar que as coisas parecem desprovidas, na natureza, do encanto que deviam, em nosso pensamento, à vizinhança de certas ideias; e muitas vezes convertemos todas as forças dessa alma em habilidade, em esplendor, para influir em seres que sentimos situados fora de nós e que jamais alcançaremos’ (Proust, 1979 [1913], p. 54, 55 e 56).

Esse conflito entre ver e apreender a experiência é colocado em termos de distância entre séculos, mas que pode ser entendido como o próprio conflito entre o etnólogo que esteve no Brasil e o etnólogo que escreveu quinze anos depois. O intervalo entre a viagem e a escrita permite a sedimentação da experiência.. A justaposição entre o tempo dos primeiros viajantes, o tempo das expedições dos anos 1930, o exílio nos Estados Unidos nos anos 1940 e o tempo da escrita são trabalhados em *Tristes trópicos* de maneira que “os anos de esquecimento, por introduzir uma espécie de nostalgia de segunda ordem, na verdade reconfiguram essa experiência passada” (Debaene, 2014, p. 211 - tradução nossa)<sup>17</sup>. No ato da rememoração, “episódios sem relação aparente, oriundos de períodos e de regiões heterogêneas, deslizam uns por cima dos outros e, de repente, imobilizam-se num semblante de castelo cujas plantas um arquiteto mais sensato do que minha história teria meditado” (Lévi-Strauss, 1996, p. 44).

Entre a aventura e a desilusão há, em *Tristes trópicos*, a fruição. Fruições que operam, segundo Beatriz Perrone-Moisés (2009), a partir de impressões sensoriais. Esse código sensorial é tanto um traço proustiano quanto uma forma de lidar com a “ciência do concreto, (...) que ordena o mundo conectando as propriedades sensíveis dos elementos naturais” (Debaene, 2014, p. 212 - tradução nossa)<sup>18</sup>. A narrativa, então, como uma “experiência inicial da lógica da sensação” (Debaene, 2014, p. 212 - tradução nossa)<sup>19</sup>.

Sensações olfativas, gustativas, táteis e auditivas: dos perfumes das frutas; do solo molhado, dos mercados; dos sabores da erva mate, que é “amarga e perfumada ao mesmo tempo, como uma floresta inteira concentrada em umas poucas gotas” (Lévi-Strauss, 1996, p. 178), da rapadura; dos sons do pantanal, o rugido de onças, o canto das araras; a fonética guaicuru composta por “fonemas molhados ou líquidos [que] dão a impressão de um riacho saltando sobre seixo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 184); o pôr do sol, o frescor traduzido em uma embriaguez olfativa. O Brasil como um perfume queimado:

O Brasil esboçava-se em minha imaginação como feixes de palmeiras torneadas, ocultando arquiteturas estranhas, tudo isso banhado num cheiro de defumador, detalhe olfativo introduzido sub-repticiamente, ao que parece, pela homofonia observada de forma inconsciente entre as palavras Brésil e

---

<sup>17</sup> “The voyage was an experience at once disappointing and chaotic (that is, ordered only by the succession of days and stages), but the years of forgetfulness, by introducing a sort of second-order nostalgia, have actually reconfigured this past experience”.

<sup>18</sup> “(...) to play by the rules of that “science of the concrete” at work in the “savage mind,” which orders the world by connecting the sensible properties of natural elements”.

<sup>19</sup> “(...) the narrative, twenty years later, offers the opportunity for an initial experience of the logic of sensation”.

grésiller [“Brasil” e “crepitar”], e que, mais do que qualquer experiência adquirida, explica que ainda hoje eu pense primeiro no Brasil como num perfume queimado (Lévi-Strauss, 1996, p. 50)<sup>20</sup>.

O passado, para Proust, “está escondido fora do domínio e do alcance da nossa inteligência, em algum objeto material [...] de que não suspeitamos. Depende do acaso encontrarmos esse objeto antes de morrermos, ou não o encontrarmos” (Proust, p. 63 *apud* Benjamin, 2015, n.p). Seguindo este caminho, podemos destacar dois momentos em *Tristes trópicos* que operam, através dos códigos sensoriais, uma relação justaposta com o tempo: o sabor do coró e a lembrança de Chopin. Destacamos esses dois episódios, pois acreditamos haver neles o paradigma que percorre todo o livro, ou seja, aventura/desilusão.

O episódio com os corós é descrito no final do capítulo 17 (capítulo que abre a seção “Cadiueu” - ou seja, parte da primeira expedição), em que Lévi-Strauss apresenta ao leitor o alimento, à primeira vista não muito apetitoso, pois trata-se de “larvas brancas que pululam em certos troncos de árvores podres” (Lévi-Strauss, 1996, p. 170). Da descrição, o autor conta que consegue, por um pedido, que um indígena o acompanhe para que possa extrair o coró.

Agora, precisamos nos decidir. Diante do olhar impassível do índio, decapito minha caça; do corpo escapa uma gordura esbranquiçada, que eu provo, não sem vacilar: tem a consistência e a delicadeza da manteiga, e o sabor do leite de coco (Lévi-Strauss, 1996, p. 170).

É como “batismo” que Lévi-Strauss qualifica a experiência. O batismo para “as verdadeiras aventuras” (Lévi-Strauss, 1996, p. 171). A decisão que precisa tomar diante do coró parece ir além da mera atitude em ingerir ou não aquele alimento: é a decisão da própria carreira. Há aqui uma certa relação de projeção, de expectativa com o que virá, mesmo que o leitor já saiba desde o início a postura do autor em relação às “aventuras” das viagens.

A memória involuntária, da qual fala Proust, é pensada em termos de reação a signos sensíveis capaz de recuperar o antigo na forma da sensação presente, como uma espécie de redescoberta<sup>21</sup>. A cena descrita se relaciona com os dois momentos do

<sup>20</sup> Podemos pensar, diante dessa passagem, a conversão da *perda*: como explica Walter Benjamin, “o odor é o refúgio inacessível da *mémoire involontaire*” (Benjamin, 2015, n.p). Assim o sendo, “se o privilégio de confortar é próprio do reconhecimento de um perfume, mais do que de qualquer outra lembrança, isso acontece talvez porque ele anestesia profundamente a consciência do decorrer do tempo” (Benjamin, 2015, n.p).

<sup>21</sup> Discussão pensada a partir do capítulo *Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire*, de Walter Benjamin. BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III. Tradução de José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989 (pp. 103-149).

etnólogo: o momento de projeção com o ofício - o Lévi-Strauss dos anos 1930; ao mesmo tempo que dialoga com o tempo da escrita, de um autor revendo essa cena com o olhar posterior ao episódio, mas que prefere manter um certo entusiasmo.

A lembrança com a melodia do *Estudo número 3, opus 10*, de Chopin sucede um sentimento quase que oposto. Presente no capítulo 37 (*A apoteose de Augusto*), primeiro capítulo da última seção (*A volta*), Lévi-Strauss está em Campos Novos profundamente decepcionado com os rumos que a expedição tomava. Se o coró lhe abriu caminho para a nova profissão, não é mais esse o sentimento transcrito em *Tristes trópicos*. Ainda que a totalidade do livro não seja definida apenas nos termos da “desilusão”, podemos ler, nesse episódio com Chopin, outro traço destacado por Adorno em relação à forma do ensaio: “o ensaio deve permitir que a totalidade resplandeça em traço parcial, escolhido ou encontrado, sem que a presença dessa totalidade tenha de ser afirmada” (Adorno, 2003, p. 36). Assim, a pergunta definidora sobre o trabalho etnográfico:

que viemos fazer aqui? Com que esperança? Com que finalidade? O que é exatamente uma pesquisa etnográfica? O exercício normal de uma profissão como as outras, com essa única diferença de que o escritório ou o laboratório estão separados do domicílio por alguns milhares de quilômetros? Ou a consequência de uma escolha mais radical, implicando um questionamento do sistema no qual nascemos e crescemos? (...) Por um paradoxo singular, minha vida aventureira mais me devolveia o antigo universo do que me abria um novo, ao passo que este que eu pretendia dissolvia-se entre meus dedos (Lévi-Strauss, 1996, p. 402).

No planalto do Mato Grosso ocidental, é a França que vem à mente através de lembranças “guardadas por meu passado e às quais eu não dera nenhum valor quando ainda pertenciam à realidade que me cercava” (Lévi-Strauss, 1996, p. 403). Entre as “visões fugazes dos campos franceses” e os “fragmentos de música e de poesia que eram a expressão mais convencional de uma civilização contra a qual, precisava de fato me convencer, eu havia optado” (Lévi-Strauss, 1996, p. 403), o antropólogo se dá conta de que são as memórias de sua própria cultura que tomam contornos mais acentuados, o que provoca a seguinte pergunta: “Seria então isso, a viagem? Uma exploração dos desertos de minha memória, e não tanto daqueles que me rodeavam?” (Lévi-Strauss, 1996, p. 404).

Por essa e outras conclusões a que chega Lévi-Strauss, Debaene propõe uma mudança instigante na chave de leitura do livro: a mudança de Conrad a Proust. Essa passagem é percebida pelo capítulo *Pôr do Sol*, o qual toma forma pela inspiração conradiana, mas que, argumenta Debaene, se apresenta em *Tristes trópicos* “não como

os vestígios de uma tentativa abortada de literatura, mas como um testemunho de uma união potencial e harmoniosa do sensível e do inteligível, um significado que foi descoberto apenas após o fato e somente então porque esta epifania estava ligada a outras” (Debaene, 2014, p. 210 - tradução nossa)<sup>22</sup>.

Recordar-se é uma grande volúpia para o homem, mas não na medida em que a memória se mostra literal, porque poucos aceitariam viver novamente as labutas e os sofrimentos que, no entanto, gostam de recordar. A recordação é a própria vida, mas com outra qualidade (Lévi-Strauss, 1996, p. 67)..

Se houver espaço para um lance mais ousado, *Os sertões* é uma obra que pode ser encarada sob a ótica conradiana: publicados no mesmo ano, mas em países diferentes (*O coração das trevas* na Inglaterra), Euclides da Cunha também chega ao “coração das trevas” brasileiro. Marcado pela subida, não do rio Congo, mas do caminho que adentra o sertão baiano, “O horror! O horror” (Conrad, 2010 [1902], p. 121) que Euclides da Cunha testemunhou mostra que “ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (Cunha, 1905, p.)<sup>23</sup>.

### 3.3 Paralelos e comparações: o jogo entre espaço e tempo

Buscamos demonstrar como o *discurso sobre a ausência* opera através das chaves da *falta* e da *perda*. Agora nossa discussão encaminha-se para o seguinte tópico: como a descrição espacial nos permite ponderar acerca da percepção do tempo que permeia os livros? A resposta para nossa pergunta pode ser encontrada na maneira como Euclides da Cunha e Lévi-Strauss operam suas escritas: os dois, através dos espaços

---

<sup>22</sup> “We have thus shifted from the concern for finding a language that fits a “particular experience” and a model of initiation clearly inspired by *Heart of Darkness* to an act of recollection that cites the pages of the “Conradian” novel not as the vestiges of an abortive attempt at literature but as a testimony to a potential and harmonious union of the sensible and the intelligible, a significance that was discovered only after the fact and then only because this epiphany was connected to others”.

Debaene diz que há uma mudança, mas aqui preferimos encarar como um trânsito entre essas inspirações, tendo como advertência a lembrança de que *Tristes trópicos* não é uma obra feita exclusivamente em diálogo com esses autores.

<sup>23</sup> Essas são as últimas palavras de *Os sertões*, presentes no capítulo chamado “Duas linhas”. O nome ao qual Euclides da Cunha faz referência é o do psiquiatra inglês Henry Maudsley (1835-1918), cuja principal obra foi publicada em 1867, *The Physiology and Pathology of Mind*. Das linhas de força na interpretação dos transtornos mentais, destacam-se três: i) a predisposição hereditária; ii) a degenerescência como fator explicativo - o que seria “naturalmente” superado com a evolução do tempo; iii) o homem como parte do meio; PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Henry Maudsley e a tradição psicopatológica inglesa. **Rev. Latinoam. Psicop. Fund.** V, 2, 126-129. Disponível em: <bit.ly/3KRKNyf>.

geográficos, escrevem sob a ótica da comparação e do paralelo para a elaboração de suas percepções temporais.

Partiremos dos seguinte trechos dos livros:

Do outro lado do fosso, ainda estariam lá para nos acolher todos aqueles prodígios avistados pelos navegantes dos séculos idos? Ao percorrerem espaços virgens, eles estavam menos empenhados em descobrir um novo mundo do que em verificar o passado do antigo. Adão, Ulisses eram-lhes confirmados. Quando abordou a costa das Antilhas em sua primeira viagem, Colombo talvez acreditasse ter chegado ao Japão, porém, mais ainda, ter encontrado o Paraíso Terrestre. Não seriam os quatrocentos anos decorridos desde então que poderiam anular essa grande defasagem graças à qual, por dez ou vinte milênios, **o Novo Mundo manteve-se à margem das agitações da história** (Lévi-Strauss, 1996, p. 78 - grifos nossos).

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. **Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...** (Cunha, 2013 [1902], p. 208 - grifos nossos).

Em relação aos fragmentos citados acima, os “cortes” entre litoral/sertão e Velho/Novo Mundo são os destaques principais. Como já discutido no segundo capítulo, o “corte” geográfico estabelece a diferença primordial entre “aqui” e “lá”. Sob essa cisão podemos, então, discutir a percepção do tempo construída em *Os sertões* e *Tristes trópicos*, no entendimento de que é na brecha do tempo que os livros são construídos.

Essa percepção pode ser pensada a partir da relação entre os três elementos que compõem o paradigma moderno da história ocidental: a relação entre antigos, modernos e selvagens. Como situa François Hartog (2014), o par ‘Antigos/Modernos’ “estruturou a história da cultura ocidental em sua relação com o tempo” (Hartog, 2019, p. 96). O par era percebido a partir do paralelo que, como explica Nicolazzi (2010), sugere, pela própria metáfora geométrica, planos distintos para o estabelecimento da relação entre os antigos e os modernos.

A alteração fundamental dessa situação ocorre com a adição do terceiro elemento: o selvagem, que provoca, de acordo com Hartog, uma transformação na percepção do tempo. Isso porque com a mudança do regime da *historia magistra* ao regime moderno de historicidade, ou seja, da mudança de um paradigma que previa no exemplo e na repetição o modelo de orientação da ação ao paradigma que “se detém no

caráter único do acontecimento” (Hartog, 2019, p.103), o paralelo é substituído pela comparação. Na comparação há uma atitude de distinção temporal pela pressuposição de “um plano comum onde se estabelece uma ordem de tempo e um conceito diferenciado de história” (Nicolazzi, 2010, p. 264). Nesse sentido, “compara-se justamente *porque* a distância no tempo existe como condição fundamental para a comparação” (Hartog, 2005; Koselleck, 1997).

Sob a égide da comparação, o “selvagem” passa a ocupar preocupações como objeto de estudo especialmente a partir do final do século XVIII, quando “observar os selvagens tornou-se uma atitude moderna” (Iegelski, 2016, p. 205) e a viagem ganha um estatuto científico. Na busca por explicações das origens da humanidade, bem como da resposta à pergunta “de como os modernos se tornaram modernos” (Iegelski, 2016, p. 205), os selvagens foram situados no espectro primitivo da história.

A formulação do regime moderno de historicidade se vale da visão do homem e do tempo como atores e pelo “encontro e a interação entre os dois atores, o primeiro [homem] tentando controlar o segundo [tempo] ou se servir dele, resultava a história efetiva” (Hartog, 2017, p. 175). Assim, o tempo passa a ser encarado como “operador de uma história processo”, na premissa de que a história, por ser feita pelos homens, tem como resultado uma constante aceleração. Logo, “aceleração, atraso, avanço (...) tornam-se noções operatórias” (Hartog, 2017, p. 177).

O conceito de “civilização” passa a ser o elemento central do regime moderno de historicidade, por ser um conceito futurista e um conceito normativo, na medida em que se forjava como destino (caminha-se para ela) e por sua mensuração gradativa (existem níveis de civilização). O mesmo vale, segundo Hartog, para o conceito de “modernização”, que prescrevia a importância à aceleração, entendendo-a como “a forma contemporânea de civilização” (Hartog, 2017, p. 208).

Tais noções operatórias são especialmente relevantes para se pensar *Os sertões*, pois têm um espaço importante na discussão feita, no século XIX, por parte da intelectualidade brasileira a respeito da própria história. Neste plano, duas principais visões mobilizaram representações diferentes do nacional: uma, orientada pelos ideais de progresso e civilização, na ânsia por um modelo cosmopolita e universalista; outra, orientada por encontrar nas singularidades nacionais (na ordem da natureza ou na ordem da cultura) as verdadeiras fontes de nacionalidade (Abreu, 1998). *Os sertões* é obra que conjuga as duas visões.

Por não praticar a transposição integral das tendências europeias, a ficcionalização é integrante de *Os sertões*, argumenta Luiz Fernando Valente (2009), porque é através dessa vereda que o autor fluminense pode “aprofundar sua indagação e começar a imaginar possíveis soluções para as contradições que sua reflexão sobre o Brasil vai descobrindo” (Valente, 2009, p. 138). Analisado por esse prisma, Valente defende que o recurso à ficção - acrescentamos o recurso da linguagem sertaneja e a antropomorfização da natureza - podem ser entendidos como “uma afirmação da diferença nacional” (Valente, 2009, p. 138).

Esse é o problema anunciado na “Nota preliminar”: a busca por uma “essência nacional”. O “tipo” descrito por Euclides da Cunha é, então, aquele identificado como integrante da “sub-raça” sertaneja. É pelo argumento do “isolamento” geográfico que o autor busca sustentar o isolamento histórico que, conseqüentemente, sucedeu em uma “estabilidade” da miscigenação; logo, a degeneração não encontrou terreno fértil como no litoral. No entanto, há obstáculos para a visão progressiva da história: enquanto evolucionista, não há uma relevância a história brasileira vir do litoral, ou do sertão, pois em ambos o elemento “mestiço” se faz presente: ou degenerado, ou retrógrado.

Numa espécie de “armadilha”, Luiz Costa Lima revela a estratégia de Euclides da Cunha ao problema da essência nacional. Se, por um lado, a imigração europeia não “eliminava por si o mau efeito do consorte ‘inferior’”, e por outro, Euclides da Cunha também não era um entusiasta da “europeização do litoral” (Lima, 1997, p. 49), o autor estabelece seu cientificismo “em algo transcendente, em algo anterior à experiência” (Lima, 1997, p. 49). Encarando “[n]aquela sociedade incompreendida e olvidada” “o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (Cunha, 2013 [1902], p. 101), Euclides da Cunha consolida a “imagem romântica de um povo nacional” (Lima, 1997, p. 40)<sup>24</sup>.

Como bem elucida Costa Lima, a “essência” é uma categoria que pertence a certo léxico filosófico de cunho substancial - “genericamente, ao discurso das religiões” (Lima, 1997, p. 54). Postura que o cientificismo de Euclides da Cunha não permite, tampouco a tradição iluminista, que prestigia a condição da ciência em detrimento do mito. O que Euclides da Cunha faz, argumenta Costa Lima, é uma “torção” de modo que a essência consiga integrar o texto d’*Os sertões*: a essência como mito. Assim, “o

---

<sup>24</sup> Conforme as palavras de Amoroso Lima, “o romantismo foi um sonho de brasileiro” (Lima, 1924, I, 874).

Abreu (1998) destaca a concepção romântica nos críticos que tão bem elogiaram o livro de Euclides da Cunha, especialmente na leitura da natureza enquanto agente formador das sociedades, sob visões de “alma, de essência, de fonte interna, de autenticidade” (Abreu, 1998, p. 229).

transcendente é contrabandeado como se fizesse parte do fenômeno observável” (Lima, 1997, p. 55).

A imagem romântica é construída, portanto, por “um uso especial da temporalidade” (Nicolazzi, 2010, p. 266), através de duas principais estratégias: o jogo entre o selvagem e o moderno, tendo espaço também para a imagem do antigo; a figura da inversão, ou “dinâmica da dupla valia” (Bernucci, 1995), ou seja, estratégias entre a comparação e o paralelo.

A dinâmica da comparação é especialmente importante, pois, lembrando Turin (2013), uma mudança significativa no modo de se conceber a história nacional brasileira saiu dos moldes imperiais aos moldes que previam um tempo *equivalente*. Desse modo, Canudos é situado temporalmente em uma “etapa” embrionária, se posta em comparação com a situação litorânea, especialmente no tocante à política. Se os jornais das capitais propagavam notícias vinculando o movimento de Antonio Conselheiro à insurreição monarquista, Euclides da Cunha, cinco anos depois que a guerra foi assunto recorrente nas redações, propõe outra interpretação ao grupo afligido pelo exército brasileiro.

Pregava contra a República; é certo.

(...) Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para aprender a forma republicana como a monárquico-constitucional.

Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro.

Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história (Cunha, 2013 [1902], p. 207).

Nesse estado aparentemente estacionário, o espaço do sertão está fortemente atado a tal conclusão: como discutido no segundo capítulo, o “sertão”, sobretudo, parte de uma visão externa que lhe atribui valor. N’*Os sertões*, a insígnia do isolamento dita o ritmo da maior parte da descrição do sertão baiano como “estranho território”; “paragem sinistra e desolada” (Cunha, 2013 [1902], p. 16).

O observador tem a impressão de seguir torneando a truncatura malgradada da borda de um planalto.

Calca, de fato, estrada três vezes secular, histórica vereda por onde avançavam os rudes sertanistas nas suas excursões para o interior.

Não a alteraram nunca.

Não a variou, mais tarde, a civilização, justapondo aos rastros do bandeirante os trilhos de uma via-férrea (Cunha, 2013 [1902], p. 16).

As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos (Cunha, 2013 [1902], p. 19).

A serra do Mar tem um notável perfil em nossa história. A prumo sobre o Atlântico desdobra-se como a cortina de baluarte desmedido. (...) No alto, volvendo o olhar em cheio para os chapadões, o forasteiro sentia-se em segurança. Estava sobre ameias intransponíveis que o punham do mesmo passo a cavaleiro do invasor e da metrópole. Transposta, a montanha, - arqueada como a precinta de pedra de um continente, - **era um isolador étnico e um isolador histórico** (Cunha, 2013 [1902], p. 84 - grifos nossos).

Ora toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo (Cunha, 2013 [1902], p. 106).

Ora, por estas veredas, prendendo, no se ligarem a outras trilhas, o povoado nascente ao fundo dos sertões do Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe - chegavam sucessivas caravanas de fiéis. Vinham de todos os pontos, carregando os haveres todos; e, transpostas as últimas voltas do caminho, quando divisavam o campanário humilde da antiga capela, caíam genuflexos sobre o chão aspérrimo. Estava atingido o termo da romagem. Estavam salvos da pavorosa hecatombe, que vaticinavam as profecias do evangelizador. **Pisavam, afinal, a terra da promessa - Canaã sagrada, que o Bom Jesus isolara do resto do mundo por uma cintura de serras...** (Cunha, 2013 [1902], p. 189 - grifos nossos).

O sertão existe enquanto parêntese; “era um hiato; era um vácuo. Não existia” (Cunha, 2013 [1902], p. 570). Isolado o sertanejo, “a História não iria até ali” (Cunha, 2013 [1902], p. 570). A brecha de tempo que configura a distância entre o litoral e o sertão é traduzida em termos de pares que se opõem: presente e passado; moderno e selvagem; cultura e natureza; história e a sua negação (ou a pré-história) (Nicolazzi, 2010, p. 271).

Porém, essa equação que aparenta estar inclinada positivamente ao litoral, na verdade, encontra um obstáculo. Luiz Costa Lima explica que há no livro um duplo sentido para a categoria da “imitação”<sup>25</sup>: em seu valor negativo, a imitação engendra a “civilização de empréstimo”, caracterizada pelas “instituições litorâneas que, na devoção caricata pela Europa, desprezam a realidade nacional” (Lima, 1997, p. 57). Podemos perceber, por exemplo, que as primeiras expedições a Canudos são descritas com críticas à “importação” de técnicas de guerra vindas do exterior. Erro cometido por

---

<sup>25</sup> Costa Lima reserva o terceiro capítulo do livro, *Terra ignota: a construção de Os sertões*, para a discussão da imitação e do contágio na obra de Euclides da Cunha. Ver em: LIMA, Luiz Costa. Imitação e contágio. In: **Terra ignota: a construção de Os sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 (pp. 57-91).

não se conhecer a caatinga, o que, conseqüentemente, resultaria em uma derrota que “era inevitável” (Cunha, 2013 [1902], p. 261).

Porque a tais deslizes se aditaram outros, denunciando a mais completa ignorância da guerra. (...) subordinar-se a uns tantos moldes rígidos de velhos ditames clássicos da guerra. (...) Contra tais antagonistas e num tal terreno não havia supor-se a probabilidade de se estender a mais apagada linha de combate. Não havia até a possibilidade de um combate, no rigorismo técnico do termo (Cunha, 2013 [1902], p. 261).

Mais uma lição tirada d’*Os sertões*: para Sílvio Romero, o livro comprova o argumento da necessidade em implantar um novo modelo no país. Romero encara a realidade brasileira por dois eixos: de um lado, a elite, que “flana na rua do Ouvidor”; do outro, a população, “que produz os pesados milhões com que se pagam os encargos e esbanjamentos da lista civil, do funcionalismo público, das loucuras de uma administração tumultuária ou imbecil” (Romero, 1906). Ainda que as preocupações republicanas que levaram Euclides da Cunha às cercanias de Canudos estejam presentes na obra, Costa Lima afirma que o texto traz como marca “a diversidade de implicações da teoria ao ser desdobrada até ao outro hemisfério” (Lima, 1997, p. 42). Nesse sentido, a partir do tensionamento do par litoral/sertão, há também o tensionamento do par civilização/barbárie, sob o qual a própria concepção da república, em vários momentos, é questionada.

Sob tal aspecto era, antes de tudo, um ensinamento e poderia ter despertado uma grande curiosidade. A mesma curiosidade do arqueólogo ao deparar as palafitas de uma aldeia lacustre, junto a uma cidade industrial da Suíça... Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmo-las, corrigirmo-las ou anularmo-las. Não entendemos a lição eloquente. Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto de fé de alguns jornais adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto – agremiar batalhões (Cunha, 2013 [1902], p. 361).

(...)

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades (Cunha, 2013 [1902], p. 564).

Propício acrescentar as observações feitas por Ricardo Piglia a respeito de *Facundo*: ou civilização e barbárie (1845), de Sarmiento. No texto “Sarmiento, escritor” (1998), Piglia aponta que o mundo cindido é o núcleo central de *Facundo*, sendo a relação da oposição entre civilização e barbárie a complexa chave de entrada para manter esses dois mundos unidos; união essa construída no texto a partir da “diferença pura” (Piglia, 2010 [1998], p. 23). N’*Os Sertões* impera essa negociação constante entre os modos letrados e orais, entre a aferição empírica teórica e a sensorialidade, num duplo movimento em que “o escritor está na fronteira” (Piglia, 2010 [1998], p. 23). Estando na fronteira, Piglia nota que o “e” de civilização e barbárie não é ingênuo ou casualmente utilizado, mas estrategicamente manejado para explorar essa sobreposição. Não é civilização *ou* barbárie. O jogo feito por Euclides da Cunha em transformar os “modernos templários” do exército brasileiro em jagunços tem como efeito a representação da linha tênue que separava aquele que aparentemente representava a civilização e o “não-civilizado”.

O “corte” que configura a distância entre esses dois mundos, portanto, aparece através da dupla operação da comparação e do paralelo. Desse modo, ao realizar procedimentos de associação entre os jagunços e a antiguidade; entre o exército republicano e antigas batalhas medievais, Euclides da Cunha alinha o paralelo e a comparação de maneira a encontrar a razão de ser desses “comportamentos”, isto é, pelo paralelo intenta descrever e prever os “estágios” históricos que marcam o território brasileiro.

(...) entre vivas retumbantes à República – haviam dado à refrega um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade. O paralelo é perfeito. Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fê inamalgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efigie do Marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro... (Cunha, 2013 [1902], p. 467).

A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu<sup>26</sup>, indomável. É um titão bronzeado fazendo vacilar a marcha dos exércitos (Cunha, 2013 [1902], p. 246).

Embora Euclides da Cunha arquitete seu trabalho na perspectiva moderna de história, aqui o paralelo cumpre sua função como maneira de perceber a repetição das condições do passado no presente. Junto a isso podemos trazer a situação litorânea, através dos paralelos traçados por Euclides da Cunha entre a Revolução Francesa e o Brasil (antes mesmo da proclamação da República, retomando o artigo “89”, publicado na *Província de São Paulo*<sup>27</sup>). Além desse, há também o paralelo da luta da Vendéia com o arraial de Belo Monte, em que os conselheiristas ora personificam os representantes do *ancien régime* da França, ora se afastam de qualquer espectro aproximativo, e é nessa fenda entre a história como “exemplo” e a história como “traço singular do acontecimento” que *Os sertões* opera a dimensão do tempo<sup>28</sup>. Olímpio de Sousa Andrade indica que o paralelo com a antiguidade é um importante traço para o estilo da escrita euclidiana, pois esse recurso era também “a tentativa de libertação da tirania dos acontecimentos com a ajuda decisiva da imaginação” (Andrade, 1960, p. 67).

---

<sup>26</sup> Da tradição grega, Anteu é filho de Poseidon e de Gaia. Sua força provém de seu contato com a Terra, sua mãe (Gaia = Terra). Ciente do ponto fraco de Anteu, Hércules o vence levantando-o do solo com uma mão e estrangulando-o com a outra. Essa associação não é feita por Euclides da Cunha, mas gostaríamos de pensar a imagem da “degola” tão marcante para o fim de Canudos como o contragolpe do exército ante o jagunço protegido pela terra.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

<sup>27</sup> No artigo “89”, publicado antes da guerra de Canudos, Euclides da Cunha escreve: “De fato, não se pode fixar como início da Revolução Francesa a convocação dos ‘Estados Gerais’ em 89.

Como todos os fenômenos históricos de influência geral sobre os destinos das nacionalidades, ela exprime claramente o resultado das ações de todos os povos, em todos os tempos. Pascal, numa alegoria admirável — em que exprime brilhantemente a lei da continuidade dos esforços humanos — sintetiza a humanidade num indivíduo secular, enorme, eterno — que irrompe através dos séculos e cuja existência se prolonga pela extensão indefinida das idades. Essa entidade abstrata, que cresce e se avoluma a todo instante — cuja vida é feita das experiências das gerações desaparecidas, traduz uma lei no seu movimento firme, retilíneo e invencível para o futuro. Como todas as leis naturais — esta é indestrutível. (...) Daí as agitações da história; as revoluções — perturbações impressas no movimento tranquilo do progresso, inteiramente subordinado a uma lei, que é como uma força constante — a Evolução”. CUNHA, Euclides da Cunha da. *Questões sociais*. Euclides da CunhaITE. Obras de Euclides da Cunha. **Crônicas**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://Euclides da Cunhaite.com.br/obras-de-Euclides da Cunha/cronicas/>. Reprod. CUNHA, Euclides da Cunha da. *Crônicas*. In: *Obra completa*. Notas de Olímpio de Sousa Andrade. org. Paulo Roberto Pereira. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009. v. 1. pp. 693-7. Artigos originalmente publicados n’ **A Província de S. Paulo**, em 29 de dezembro de 1888 e 4 de janeiro de 1889.

<sup>28</sup> Essa fenda, interpretada por alguns intelectuais brasileiros como a “contemporaneidade entre ‘fases’ distintas e distantes da história” (Nicolazzi, 2008, p. 2), pode ser entendida como “um descompasso entre os anseios intelectuais e as condições da sociedade; entre aquilo que se oferecia como campo concreto do possível e as imagens sempre elevadas que a comunidade formulava sobre si mesma” (Nicolazzi, 2008, p. 3).

Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes.

E Canudos era a Vendaia...

Entretanto, quando nos últimos dias do arraial foi permitido o ingresso nos casebres estraçoados, salteou o ânimo dos triunfadores decepção dolorosa. A vitória duramente alcançada dera-lhes direito à devassa dos lares em ruínas. Nada se eximiu à curiosidade insaciável.

Ora, no mais pobre dos saques que registra a história, onde foram despojos opimos imagens mutiladas e rosários de coco, o que mais acirrava a cobiça dos vitoriosos eram as cartas, quaisquer escritos e, principalmente, os desgraçados versos encontrados. Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parselhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antônio Conselheiro; e, lendo-as, põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra em todas as linhas é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas (Cunha, 2013 [1902] p. 208-209).

Nessa fenda, o jogo das antíteses também é importante recurso de construção de um espaço que comporta esse tempo desalinhado. A “fórmula bipolar”, ou “dinâmica da dupla valia”, da qual fala Leopoldo Bernucci (1995), é um recurso válido “tanto para a descrição dos fenômenos naturais como para a dos jagunços” (Bernucci, 1995, p. 20). Não somente aos jagunços, mas também ao exército e às autoridades políticas, como, por exemplo, a Moreira César, talvez a figura que mais encontra paralelos com Antonio Conselheiro:

Aos que pela primeira vez o viam [Moreira César] custava-lhes admitir que estivesse naquele homem de gesto lento e frio, maneiras corteses e algo tímidas, o campeador brilhante, ou o demônio crudelíssimo que idealizavam. Não tinha os traços característicos nem de um, nem de outro. Isto, talvez, porque fosse as duas coisas ao mesmo tempo.

Justificavam-se os que o aplaudiam e os que o invectivavam. Naquela individualidade singular entrechocavam-se, antinômicas, tendências monstruosas e qualidades superiores, umas e outras no máximo grau de intensidade. Era tenaz, paciente, dedicado, leal, impávido, cruel, vingativo, ambicioso. Uma alma proteiforme constrangida em organização fragílima.

(...) Não seria, entretanto, imperdoável exagero considerá-lo misto reduzido de ambos. Alguma coisa de grande e incompleto, como se a evolução prodigiosa do predestinado parasse, antes da seleção final dos requisitos raros com que o aparelhara, precisamente na fase crítica em que ele fosse definir-se como herói ou como facínora. Assim, era um desequilibrado. Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante (Cunha, 2013 [1902], p. 294).

Se “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, mas que falta-lhe “a estrutura corretíssima das organizações atléticas” (Cunha, 2013 [1902], p. 115), é como “Hércules-Quasímodo” que sua fisionomia é traçada nas páginas. Embora essa

caracterização contenha uma desvalorização ao nível físico, Bernucci argumenta que há nessa fórmula uma metáfora em que ambos atributos se complementam, pois “os dois personagens se deixam dominar pelas fortes emoções e intensas paixões, as quais os tornam perseverantes quanto a seus objetivos” (Bernucci, 1995, p. 31).

Seja como for, é pela inexatidão e a ambiguidade que é possível inseri-lo na narrativa, afirma Nicolazzi. A consequência do uso do paralelo e da comparação, diz o autor, é “a subjugação do outro pelo discurso como forma de legitimar o próprio discurso” (Nicolazzi, 2010, p. 271), isto é, resulta do procedimento em passar do desconhecido ao conhecido, de modo a unificar o discurso histórico; no entanto, esse tratamento com o outro é feito de modo a mantê-lo “permanentemente como tal, como um outro à distância, no tempo e no espaço” (Nicolazzi, 2010, p. 267).

A unificação em um discurso histórico vale-se do estabelecimento de uma cronologia, na concepção de um “*devir* histórico como um desenrolar contínuo” (Iegelski, 2016, p. 178). Como Nicolazzi escreve, a história, como disciplina e forma de consciência, se orientava, nesse contexto brasileiro, ao problema nacional, de modo que escrever a história da nação seria também uma forma de organizar o tempo. Se o perfil do sertanejo traçado por Euclides da Cunha o coloca mais próximo à categoria do “selvagem”, logo, na régua temporal ele estaria inevitavelmente circunscrito em uma posição primitiva. A forma como Euclides da Cunha ambienta esse ‘retorno’ ao passado se vale justamente pela travessia no sertão: a terra ignota que manteve-se aquém do ‘motor da História’. Por isso um dos balanços interpretativos se baseia na conclusão de que ali “só a lenta passagem do tempo daria consistência e sentido à opção pelo sertanejo. Pois, só a longo prazo, mantendo-se estáveis as instituições, não aumentando ainda mais a distância entre o país real e seu aparato jurídico, o Brasil teria condições de se integrar ao concerto das nações” (Lima, 1997, p. 44).

O embaraço teórico no qual Euclides da Cunha se encontra tem forte ressonância, argumenta Costa Lima, da desleitura que o autor fez da teoria do sociólogo polonês, Ludwig Gumplowicz (1838-1909). Isso porque, na “Nota preliminar”, fundamental seção d’*Os sertões*, Euclides da Cunha baseia-se nos estudos de Gumplowicz para sustentar a hipótese de que a “extinção” da “sub-raça” sertaneja seria inevitável, embora ele não concorde com a forma que o exército brasileiro lidou com a comunidade de Belo Monte. Assim, os destinos do “jagunço destemeroso”, do “tabaréu ingênuo” e do “caipira simplório” seriam em breve “relegados às tradições evanescentes, ou extintas”, pois “faltou-lhes uma situação de parada ou equilíbrio, que

lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século” (Cunha, 2013 [1902], p. 3-4).

Diante de tal conclusão, Euclides da Cunha mobiliza Gumplowicz no entendimento de que “a força motriz da História” é impelida pelo “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (Cunha, 2013 [1902], p. 4); assim, a civilização avançaria nos sertões mais cedo ou mais tarde. É justamente nesse ponto crucial que Euclides da Cunha peca na leitura de Gumplowicz. Ao analisar a teoria do sociólogo polonês, Costa Lima aponta que Gumplowicz defendia o poligenismo, ou seja, defendia que vários centros de criação resultaram em várias raças. No entanto, as diferenças entre os grupos humanos não seriam determinadas *a priori*, não eram determinadas exclusivamente pelos fatores biológicos. Sendo assim, o autor postula que os dois traços que todas as sociedades compartilham e que, ao mesmo tempo, as singularizam seriam: i) o princípio de poder; ii) a consequente relação ‘dominante/dominado’.

Essa explicação, como outras que pretendiam prescrever leis, postula, então, que a “força motriz da História”, na verdade, tem raiz na guerra, considerada inevitável; mas essa guerra se nutre da heterogeneidade dos grupos que motivam o conflito e que, portanto, giram esse motor da história. Nesses termos, “as lutas constituem a essência do processo histórico” (Gumplowicz, 1883, p. 54 *apud* Lima, 1997, p. 29). Os resultados desses conflitos são motivados mais por questões políticas e da divisão do trabalho, do que propriamente por motivação biológica<sup>29</sup>.

A luta das raças pela dominação, pelo poder, a luta sob todas suas formas, sob uma forma confessada e violenta ou latente e pacífica, é portanto o princípio propulsor propriamente dito, a força motriz da história, mas a própria dominação é o pivô em torno do qual giram todas as fases do processo histórico, o eixo em torno do qual elas se movem pois as amálgamas sociais, a civilização, a nacionalidade e todos os fenômenos mais elevados da história só se revelam em decorrência de organizações de poder e por meio dessas organizações (Gumplowicz, 1883, p. 217 *apud* Lima, 1997, p. 30).

O fato é que essa desleitura colocou Euclides da Cunha em uma situação de impasse; como Costa Lima sugere, se Euclides da Cunha tivesse se munido da posição de certa forma anti biologizante de Gumplowicz, teríamos “a emersão de um prisma completamente diverso da história particular da guerra e geral do país” (Lima, 1997, p.

---

<sup>29</sup> Costa Lima cita: “a coincidência das classes e das castas profissionais com as diferenças étnicas e com as diferenças de raças na população de um Estado provém de que é unicamente em vista da divisão econômico-política do trabalho que coube forçosamente originar a dominação” (Gumplowicz, 1883, p. 210 *apud* Lima, 1997, p. 30).

31). Não tivemos, e talvez seja por isso também que a obra continua como objeto de análise, pois se assim fosse “tudo, em suma, seria mais nítido e claro, exceto o próprio *Os sertões*, que, resumindo-se a documento da indignação moral do autor, não justificaria a amplidão de suas duas primeiras partes. Além do mais, se estivesse limitado à terceira parte, ‘A luta’, não caberia n’*Os sertões* a preocupação quanto ao país, em seu momento presente ou futuro” (Lima, 1997, p. 32).

Assim, ainda que o paralelo esteja presente na construção da imagem do sertanejo e do seu entorno, seja na alusão de Canudos como a “Troia de taipa dos jagunços”; a visão dos muramentos como “imperfeita cópia das barragens romanas remanescentes na Tunísia”; ou na descrição das casas como uma “paródia grosseira” de Roma, lembrando “as choupanas dos gauleses de César”, a comparação é o esteio pelo qual a interpretação temporal toma forma em *Os sertões*.

O recuo indefinido no tempo, vagando entre Grécia, Roma, tribos norte-americanas e o tempo das cavernas, se mostra necessário tal a singularidade do objeto. Ou seja, Euclides da Cunha mesmo, embora a utilize em momentos importantes do livro, parece reconhecer a fragilidade da comparação entre selvagem e antigo, pois este, ainda que em estágio anterior e em alguns casos primitivo, faz parte, com o moderno, de uma mesma temporalidade; o selvagem, por sua vez, apartado no espaço, é também o que está fora do tempo, traíndo a própria ordem evolutiva que segue da caverna à casa. Seu lugar, portanto, é apenas junto com outros selvagens, mesmo que seja “deplorável” o paralelo (Nicolazzi, 2010, p. 269).

O ‘selvagem’, como categoria cognitiva, também é o alvo de análise de Lévi-Strauss. Porém, com uma postura intelectual diferente da de Euclides da Cunha, o antropólogo rompe em *Tristes trópicos*, assim como em outras produções, com a linha interpretativa de forte tendência evolucionista. Célebre texto, *Raça e história* (1952) sepulta - em meio a discussões trazidas no primeiro capítulo - a ideia de que as raças existem e se constituem por motivações biológicas.

Com o objetivo de se opor ao racismo e ao evolucionismo social como ferramentas teóricas para a explicação da diversidade cultural, Lévi-Strauss explica que as duas erraram, pois suas bases incorrem em erros morais e teóricos: de um lado, os racistas interpretam a diversidade entre as culturas pelo viés genético, afirmando que a distância entre elas é intransponível; de outro, os evolucionistas sociais entendem a diversidade entre as culturas como efeito da distância histórica que existe entre elas, na percepção de uma via única em que “todas as sociedades devem necessariamente percorrer”, sob a qual “umas teriam se adiantado, outras teriam marcado o passo, e

outras ainda talvez estivessem recuado” (Lévi-Strauss, p. 108 *apud* Iegelski, 2016, p. 235)<sup>30</sup>.

Os critérios de avaliação dos evolucionistas destacados por Lévi-Strauss são percebidos em Euclides da Cunha (assim como em parte da intelectualidade brasileira e europeia), pois, sob a métrica unificadora da percepção temporal, “o único problema a se resolver diante da diversidade seria compreender as razões contingentes do atraso de algumas sociedades e ajudar a superá-las para que pudessem, enfim, seguir na via de seu desenvolvimento” (Iegelski, 2016, p. 236).

Para Lévi-Strauss, o erro crucial está em não perceber as diferenças culturais como resultado das constantes trocas e das relações entre os grupos humanos, de modo que a diversidade é “um fenômeno natural resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades” (Lévi-Strauss, p. 122 *apud* Iegelski, 2016, p. 237). Isto é, são as relações entre as culturas as “responsáveis pela originalidade e progresso das diversas civilizações” (Iegelski, 2016, p. 237).

A raça é entendida, então, como uma categoria ideológica que se apresenta como manifestação da cultura, e não como categoria que organiza a cultura. *Raça e história* chama a atenção, portanto, ao caráter histórico da concepção de raça. Essa concepção se vale de uma perspectiva particular de história, isto é, a perspectiva de uma história cumulativa, progressiva, no entendimento de que a história progride a partir do acúmulo positivo de acontecimentos. Dessa forma, explica Lévi-Strauss, postas em comparação, a civilização ocidental teve a tendência em observar outras sociedades pelo viés negativo, da falta e do atraso.

Tal postura comparativa é percebida por Lévi-Strauss como integrante da perspectiva da história cumulativa, que cria, em oposição, a ideia de história estacionária, sob a qual estariam abrigadas todas as sociedades que são lidas como ‘atrasadas’; ‘selvagens’. Em todo caso, a atenção é para o fato de que “o ponto de vista do observador sempre incide sobre o objeto observado” (Iegelski, 2016, p. 215). Nesse sentido, aquele que observa parte sempre do quadro de referência no qual sua cultura está inserida<sup>31</sup>. Portanto, a avaliação de Lévi-Strauss integra um entendimento de que a observação parte de certos prismas, de modo que “o resultado muda sempre de acordo

---

<sup>30</sup> Márcio Goldman, em diálogo com Richard Lewotin, escreve que “o evolucionismo não é bem uma ‘teoria’, mas uma ‘ideologia’, ou seja, ‘um modo de organizar o conhecimento do mundo [...], uma visão de mundo, mais geral, que [...] permeou todas as disciplinas nos últimos duzentos anos’” (1985: 234, 238) (Goldman, 1999, p. 227).

<sup>31</sup> Novamente, a sinfonia de Chopin que vem às páginas de *Tristes trópicos* num dos momentos altos da desilusão talvez seja o sintoma da conclusão sobre o ato da observação.

com o critério escolhido para estabelecer hierarquias nas comparações” (Iegelski, 2016, p. 219).

Talvez por essa compreensão seja possível perceber a diferença que o paralelo exerce em *Tristes trópicos*: diferente de Euclides da Cunha, que usa o paralelo como uma forma de inserir Canudos no tempo (ainda que as correspondências com o mundo antigo e medieval sirva para colocá-lo em uma instância ‘primitiva’ do processo histórico), Lévi-Strauss se vale desse recurso, o qual Debaene chama de “associação”, como forma de manifestar uma certa indiferença à cronologia.

Além disso, outra diferença entre os paralelos em *Os sertões* e em *Tristes trópicos* é que, nas associações feitas por Lévi-Strauss, não há necessariamente uma intenção de correspondência com algo que existe ou já existiu, estando mais preocupado, talvez, em realizar com os paralelos um “verdadeiro exercício etnográfico na medida em que evidencia uma forma de desorientação teimosa das categorias da percepção” (Debaene, 2014, p. 214). Porém, além desse ‘exercício etnográfico’, podemos sinalizar um outro motivo para esse jogo de ecos, no interesse em ler *Tristes trópicos* marcado também pelo narrador sem experiência, de Benjamin: esses paralelos são a forma de Lévi-Strauss se identificar como viajante, enquanto “arqueólogo do espaço, procurando em vão reconstituir o exotismo com o auxílio de fragmentos e destroços” (Lévi-Strauss, 1996, p. 43)<sup>32</sup>.

Houve um tempo em que a viagem confrontava o viajante com civilizações radicalmente diferentes da sua e que se impunham de início por sua estranheza. Já há alguns séculos essas ocasiões se tornam cada vez mais raras. Que seja na Índia ou na América, o viajante moderno é menos surpreendido do que admite. (...) A busca do exotismo resume-se à coleção de estados antecipados ou retardados de um tema que nos é familiar. O viajante torna-se um antiquário, forçado, pela falta de objetos, a abandonar sua galeria de arte negra para se restringir a souvenirs velhuscos, regateados durante seus passeios pelo mercado das pulgas da terra habitada (Lévi-Strauss, 1996, p. 92).

Como uma espécie de ‘antídoto’ à essa condição da viagem, vários são os momentos da narrativa em que diferentes lugares, distantes no tempo e no espaço, se encontram: imagens que se complementam por sua inversão, como a descrição de Porto Esperança, no Mato Grosso do Sul, que “tão mal denominado, subsiste em minha memória como o lugar mais esquisito que se possa encontrar na face da terra, com

---

<sup>32</sup> Vincent Debaene diz que a viagem, em certo momento da narrativa, se torna “uma experiência decepcionante de semelhança” (2014, p. 213 - tradução nossa - “The voyage was a disappointing experience of similitude”), através da conclusão de Lévi-Strauss de que “eu poderia muito bem ter ficado na minha própria aldeia” (Lévi-Strauss, 1996, p. 354).

exceção talvez de Fire Island, no estado de Nova York, que agora me apraz associar-lhe, pois os dois locais são análogos ao reunirem os dados mais contraditórios” (Lévi-Strauss, 1996, p. 173). No jogo de correspondências contraditórias entre esses espaços, a imagem de uma “Veneza às avessas” (Lévi-Strauss, 1996, p. 173) emerge como ponto de referência para a descrição dessa “farsa alegre”, na certeza de que, em Porto Esperança, “tudo parece estar sendo cozido em fogo brando numa tepidez propícia a lentas maturações” (Lévi-Strauss, 1996, p. 175).

Ainda em Porto Esperança, durante uma noite transcorrida em cantigas e conversas ao redor da fogueira do acampamento, junto aos garimpeiros, Lévi-Strauss afirma ter visto nos monólogos feitos, ou o que no sertão se chamou ‘fazer um número’, o correspondente “nos confins das fronteiras da Índia, por ocasião de banquetes entre pequenos funcionários”, em que em ambas as situações eram realizadas performances que valiam-se de “imitações: ruído de uma máquina de escrever, ronco de uma motocicleta em apuros, seguido - extraordinário contraste - pelo barulho evocador de uma ‘dança de fadas’ que precede a imagem sonora de um cavalo a galope” (Lévi-Strauss, 1996, p. 225).

O mel de sabores diferentes (Lévi-Strauss diz ter recenseado treze) extraído de árvores do Pantanal que exala “aromas penetrantes” que “são analisados em vários tempos”: nos vinhos da Borgonha, num condimento da Ásia do Sudeste, e no “odor exalado por um coleóptero francês de cor escura, chamado *procurste chagriné*” (Lévi-Strauss, 1996, p. 287).

Outra anedota: em Barra dos Bugres, povoado do Mato Grosso ocidental no alto Paraguai, Lévi-Strauss conta o caso famoso de um ‘curandeiro’ que ali vivia, e que (supostamente) curava mordidas de cobra; mas que, na verdade, ‘vacinava’ a população com cobras que não eram venenosas. Porém, Lévi-Strauss destaca que mais importante do que desmentir ou não a história, é a motivação que leva a população a acreditar na cura praticada pelo curandeiro: desse modo, o antropólogo encontra paralelos entre esse episódio e o raciocínio do chefe da seita neo muçulmana dos Ahmadi, em Lahore.

Os Ahmadi, explica, “afastam-se da ortodoxia, sobretudo mediante a afirmação de que todos os que se proclamaram messias no decorrer da história (entre os quais incluem Sócrates e Buda) o foram efetivamente: caso contrário, Deus ter-lhes-ia castigado a imprudência” (Lévi-Strauss, 1996, p. 285). Dessa descrição, a relação estabelecida entre os dois episódios se refere ao entendimento de que, em ambas, o elemento ‘mágico’ se torna real, pois senão o fosse “os poderes sobrenaturais

provocados por ele [curandeiro] fariam questão de desmentir-lo tornando venenosa uma cobra que em geral não era. Já que a cura era considerada mágica, num plano igualmente mágico ele, afinal de contas, a controlara, de modo experimental” (Lévi-Strauss, 1996, p. 285).

Não esqueçamos dos “nossos Marcos Polos”, que antes traziam especiarias que despertavam choques visuais, olfativos e gustativos que “na língua acrescentavam um novo registro ao teclado sensorial de uma civilização”, e hoje são incumbidos de despertar o interesse pelas “especiarias morais”, que vêm representadas pelas fotografias, livros e relatos.

Outra notória associação é feita entre os arabescos cadiueus e as figuras de baralho, “cujo modelo a fantasia de Lewis Carroll tão bem conseguiu traçar” (Lévi-Strauss, 1996, p. 190). As características duais se manifestavam também nos trajes cadiueus: “túnicas e casacos de couro, alargando os ombros e caindo em pregas rígidas, decorados em preto e vermelho com desenhos que os antigos autores comparavam com os tapetes da Turquia, e nos quais se repetiam os motivos em forma de espadas, copas ouros e paus” (Lévi-Strauss, 1996, p. 190).

Ao lado dessas associações, as comparações imprimem nas paisagens das cidades do Novo Mundo a observação de que elas “vivem febrilmente uma doença crônica; eternamente jovens, jamais são saudáveis, porém” (Lévi-Strauss, 1996, p. 103). Isso porque há nelas o traço apressado de sobreposição do tempo que as construções denunciam, “pois não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal” (Lévi-Strauss, 1996, p. 103), de modo que o espanto ao visitar Nova York, Chicago ou São Paulo se apresentou não pelo aspecto novo, “mas a precocidade dos estragos do tempo” (Lévi-Strauss, 1996, p. 103).

Não me surpreendeu que a essas cidades faltassem dez séculos, impressionou-me verificar que tantos bairros já tivessem cinquenta anos; que, sem pejo, alardearam tais estigmas, visto que o único encanto a que poderiam aspirar seria o de uma juventude fugaz tanto para eles como para os vivos. Ferros-velhos, bondes vermelhos como carros de bombeiros, bares de mogno com balcão de latão polido, depósitos de tijolos em ruelas solitárias onde só o vento varre o lixo, paróquias rústicas ao pé de escritórios e de Bolsas de valores em estilo de catedral, labirintos de prédios esverdeados ensinando abismos entrecortados por trincheiras, viadutos sinuosos e passarelas, cidade que cresce permanentemente em alta pela acumulação de seus próprios escombros que sustentam as construções novas: Chicago, imagem das Américas, não surpreende que em ti o Novo Mundo preze a memória dos anos 1880! Pois a única antiguidade a que ele pode aspirar em sua sede de renovação é essa modesta distância de meio século, curta demais para servir à

apreciação de nossas sociedades milenares mas que lhe dá, a ele que não pensa no tempo, uma ínfima oportunidade de se enternecer com sua juventude transitória (Lévi-Strauss, 1996, p. 103).

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que lembrava um terreno baldio e um campo de batalha, espetado por postes de eletricidade e por fixas de agrimensura, deixava entrever uma centena de casas novas espalhadas pelos quatro cantos horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo de concreto que, no meio daquela monotonia, evocava um aeródromo ou um fortim; de bom grado poder-se-ia aplicar-lhe a expressão ‘bastião da civilização’, num sentido, não mais figurado mas próprio, que adquiria no caso um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, quanto essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás; nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe saturara o vazio ou lhe suavizara a rigidez; ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital, sempre passageiros, nunca residentes (Lévi-Strauss, 1996, p. 132).

O traço apressado do tempo não é característica apenas das cidades, mas também de toda a travessia pelo território americano, no destaque de que “o viajante europeu fica desconcertado com essa paisagem que não se enquadra em nenhuma de suas categorias tradicionais” (Lévi-Strauss, 1996, p. 100), tanto pelas características naturais, quanto pelas características assinadas pelo homem, especialmente no que tange ao uso dos recursos do solo e da vegetação de modo a esgotá-los. Esses terrenos, “o homem outrora, e por pouco tempo, os possuiu; em seguida, foi-se para outro lugar. Atrás de si, deixou um relevo machucado, todo emaranhado de vestígios”. E nesses ‘campos de batalha’, “renasce lentamente uma vegetação monótona, numa desordem tanto mais enganadora quanto, sob o semblante de uma falsa inocência, preserva a memória e a formação dos combates” (Lévi-Strauss, 1996, p. 101). Algo semelhante ao “martírio secular da terra”, que Euclides da Cunha tanto acentua durante sua travessia.

Tais descrições, aproximações e comparações são resultados desse exercício constante de ajuste do olhar, tanto pelas lentes da rememoração, quanto pelas lentes da história. Assim, nesse “jogo de ecos” temos como consequência a sintonização entre o mundo sensível (e interior) com a história. Ao mesmo tempo, portanto, em que Lévi-Strauss usa as associações como tentativa de estabelecer certas correspondências, ele não nega o processo histórico que a civilização ocidental pratica, o qual tem em seu horizonte o processo de desintegração de grupos humanos<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Essa tensão entre viagem e escrita pode ser melhor representada na parte III - O Novo Mundo, pois podemos perceber em determinados momentos da seção a utilização da estratégia da *prolepse*, isto é, Lévi-Strauss escreve quinze anos depois, mas numa emulação de que naquele instante estamos lendo o relato do Lévi-Strauss de 1930 (que ainda não se decepcionou).

Nesse ponto, é relevante mobilizar a discussão feita por Márcio Goldman, em *Lévi-Strauss e os sentidos da História* (1999), na qual desenvolve uma exposição que contra-argumenta uma das desleitura relacionadas a Lévi-Strauss: sua posição anti-histórica, ou mesmo a-histórica. Nesse sentido, ao reportar a textos conhecidos, como *História e etnologia* (1949), *Raça e história* (1952), *As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico* (1960), as entrevistas com Georges Charbonnier (1961), os dois últimos capítulos de *O Pensamento Selvagem* (1962), o segundo *História e Etnologia* (publicado nos *Annales* em 1983), etc., Goldman argumenta que uma das preocupações do antropólogo é a atenção para “a questão da diversidade sociocultural (...) sobre a famosa 'unidade do espírito humano'” (Goldman, 1999, p. 226). Essa pretensiosa unidade, sinaliza Goldman, é desacreditada por Lévi-Strauss, na medida em que o antropólogo considera que a “filosofia da história” tem como premissa a existência de “algum sentido privilegiado na história, e de que esta definiria a própria humanidade dos homens” (Goldman, 1999, p. 228).

Lévi-Strauss não nega a existência do modo como se concebe a historicidade no pensamento ocidental; mas localiza-a como uma forma particular de inteligibilidade da existência, pois “as distintas historicidades peculiares a cada sociedade ou cultura constituem a forma particular através da qual elas reagem ao *fato inelutável de que estão no tempo ou no devir*” (Goldman, 1999, p. 232 - grifos nossos). Desse modo, a dicotomia “sociedades frias” x “sociedades quentes”, sobre a qual fala, em entrevista com Georges Charbonnier, definitivamente não tem a ver com a ideia de sociedades “com/sem história”, estando essas ‘definições’ mais próximas da ideia de como as sociedades reagem à historicidade.

Nesse quadro, a história, como a concebemos, opera dentro de um quadro cultural específico, a partir de referências simbólicas específicas, eventos significados a partir de uma forma de codificar o mundo, não sendo, assim, uma ciência universal. Lévi-Strauss afirma não existir uma “história total”, e sim uma “história parcial”, pois a história é uma seleção de eventos significados culturalmente, que apresenta interpretações e intenções, não sendo uma operação natural e auto evidente. Ou seja, a concepção de que a história, tal como a concebemos, é uma manifestação da cultura ocidental moderna, a partir do código da cronologia, a qual dividiria em conjunto de datas eventos significativos de acordo com o sistema simbólico concebido e compartilhado pelos membros da sociedade em voga.

É a conjugação entre o exercício teórico e a escrita de si (entendendo aqui uma escrita apoiada nos princípios da historicidade moderna ocidental) que *Tristes trópicos* parece apresentar ao leitor: entre os cadernos etnográficos e os textos que se dedicam às descrições das sociedades indígenas, a imagem de uma “pedra no caminho” parece percorrer, ou, pelo menos, circundar os textos etnográficos: a de que, embora existam diferentes maneiras de se reagir à historicidade, a nossa forma tem o potencial altamente destruidor. Constatar isso é também constatar o “fim das aventuras”.

A viagem como "busca retrospectiva de uma presença abolida" (Lestringant, 2000, p. 97) parece exercer o choque, tanto para Euclides da Cunha, como para Lévi-Strauss, com os postulados da modernidade e conseqüentemente da história moderna. Embora Euclides da Cunha parta de interpretações diacrônicas para localizar os sertanejos num espectro primitivo, Fernando Nicolazzi afirma que é na operação de um jogo antagônico de inversão que é possível dar conta de tamanha diferença e produzir um saber eficaz sobre o sertão. É imerso nesse jogo que Euclides da Cunha, segundo Nicolazzi, concretiza o procedimento intelectual necessário, sendo o distanciamento o recurso fundamental para que *Os sertões* pudesse denunciar o fracasso e a covardia da missão civilizadora, por ser “ele todo atravessado pela alteridade, sem conseguir jamais se desvencilhar da figura do duplo que a acompanha: outro lugar, outra gente, outro tempo” (Nicolazzi, 2010, p. 280)<sup>34</sup>.

Nesse arranjo de aparentes contradições, Lévi-Strauss é aqui um pensador que responde exatamente ao ponto que tanto parece perseguir Euclides da Cunha: *Tristes trópicos* (e outros textos do antropólogo) demonstram que há nos próprios conceitos alinhados à percepção temporal progressiva (avanço; atraso; progresso; etc), e em suas contradições, a configuração de uma rede de objetividades que ‘escondem’, ao mesmo tempo em que revelam seu caráter relativo<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Nos dois livros há uma tensão entre “a exposição e o exposto”. Caracterizando o ensaio como “mais dinâmico que o pensamento tradicional” (Adorno, 2003, p. 44), Adorno diz que há, assim, a necessidade constante de reflexão sobre si mesmo.

<sup>35</sup> Adorno escreve que o ensaio desencava, com os conceitos, uma rede que se arranja *subjetivamente*, mas preferimos usar o termo “relativo” para melhor se aproximar de Lévi-Strauss.

## Conclusão

Lidar com esses dois objetos tão densos foi um desafio. Como situado historicamente, *Os sertões* e *Tristes trópicos*, bem como Euclides da Cunha e Claude Lévi-Strauss têm ressonâncias em discussões que perduram até hoje e, muito provavelmente, não se esgotarão tão cedo<sup>1</sup>. Enquanto “clássicos” (Calvino, 1991), os livros nos lembram, assim como escrito por João Cabral de Melo Neto, que “quadro nenhum está acabado” (Neto, 1975, [n.p]), de modo que podemos perceber na tela, oculta, “uma porta/ que dá a um corredor/ que leva a outra e a muitas outras” (Neto, 1975, [n.p]). Essa é a “lição” que tiramos das leituras dos nossos objetos.

A leitura de uma obra possui, segundo Robert Scholes (1991), duas faces e duas direções: uma ligada ao contexto original e outra ao momento de procedimento da leitura, a qual permanece “infinidamente fascinante, difícil e essencial” (Scholes, 1991, p. 23). Esse atributo é relevante para a abordagem da história intelectual, pois buscamos tratar os textos não como reflexos da realidade histórica, mas como textos situados em relação a outros textos. Há ainda muito a se encontrar no diálogo entre *Os sertões* e *Tristes trópicos*, pois ambos podem ser encarados como obras híbridas que transitam “entre a literatura, a história e a ciência”, na busca de uma interpretação “que revela os impasses do intelectual que tenta entender uma cultura que lhe é estranha” (Ventura, 2003, p. 18).

Nossa tentativa, nesta dissertação, foi a de abrir uma certa porta que permitisse a comparação e o contraste entre essas duas grandes obras a partir do eixo da viagem, discutindo a relação entre o deslocamento espacial e a percepção temporal presente nos livros. François Hartog nos lembra dois efeitos fundamentais do deslocamento espacial na relação com o tempo: i) o sentido do tempo como envelhecimento; ii) o sentido do tempo como aceleração.

*Os sertões* e *Tristes trópicos* foram construídos na medida em que o tempo como agente da passagem (ou do envelhecimento) criou esse intervalo entre viagem e escrita

---

<sup>1</sup> Como exemplos recentes, temos, por exemplo: no vol. 7 nº 3, de julho de 2023, da revista *Rosas*, uma seção intitulada “Roteiros, retornos: leituras de *Tristes trópicos*”, com nove artigos de diferentes autores. Na “apresentação”, Eduardo Jorge de Oliveira diz: “*Tristes trópicos* é uma obra inesgotável e cada época proporciona abordagens múltiplas” (Oliveira, 2023). **Revista Rosa**, S.Paulo/SP, Brasil, <https://revistarosa.com>, [issn 2764-1333](https://doi.org/10.21979/issn2764-1333).

*Os sertões* foi tema da FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty), em 2019. Encontram-se cerca de 108 trabalhos (entre teses e dissertações), disponíveis em <<https://euclidesite.com.br/teses/>>, publicados nos últimos vinte anos a respeito do trabalho de Euclides da Cunha.

que permitiu uma revisão de premissas intelectuais, políticas, teóricas que, em cotejo com as fontes biográficas, nos indica que esses dois livros também possuem uma postura avaliativa do próprio sujeito que escreve. Essa postura é mais facilmente percebida em *Tristes trópicos*, tendo em vista o momento de publicação e o propósito temático da coleção da *Terre Humaine* (como apresentado no primeiro capítulo), diferente de *Os sertões*, que aparece com um propósito político mais explícito, mas que não deixa de ser vista em marcantes momentos da guerra de Canudos e na interpretação do episódio na esteira da história nacional (isto é, enquanto um crime).

Mais do que o traço do envelhecimento, é a aceleração que podemos destacar na leitura de *Os sertões* e de *Tristes trópicos* como traço dominante da percepção temporal. Não é à toa que Lévi-Strauss escreve que as cidades do Novo Mundo “vão do frescor à decrepitude, sem parar na madureza” (Lévi-Strauss, 1996, p. 102). Antes de envelhecer parece, então, que a aceleração dita o ritmo temporal. Frank Lestringant (2000) sugere, assim, que o creosoto emerge nas páginas de *Tristes trópicos* como um certo antídoto a essa desenfreada aceleração. O material que é usado para conservar os cantis dos cupins e do bolor cobre os cadernos de viagem do antropólogo, de modo que visitá-los é de certa forma revisitar os cerrados e as florestas. Mas o que chama a atenção, sugere Frank Lestringant, é a indicação sutil que a etimologia da palavra traz à sua interpretação: a palavra creosoto, formada pelas palavras gregas *kreas*, a “carne”, e *sózein*, “salvar”, literalmente detém a podridão da carne. Metaforicamente, assim, a leitura de *Tristes trópicos* e a própria etnologia são entendidas como tarefa e tentativa de impedir o desaparecimento do passado (Lestringant, 2000, p. 98).

A fórmula de Euclides, isto é, a de que “estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos” (Cunha, 2013, [1902], p. 72), por outro lado, foi sustentada por uma interpretação temporal que valorizava a dimensão acelerativa do tempo. Silvio Romero foi enfático, à época, que para remediar o destino do grosso da população era necessário concluir que “ou nos transformamos pela base ou sucumbiremos” (Romero, 1906). A possibilidade de conservar a existência de um futuro dependia de um certo choque com o passado<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre a reverberação dos pensamentos de Euclides a projetos nacionais posteriores, é válido destacar o discurso proferido por Getúlio Vargas, no dia 8 de setembro de 1933, em João Pessoa, capital da Paraíba, em que diz: “[...] não devemos jamais esquecer o conceito contundente de Euclides da Cunha, afirmando termos com o Nordeste uma dívida de quatrocentos anos, até hoje não resgatada”. Retirado de: ALMEIDA, Luís Fernando Ribeiro. **Euclides da Cunha no discurso de Getúlio Vargas: revisitando páginas d’Os Sertões**. Belém, Pará, 14 fev. 2018. In: EUCLIDESITE. Artigos. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/artigos>.

A fórmula é reorganizada justamente através dos estudos de Claude Lévi-Strauss: “tratar-se-á de perceber que as sociedades não se acumulam numa linearidade de sucessão cronológica, mas sim se justapõe na expansão de espaços distintos, mas contemporâneos” (Nicolazzi, 2010, p. 280).

É exatamente dessa forma que a leitura dos livros é processada: como um complexo de textos que não se acumula numa linearidade cronológica e/ou temática, mas como uma justaposição distinta e coocorrente. São várias as possibilidades de travar contato com os livros, portanto. Nossa tentativa foi a de caminhar pelas veredas da história, da literatura e da etnografia. Articulando com a situação contextual da viagem e da escrita dos livros, percebemos, assim, como os livros também são apresentados ao público-leitor como textos em que seus autores debruçam fundamentalmente sobre as condições de seus próprios tempos.

A viagem pelo interior do Brasil toma forma nos livros através da dupla dinâmica entre encantamento e desilusão, de modo que as paisagens são (d)escritas por um ritmo apoteótico ditado pelos crescimentos vertiginosos de tons que expressam o enigma do *ser-tão* do Brasil.

---

No período do Estado Novo (1937-1945), Regina Abreu destaca que “o movimento euclidiano de São José do Rio Pardo passou a receber verba do governo do Estado de São Paulo, possibilitando a institucionalização definitiva das 'Semanas Euclidianas'. Segundo o pesquisador e 'cronista da cidade', Rodolpho del Guerra, 'a verba era boa, dava p'ra manter os eventos'. Além disso, a população da cidade participava de forma definitiva, recebendo os conferencistas e as pessoas que chegavam de fora em suas próprias residências. Era o auge do movimento euclidiano. O culto ao escritor em São José do Rio Pardo coincidia com um momento político em que o governo federal tinha entre suas principais metas a virada para o interior, visando a colonizar regiões ainda pouco exploradas. Essa meta foi desenvolvida por Cassiano Ricardo, um dos ideólogos do Estado Novo, num livro intitulado *A Marcha para o Oeste*. Euclides da Cunha foi tomado como símbolo da 'tradição de bandeirar, e *Os sertões*, como roteiro para os 'bandeirantes modernos' do Estado Novo” (Abreu, 1998, p. 320-321).

A própria tradução de *Os sertões* para o inglês se insere nessa esteira de contraste entre ‘moderno’ e ‘atrasado’. A respeito do projeto promovido durante a Segunda Guerra pelo governo dos Estados Unidos, Eliza Mitiyo Morinaka (2017) destaca os seguintes critérios para o projeto de tradução da literatura latino-americana da década de 1940: “I) a psicologia do caráter nacional, II) seu condicionamento determinado pela geografia humana e pelas tradições de vida, III) sua mais expressiva característica atual, seja na arquitetura, na ficção regional ou na análise social, e IV) o caráter emergente e suas transformações desde 1920: os problemas constantes, os efeitos predominantes e os esforços aparentes” (Morinaka, 2017, p. 138). A título de localização, as obras escolhidas pelo projeto foram: *Terras do sem fim* (1943), de Jorge Amado; *A fogueira* (1942), de Cecílio Carneiro; *A Amazônia misteriosa* (1925), de Gastão Gruls; *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *Pureza* (1937), de José Lins do Rego; *Angústia* (1941), de Graciliano Ramos; *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay; *Caminhos cruzados* (1935); *Olhai os lírios do campo* (1938); e *O resto é silêncio* (1943), os três de autoria de Érico Veríssimo (Morinaka, 2017, p. 15).

## Fontes:

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 662 p.;

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: Campanha de Canudos**. 3a ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert C. 618p., 1p.s.n. índice. Acervo BBM Digital.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 454 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tropiques**. Paris: Librairie Plon, 1955.

## Referências bibliográficas:

ABREU, Regina. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro : Rocco, 1998.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura I**. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. (pp. 15-47).

AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Ligia (Orgs.). **Civilização e exclusão: Érico Veríssimo**. Euclides da Cunha. Claude Lévi-Strauss. Darcy Ribeiro. Boitempo. São Paulo, 2001.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história intelectual. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v.17, n.1, jun/2007

AMORY, Frederic. **Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos trópicos**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de Os sertões**. Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2002.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. São Paulo : Paz e Terra, 1992.

ARARIPE, J. Os sertões, 1903. In: NETTO, H. C. **Juízos críticos: Os sertões: campanha de Canudos**, 1904, p. 34.

ARON, Raymond “L’ethnologue entre les primitifs et la civilisation”, **Le Figaro Littéraire**, 24 de dezembro de 1955 *apud* (Loyer, 2018, p. 389).

AZEVEDO, Aroldo de. “Os sertões” e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**. jul, 1950 - nº 5. pp. 23-44.

BENJAMIN, Walter. "O narrador — observações acerca da obra de Nicolau Leskov". In: BENJAMIN, Walter. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas III. Tradução de José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989 (pp. 103-149).

BERNUCCI, Leopoldo. **A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1995.

BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992 (pp. 176-193).

BRESCIANI, Maria Stella. Oliveira Vianna, entre a escrita sociológica e a escrita de ação. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 pp. 14-38. Disponível em: <<https://bit.ly/3LZ8iHa>>.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Antes de Auschwitz: Um Ensaio sobre memória e narrativa em Walter Benjamin e Erich Maria Remarque. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ano II, n. 01, março de 2007 ISSN 19800339 pp. 1-10.

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. In: CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 (pp. 9-16).

CAMUS, Albert. **A peste**. Tradução de Ersílio Cardoso. Edição Livros do Brasil Lisboa (333 p).

CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998 (pp. 199-221).

CHIAMPI, Irleamar. **O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano**. São Paulo : Perspectiva, c1980.

CHKLÓVSKI, Viktor. A arte como procedimento. Tradução de David G. Molina. **Revista da USP** (São Paulo), 10(14), 153-176. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-4765.rus.2019.153989>

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Tradução Celso M. Paciornik. São Paulo: Abril, 2010.

CRESSON, André. **Hippolyte Taine**. Sa vie, son oeuvre, avec un exposé de sa philosophie. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

CUNHA, Euclides da. Falando aos acadêmicos. In: CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília, 2000.

CUNHA, E. Discurso de posse na ABL (1906). Disponível em: <<https://bit.ly/3SIfGHR>>.

CUNHA, E. Alagoinhas, 31 de agosto. **O Estado de S. Paulo**, 12 de setembro de 1897. Disponível em: <<https://bit.ly/3eAQHXC>>.

CUNHA, E. Queimadas, 1º de setembro, **O Estado de S. Paulo**, 9 de setembro de 1897. Disponível em: <<https://bit.ly/3yOL9jf>>.

CUNHA, Euclides da. Excertos de um livro inédito. **EUCLIDESITE**. Obras de Euclides da Cunha. Crônicas. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/cronicas/>. Acesso em: [04/04/2022].

CUNHA, E. Carta a Francisco Escobar, Lorena, 19 de outubro de 1902. Disponível em: <<https://bit.ly/3T8W6nZ>>.

CUNHA, Euclides da. Plano de uma cruzada. In: **EUCLIDESITE**. Obras de Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/contrastes-e-confrontos/plano-de-uma-cruzada>. Acesso em: [11/03/2021]. Publicado originalmente em *O País*, Rio de Janeiro, 8 de maio, 14 maio e 17 jun. 1904. Transcrito de: CUNHA, Euclides da. Contrastes e confrontos. In: **Obra completa**. org. Paulo Roberto Pereira. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009. v. 1. pp. 33-45.

CUNHA, E. Carta a Max Fleiuss, Lorena, 29 de maio de 1903. Disponível em: <<https://bit.ly/3fAVnwP>>.

CUNHA, E. Carta a José Veríssimo, Lorena, 12 de junho de 1903. Disponível em: <<https://bit.ly/3fAVnwP>>.

CUNHA, E. Revolucionários. **Província de São Paulo**, 29 de dezembro de 1888 (Questões Sociais). Disponível em: <<https://bit.ly/3VCebwc>>.

CUNHA, E. Carta a José Pimenta da Cunha. S. Paulo, 26 de maio de 1901. Disponível em: <<https://bit.ly/3TraVlj>>.

DAMATTA, Roberto. A obra literária como etnografia. In: DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso**: Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco. 1993, pp. 35-59.

DEBAENE, Vincent. Les deux livres de l'ethnologue. *Ethnologie et littérature em France entre 1930 et 1955*. **Recherches et Travaux** [Em ligne]. 82 | 2013, mis en ligne le 15 novembre 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Fgjrjq>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

DEBAENE, Vincent. **Far Afield**: French Anthropology between Science & Literature. Translated by Justin Izzo. Chicago: The University of Chicago Press. 2014. 415p.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoe**. Tradução de Manuel Joaquim Pinheiro Chagas. Centaur, 2014.

FILHO, Francisco Venâncio. **Euclides da Cunha a seus amigos**. São Paulo; Recife; Rio de Janeiro; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. Brasileira Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, vol. 142, 1938. Disponível em: <<https://bit.ly/3QkmKLLK>>.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anseios de amplidão. In: **Cadernos de literatura Brasileira**: edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, números 13 e 14 - Dezembro de 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Euclides da Cunha”. in: PIZARRO, Ana (Org.) **América Latina**: Palavra, Literatura e Cultura, São Paulo, Campinas: Memorial da América Latina, Ed. da Unicamp, 1995, v. 2.

GEERTZ, Clifford. The World in a text: how to read “Tristes tropiques”. In: GEERTZ, Clifford. **Works and lives**: The Anthropologist as author. California: Stanford University Press, 1988.

GOLDMAN, Márcio. Lévi-Strauss e os sentidos da história. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1999, v. 42, nº 1 e 2 (pp. 223-238).

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: GIMENES, Renato A. de Oliveira; REGO, Margareth (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2014. 376 p.: il. 2. ed. (Coleção Ideias; 2).

HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. São Paulo: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história. **Topoi**, v. 7, n. 12, jan/jun. 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. 1. ed.; 3. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999 481p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HORTA, Patricia. Canudos para hoje (níveis de leitura implícitos em *Os sertões*). **Magma Revista**/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP. - n. 1 (1994) -.- São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1994 (pp. 89-99).

HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a tarefa do historiador (1821). Tradução de Pedro Caldas. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. 1. ed., 2ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2015. (pp. 82-100).

IEGELSKI, Francine. **Astronomia das constelações humanas**: reflexões sobre Claude Lévi-Strauss e a história. São Paulo: Humanitas, 2016.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. Tradução. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

LEIRIS, Michel. “À travers Tristes Tropiques”, **Les Cahiers de la République**, no 2, julho de 1956, 38.

LESTRINGANT, Frank. De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: por uma arqueologia de Tristes trópicos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2000, v.43, no 2.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. trad. Chaim Samuel Katz. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “South America. Rebellion in the Backlands; translated from *Os Sertões* by EUCLIDES DA CUNHA, with Introduction and Notes by Samuel Putnam. (xxxiii, 526 pp. \$5.00. Chicago: University of Chicago Press, 1944.)”. **American Anthropologist**, n.s, 46, 1944, p.394-396. <https://doi.org/10.1525/aa.1944.46.3.02a00150>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Cosac Naify, 2013. [e-book, 2014].

LIENHARD, Martin. Etnografia e ficção na América Latina: o horizonte de 1930. **Literatura e Sociedade**, v. 4, n. 4, 1999, p. 94-102. Disponível em: <https://bit.ly/38GCoxp>. Acesso em: 09 mar. 2022.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: A construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LOYER, Emmanuelle. **Lévi-Strauss**. Tradução André Telles. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

LUTTERBACH, Edmo Rodrigues. **A eternidade de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro : Cátedra, 1988.

MILTON, J. A tradução de Samuel Putnam de *Os Sertões* - Rebellion in the Backlands, de Euclides da Cunha. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, n. 1, p. 181-185, 1997. DOI: 10.11606/1982-8837.pg.1997.63055. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pg/article/view/63055>.

MOLLIER, Jean-Yves. De Tristes Trópicos a palavras de um Xamã Yanomani, a coleção Terra Humana de Jean Malaurie pela Editora Plon: Uma Grande Coleção De Ciências Sociais À Escuta Do Mundo. **Maracanan**, v. 8, n. 8 (dez-jan 2012), p. 323-340.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. In: **Cadernos da Literatura brasileira**: Euclides da Cunha. Instituto Moreira Salles, no 13 e 14 – Dezembro de 2002 pp. 360-369.

MORINAKA, Eliza Mitiyo. **Política cultural e jogos de poder na tradução da narrativa de ficção brasileira nos Estados Unidos (1943-1947)**. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017 (358 p.).

MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica**: ciência e nacionalidade no país d’Os sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte; Fapemig, 2007.

NETTO, H. C. **Juízos críticos**: Os sertões: campanha de Canudos, 1904. Disponível digitalmente na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em: <https://bit.ly/3DusdJJ>.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **Um estilo de história**: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004-2008.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de Os sertões. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, pp. 261-285, jul. 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Jorge de. Lições de antropologia: *Tristes trópicos, A queda do céu* e a teoria literária. **Revista Rosa**, S.Paulo/SP, Brasil, número 3 do volume 7, jul-2023. <https://revistarosa.com>, issn 2764-1333.

PEIXOTO, Fernanda. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 79- 107, Apr. 1998.

OLIVEIRA, Eduardo Jorge de. Lições de antropologia: *Tristes trópicos, A queda do céu* e a teoria literária. **Revista Rosa**, S.Paulo/SP, Brasil, número 3 do volume 7, jul-2023. <https://revistarosa.com>, issn 2764-1333.

PEIXOTO, Fernanda. **Estrangeiros no Brasil**: a missão francesa na Universidade de São Paulo. 1991. 281f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575886>.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Os Brasis em Lévi-Strauss. **Diacrítica, filosofia e cultura**, n° 23/2, 2009.

PIGLIA, Ricardo. Sarmiento, escritor. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**: ou civilização e barbárie. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

PROUST, Marcel. **No caminho de Swann**. Tradução de Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROMERO, Sílvio. Discurso de recepção por Sílvio Romero (1906). Disponível em: <<https://bit.ly/3f5kQyc>>.

RONCARI, L. (2018). Tristes Trópicos/trópicos tristes: o olhar de fora. **Teresa**, 1(19), 133-143.

SCHNAIDERMAN, Boris. Tempo. Literatura. História. Algumas variações. **Literatura e Sociedade**. São Paulo, 5(5), 2000, 12-17.

SCHOLES, Robert. Leitura: uma atividade intertextual. In: **Protocolos de leitura**. Lisboa: Edições 70, 1991 (original: 1989).

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense: 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

VALENTE, Luiz Fernando. “Estrelas indecifráveis”: ciência e literatura em Euclides da Cunha. **Verbo de Minas**: letras. Juiz de Fora, v. 8, n. 16, jul/dez, 2009 pp. 125-141.

VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

VERÍSSIMO, J. Uma História dos Sertões e da Campanha de Canudos, **Correio da Manhã**, 1903. In: NETTO, H. C. **Juízos críticos**: Os sertões: campanha de Canudos, 1904, p. 22. Disponível digitalmente na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em: <https://bit.ly/3DusdJJ>.

WILCKEN, Patrick. **Claude Lévi-Strauss**: o poeta no laboratório. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

ZILLY, Berthold. Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional. In: **Cadernos da Literatura brasileira**: Euclides da Cunha. Instituto Moreira Salles, no 13 e 14 – Dezembro de 2002.

ZILLY, B. A barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os sertões de Euclides da Cunha. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, ZILLY, Berthold, Lima, Eli Napoleão de. **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2001.